

Relatório

Ação Educativa

Ano 2007

2007

 ação
educativa

Índice

| | |
|---|-----------|
| Siglário | 03 |
| Apresentação | 06 |
| Juventude | 08 |
| Educação | 17 |
| Espaço de Cultura e Mobilização Social | 45 |
| Gestão e Desenvolvimento Institucional | 48 |
| Corpo Diretivo e Pessoal | 58 |
| Apoios..... | 62 |
| Anexos..... | 64 |
| Assessorias | 64 |
| Atividades de formação | 65 |
| Promoção de eventos | 67 |
| Participação em eventos | 69 |
| Participação em Redes, Fóruns, articulações intersetoriais e conselhos .. | 72 |
| Inserções na mídia..... | 73 |

Siglário

ABONG – Associação Brasileira de ONGs
ABPN – Associação Nacional de Pesquisadores/as Negros
AIN – Ajuda da Igreja da Noruega
ALB – Associação de Leitura do Brasil
ALFASOL – Alfabetização Solidária
APAF – Associação Paulista de Apoio à Família
APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
CCJ – Centro Cultural da Juventude
CDHEP – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular
CEAFRO – Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e da Desigualdade
CEE-SP – Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo
CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CEPPPE – Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Educação
CESEp – Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular
CEU – Centro de Educação Unificado
CMJ – Centro de Mídia Juvenil
CNE – Conselho Nacional de Educação
COFENEN – Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
CONEB – Conferência Nacional de Educação Básica
CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
COLE – Congresso de Leitura e Escrita
COOPERIFA – Cooperativa dos artistas da periferia
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DE – Delegacia de Ensino
DhESCA – Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Brasil)
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DR – Departamento Regional
DRU – Desvinculação de Receitas da União
EE – Escola Estadual
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

ENCCEJA – Exame Nacional de Certificação de Competências para Educação de Jovens e Adultos

ENEJA – Encontro Nacional de Educação de Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FES ILDES – Fundação Friedrich Ebert

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNAP – Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel (de Amparo ao Preso)

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GDI – Gestão e Desenvolvimento Institucional

GT – Grupo de Trabalho

ICAE - International Council for Adult Education

INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

INDIQUE – Indicadores da Qualidade na Educação

INEP – MEC - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPM – Instituto Paulo Montenegro

JADE – Jovens Agentes pelo Direito à Educação

MEC – Ministério da Educação

MIEB – Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil

MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos

MOVA – Movimento de Alfabetização

MP – Medida Provisória

MP – Ministério Público

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEPSO – Nossa Escola Pesquisa sua Opinião (projeto)

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OPA – Obstáculos e Possibilidades de Acesso à Justiça

PAD – Processo de Articulação e Diálogo

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PROEJA – Programa de Educação Profissional na Modalidade Educação de Jovens e Adultos

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança com Cidadania

RAAAB – Rede de Apoio a Ação Alfabetizadora no Brasil

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SAF – Setor de Administração e Finanças

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEE – Secretaria Estadual de Educação

SESI – Serviço Social da Indústria

STF – Supremo Tribunal Federal

TAC – Termos de Ajustamento de Conduta

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP – Universidade de Campinas

VAI – Valorização das Iniciativas Culturais

Apresentação

Neste ano de 2007 iniciamos a execução do quinto Plano Trienal da Ação Educativa, no qual focalizamos o enfrentamento das desigualdades como objetivo geral de nossas ações nos campos da juventude, educação e cultura.

Dentre as inúmeras atividades e resultados descritos nas próximas páginas, alguns merecem uma comemoração especial.

O primeiro deles é a consolidação do Espaço de Cultura e Mobilização Social como nova área programática da instituição, com uma programação intensa promovida pelos núcleos de cultura de periferia e o lançamento da Agenda Cultural da Periferia. Através desse espaço, Ação Educativa vem conseguindo marcar uma nova e decisiva presença num campo importantíssimo de participação cidadã, dando visibilidade às manifestações dos segmentos e regiões mais desfavorecidos da cidade.

Outra conquista que devemos comemorar é a consolidação da problemática das relações raciais como tema prioritário em nosso programa de trabalho. Encerrado o grande projeto por meio do qual Ação Educativa se introduziu nesse campo – o Concurso Negro & Educação – conseguimos, como proposto no objetivo geral do novo Plano Trienal, tratar a promoção da igualdade racial em atividades de diversos programas. No programa Pesquisa e Monitoramento das Políticas Educacionais, por meio de estudos sobre a implantação da lei que obriga o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica, assim como por meio da participação em articulações mais amplas com entidades do movimento negro, visando influenciar as políticas públicas relacionadas ao tema. No programa Educação de Jovens e Adultos, abordando as relações raciais como tema de curso de formação para servidores públicos e conteúdo dos materiais didáticos produzidos. No Espaço de Cultura, por meio do fomento à cultura brasileira com raízes africanas e apoio à participação de homens e mulheres negras nos circuitos de produção cultural na cidade.

Iniciamos o triênio com avanços também no que se refere ao tratamento da educação como direito humano exigível, com num número significativo de ações junto ao sistema de justiça, sempre em parceria com outros atores da sociedade civil. Contribuímos para que o acesso à justiça seja assimilado como ferramenta de luta dos movimentos de defesa dos direitos educacionais.

A iniciativa em torno do *Silêncio dos Professores*, por sua vez, mostrou possibilidades inovadoras de trabalho, ao provocar um conjunto de práticas instituídas que mantém os trabalhadores da educação a margem da definição de políticas públicas. Os projetos de reunidos no programa Ação na Escola, por sua vez, continuam trabalhando para dar voz, incentivar a participação e a responsabilidade dos educadores e comunidades atendidas por escolas públicas com os rumos da educação pública no país.

Graças ao trabalho do Observatório e do Setor de Comunicação, cada vez mais a Ação Educativa é reconhecida como referência em termos de informação, explicitação de opiniões divergentes, debates e produção de consensos junto aos profissionais da mídia. Esse reconhecimento também se consolida, de forma mais ampla, junto aos atores dos campos da Educação e da Juventude, como atestam as grandes responsabilidades que esses atores atribuíram à Ação Educativa nos processos preparatórios para as Conferências Nacionais e de Educação e de Juventude.

Muitas são, também, as propostas para o triênio que ainda não conseguimos equacionar em termos de um programa de ações mais contínuas. Temos ainda o grande desafio de realizar uma contribuição mais substantiva no campo internacional, qualificando nossa participação e

a incidência das redes de sociedade civil internacionais na construção de um planeta mais solidário e sustentável. Além disso, ainda temos que avançar na conceituação e busca de parceiros para implementar um programa contínuo de formação de jovens e ativistas sociais, compartilhando aprendizagens e capacitando novos quadros para ação cidadã por uma sociedade mais justa, democrática e sustentável.

Entramos em 2008, porém, mais fortes para enfrentar esses desafios e identificar novos caminhos a trilhar. As páginas desse relatório evidenciam que, cada vez mais, os diversos programas atuam em parceria, se complementam e convergem em relação às metas institucionais, sinal de que nossos objetivos estratégicos estão bem focalizados, favorecendo a otimização dos nossos recursos materiais e humanos e ampliando o impacto das nossas ações.

São Paulo, maio de 2008.

Juventude

Dentre os objetivos específicos projetados para esse Plano Trienal, três são os diretamente relacionados às questões de juventude:

- Ampliar a capacidade de intervenção dos jovens no espaço público.
- Ampliar e qualificar a participação de atores da sociedade civil na formulação, implementação e controle social de políticas públicas que atendam às necessidades dos jovens.
- Colaborar na construção de sistemas integrados de políticas públicas que respondam às necessidades dos jovens, considerando sua singularidade etária, sua diversidade (de gênero, raça, classe social e pertencimento territorial) e seu direito a participar das definições dessas políticas.

Considerando os acúmulos da Ação Educativa e suas possibilidades de ação nessa área, foram estabelecidas as metas institucionais para as ações e projetos. Na seqüência, são descritas as atividades e produtos desenvolvidos em 2007, faz-se um balanço dos resultados e apontam-se as perspectivas para os próximos períodos.

META 1

TER APOIADO JOVENS E GRUPOS DE JOVENS (PELO MENOS 180 JOVENS AO ANO) PARA INTERVIR NO ESPAÇO PÚBLICO, POR MEIO DE CAPACITAÇÃO, ASSESSORIA E ACESSO A RECURSOS

Atividades e produtos

As atividades de formação e apoio para jovens e grupos de jovens procuraram fortalecer sua atuação em três âmbitos: o do direito à educação, o da participação social por meio de diferentes linguagens e o da participação política.

Com a perspectiva de formar jovens agentes pelo direito à educação (JADÉs), foi oferecido um curso com 164 horas presenciais e 50 horas não-presenciais de atividades educativas, abordando diferentes aspectos do direito à educação e uma análise do contexto do Ensino Médio. Em parceria com a equipe da Ação Educativa, os 22 JADÉs formados realizaram um conjunto de atividades, envolvendo: uma pesquisa quantitativa e uma série de debates sobre os rumos do Ensino Médio, junto às comunidades de cinco escolas públicas da Região Metropolitana de São Paulo, a análise dos dados coletados e a elaboração de propostas para essas escolas. A pesquisa quantitativa envolveu 880 alunos, das cinco escolas, visando traçar um perfil objetivo destes alunos, bem como conhecer suas visões e opiniões sobre a escola, e o sentido que o ensino médio assume no delineamento de seus projetos de vida. As atividades de debate consistiram em oito grupos de diálogo, com duração de 7 horas cada, envolvendo 112 alunos e 65 adultos, entre professores, direção escolar, coordenação pedagógica, funcionários, familiares dos alunos, representantes da comunidade, dirigentes estaduais de ensino e gestores. Os resultados dos diálogos foram analisados pelos jovens nos encontros de formação, e também por um grupo ampliado de pessoas constituído por pesquisadores da universidade, representantes da Ação Educativa, professores e equipes técnicas das escolas que, reunidos em outubro de 2007, indicaram os aspectos centrais que deveriam integrar as diretrizes para as políticas no ensino médio.

Numa outra direção, o Centro de Mídia Juvenil - CMJ continuou apoiando os grupos juvenis na área do audiovisual, avançando na gestão compartilhada com esses grupos e, pela primeira vez, ofereceu apoio para jovens que atuam com outras linguagens. Foram realizadas cerca de 80 reuniões, sobre diversos assuntos com grupos de jovens que procuraram o apoio do CMJ. Nesse processo, cinco grupos ligados à linguagem audiovisual foram assessorados tendo em vista o aprimoramento das ações socioeducativas que se propunham realizar; 8 jovens receberam uma formação, com carga horária de 16 horas, para utilização de fotoshop; cerca de 30 projetos e trabalhos de iniciativa juvenil foram apoiados por meio de empréstimo de acervo de referência e/ou equipamentos de gravação, bem como de cessão de horas da ilha de edição, uso de computadores e impressoras.

Buscando uma gestão democrática do CMJ, foram realizadas cinco reuniões com 13 grupos juvenis, envolvendo 45 jovens. Nessas reuniões, foram discutidas questões internas ao funcionamento do próprio CMJ, bem como os desafios que os grupos enfrentam para a realização de seus objetivos.

Com base na experiência de apoio aos grupos de jovens na elaboração de seus projetos, a Ação Educativa foi selecionada pela Secretaria Municipal de Cultura para oferecer uma formação em Elaboração de Projetos para o Programa VAI (Valorização das Iniciativas Culturais), da Prefeitura Municipal de São Paulo. O curso, com carga horária de 13 horas, recebeu 225 inscrições.

No que diz respeito à participação política, três iniciativas foram implementadas. A partir dos temas e questões mapeados no Encontro Juventude e Participação, de 2006, foram realizados quatro encontros de formação política envolvendo 20 jovens representantes de coletivos, movimentos e organizações juvenis da região Metropolitana de São Paulo. As discussões nesse coletivo foram animadas também por meio da organização de um grupo virtual, criado pelos integrantes do coletivo e que serviu para o "aquecimento" dos participantes para os encontros presenciais e também para a troca de agendas, textos e notícias sobre a ação dos respectivos grupos.

A partir da demanda de um grupo de integrantes da Pastoral da Juventude em São Paulo, foi desenhado e implementado um curso de formação política, com 40 horas de duração, para 32 jovens. O curso foi realizado durante um feriado de 4 dias, em que os jovens ficaram imersos em discussões acerca da possibilidade e estratégias de intervenção no debate público sobre políticas de trabalho para jovens.

Por fim, um grupo de jovens da Legião da Boa Vontade de São Paulo foi apoiado na construção de metodologia e assessorado no processo de comunicação para a realização do encontro de jovens do Estado de São Paulo na discussão de políticas públicas da juventude, que reuniu cerca de 800 jovens.

Resultados e perspectivas

A formação dos JADEs foi positivamente avaliada pelos participantes que destacaram, em primeiro lugar, o ineditismo e a importância de refletir sobre o tema da educação nas suas vidas e a possibilidade de compartilhar esta reflexão com outros jovens. Embora, em sua maioria, já tivessem concluído a educação básica (ensino médio), a possibilidade de pensar sobre os sentidos e significados da instituição escolar e da escolarização nunca havia sido objeto de uma ação formativa intencional. Em segundo lugar, a aproximação com informações, conhecimentos e debates sobre a educação e também com o cotidiano das escolas parceiras, possibilitou um rico aprendizado e a possibilidade de que os jovens refletissem

sobre suas próprias trajetórias educativas, reposicionassem suas opiniões sobre a escola e se engajassem nas ações previstas com forte compromisso e envolvimento. E os resultados dessas ações permitiram identificar uma forte demanda dos jovens – inclusão de orientação profissional no ensino médio – até então praticamente invisível, mas que foi reconhecida e compartilhada também pelo conjunto das comunidades escolares.

Neste período, o apoio oferecido pela Ação Educativa aos grupos que atuam com o audiovisual e outras mídias mostrou-se fundamental para que eles pudessem viabilizar e aprimorar seus projetos. E a gestão compartilhada do Centro de Mídia Juvenil contribuiu para que esses grupos passassem a se identificar como um coletivo, abrindo espaço para a realização de ações conjuntas. Tanto assim que, insatisfeitos com alguns pontos do edital Primeiras Obras, elaboraram uma carta coletiva e a encaminharam à Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Em resposta, a Secretaria convocou uma reunião e se dispôs a abrir um canal de diálogo com os grupos, além de rever e propor mudanças para a publicação do próximo edital.

Assim, o CMJ consolidou-se como um espaço de referência para os jovens que atuam com a linguagem audiovisual. Mas, além disso, contribuiu também para que grupos ligados ao Hip-Hop, ao Grafite, à Literatura Periférica e a Rodas de Samba de Comunidade pudessem implementar seus projetos.

Quanto às ações no campo da participação política juvenil, embora tenha mobilizado discussões acaloradas e uma troca intensa de e-mails e opiniões virtuais, o coletivo Juventude e Participação Política não obteve os resultados esperados. A participação dos jovens era bastante intermitente e tivemos dificuldade em conectar as discussões com as ações mais práticas dos jovens. Aliás, esse nos parece o grande achado dessa iniciativa: os jovens estão submersos em suas próprias questões e urgências de intervenção e, nesse sentido, a possibilidade de aprendizagem e reflexão conjunta está bastante limitada em função dos tempos e urgências desses atores. Não é à toa que o debate mais acalorado e com um número mais expressivo de participantes se deu quando discutíamos os mecanismos de intervenção pública dos jovens na ocasião em que eram eleitos os novos conselheiros do Conselho Nacional de Juventude.

Por sua vez, a formação realizada com integrantes da Pastoral da Juventude foi bastante animadora e bem avaliada. Os jovens, na verdade, queriam se qualificar para ter uma proposta mais bem articulada nacionalmente no que diz respeito a trabalho e esse desejo mobilizou significativamente os participantes da formação. Para 2008, o coletivo já manifestou um desejo de, com apoio da Ação Educativa, realizar uma segunda edição da formação, a partir de outra questão pertinente para o movimento.

META 2

TER FORTALECIDO E AMPLIADO A EFICÁCIA DE ARTICULAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL E GOVERNOS ENGAJADAS NA FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.

Atividades e produtos

No que diz respeito a esta Meta, os maiores esforços estiveram concentrados na atuação junto ao CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude. Além da participação nas suas reuniões ordinárias e extraordinárias, a Ação Educativa participou intensamente nas

atividades da Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Políticas, que envolveram reuniões com 13 Ministérios tendo em vista a inserção do tema juventude nos seus Planos Plurianuais e o debate em torno das novas iniciativas do Governo Federal, particularmente o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e o novo desenho do Projovem. Ainda como parte das atividades dessa Comissão, e em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ e a Organização Internacional do Trabalho – OIT, foi organizada uma oficina sobre Juventude e Trabalho Decente no Brasil, que deverá ter continuidade em 2008.

A Ação Educativa deu continuidade à sua participação no GT *Conselho Nacional de Juventude: Estrutura e Funcionamento*, cujo trabalho resultou num conjunto de propostas para o melhor funcionamento e a renovação do Conjuve. Coube à Ação Educativa o trabalho de sistematizar os debates e conclusões desse GT e o produto desse trabalho compôs o caderno Conselho Nacional de Juventude: Natureza, Composição e Funcionamento. Publicado em parceria com a Fundação Friedrich Ebert¹.

A Ação Educativa teve participação ativa também na Comissão Organizadora Nacional da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, bem como na Comissão Organizadora Estadual responsável pela Conferência no estado de São Paulo. Em ambas as comissões, as atividades dedicaram-se ao planejamento das conferências a serem realizadas em 2008, o que envolveu a elaboração do Texto-Base da Conferência e dos regulamentos nacional e estadual.

No plano municipal, a Ação Educativa atuou em duas direções. De um lado, apoiou o GT de Juventude do Movimento Nossa São Paulo oferecendo subsídios para seu planejamento. De outro, animada pelos resultados da sistematização da experiência da ONG Estrela Nova, convidou algumas organizações, que atuam com juventude na cidade de São Paulo, para partilhar suas experiências, dando início à constituição de uma rede entre essas organizações: Rede Educação, Juventude e Mobilização Comunitária.

Tendo em vista o fortalecimento da articulação das mulheres jovens, duas ações foram implementadas.

Foi apoiada a participação das jovens no processo da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres por meio de: espaço físico para a realização da conferência temática da cidade de São Paulo “Jovens Mulheres e Políticas Públicas”, recursos para a circulação e impressão das propostas produzidas pelas participantes e assessoria ao planejamento de uma oficina com jovens delegadas, realizada em Brasília, dias antes da Conferência Nacional, pela Fundação Friedrich Ebert.

E foi apoiada também a realização do encontro nacional do Fórum Cone-Sul de Mulheres Jovens Políticas, na cidade de Fortaleza, Ceará, onde o tema do enfrentamento do tráfico e da exploração sexual de mulheres, em especial das jovens, foi debatido junto a 30 jovens engajadas no movimento feminista e toda a equipe da Coordenadoria de Mulheres do Município.

Resultados e perspectivas

No plano nacional, a atuação junto ao Conjuve permitiu fortalecer uma visão crítica quanto à perspectiva das políticas de juventude no âmbito do Governo Federal. A Ação Educativa

¹ Conselho Nacional de Juventude: Natureza, Composição e Funcionamento; agosto de 2005 a março de 2007/Maria Virgínia de Freitas (Org.), - Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007.

contribuiu para o questionamento do enfoque predominantemente emergencial dos programas que têm sido dirigidos à juventude, em detrimento do fortalecimento das políticas universais. No entanto, as mudanças observadas são mínimas e caminham vagarosamente. Um decreto criando uma instância interministerial para a articulação das políticas foi elaborado, mas ainda permanece na gaveta. Alguns Ministérios procuram elaborar uma perspectiva de juventude no âmbito de sua atuação.

Duas recomendações do CONJUVE foram acatadas pelo Governo Federal: a renovação de seus membros por meio de eleição – e não mais por indicação – e a convocação da Conferência Nacional de Juventude. O reconhecimento das contribuições da Ação Educativa levaram-na a ser uma das organizações indicadas pelo CONJUVE a representá-lo na Comissão Organizadora Nacional da Conferência, bem como a obter o maior número de votos na eleição para o novo mandato do CONJUVE.

No plano municipal, a adesão das organizações que atuam com juventude ao convite feito pela Ação Educativa evidenciou que a necessidade de articulação em rede era uma questão premente, tendo em vista que muitos dos desafios enfrentados são comuns a todas elas. Para 2008, espera-se que a Rede consiga elaborar e implementar um planejamento próprio.

A assessoria ao coletivo Jovens Feministas de São Paulo permitiu que as jovens realizassem um encontro onde foi formulada a proposta que norteou boa parte de toda a articulação nacional de jovens feministas no processo da Conferência Nacional de Mulheres. O encontro de São Paulo pôs em diálogo jovens feministas de diferentes linhas políticas e partidárias que comungaram com as propostas do documento, formulado por elas próprias, e também formularam um conjunto de estratégias para aprová-lo no encontro de Brasília.

Por sua vez, o apoio à realização do encontro Fórum Cone-Sul de Mulheres Jovens Políticas fez emergir uma série de questões que estão articuladas com a questão do tráfico de mulheres: migração, desenvolvimento econômico, prostituição etc. E a percepção de que acerca dessas questões não há consensos entre as jovens feministas. Todas elas concordam e partilham da opinião de que o tráfico é um ato criminoso e que desumaniza pessoas, mas não possuem uma única opinião a respeito de questões que influem sobre a continuidade dessa prática. Ampliar a discussão sobre a migração e sobre as questões econômicas que vivem as mulheres jovens mostrou-se ser estratégia adequada a ser desenvolvida em 2008.

META 3

TER PRODUZIDO ESTUDOS E PROMOVIDO DEBATES QUE INFLUENCIEM A OPINIÃO PÚBLICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA JUVENTUDE.

Atividades e produtos

As atividades de pesquisa sobre juventude enfocaram temáticas do campo educacional e do campo de trabalho.

No campo da Educação, foi realizada uma pesquisa de opinião com 880 estudantes do ensino médio, em parceria com o IBOPE, que contribuiu na elaboração do questionário e na tabulação dos resultados. A pesquisa foi realizada em 5 escolas parceiras do Projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação e sua aplicação contou com o trabalho dos jovens agentes. O objetivo da pesquisa foi traçar um perfil dos estudantes bem como apreender os significados atribuídos ao ensino médio. Na etapa seguinte foram realizados oito grupos de diálogo

nas mesmas escolas, envolvendo ao todo 177 pessoas entre estudantes, professores e demais segmentos da comunidade escolar. Foi uma etapa articulada à pesquisa de opinião, que buscou aprofundar o debate em torno do tipo de ensino médio almejado pelas comunidades escolares. Como instrumento da consulta, visando a orientação dos debates, foi desenvolvida a publicação *Que ensino médio queremos? Guia para realização de grupos de diálogo sobre Ensino Médio*, onde se explicitavam cenários possíveis a partir dos quais os jovens refletiam sobre o sentido de sua experiência educacional e da escola de ensino médio.²

No campo do Trabalho, estiveram em andamento dois projetos. A pesquisa intitulada *Percursos juvenis: entre a escola e o mundo do trabalho* teve sua primeira parte finalizada, com análise dos dados quantitativos referentes à situação juvenil no mercado de trabalho brasileiro. Além disso, foi realizada e concluída pesquisa sobre juventude trabalhadora no setor de *telemarketing*, no âmbito do projeto Juventude e Integração Sul-Americana, sob coordenação do IBASE e do Instituto Polis³.

No que se refere à disseminação de conhecimentos, foram publicados 2 mil exemplares do *Almanaque da Juventude e o Mundo do Trabalho*⁴, com os resultados de um amplo processo de debates realizado com jovens em torno de suas expectativas, necessidades e desejos sobre o mundo do trabalho, além de dicas e informações sobre o mundo trabalho e as políticas públicas nesse campo. Foram realizados dois seminários para debate do Almanaque: um em São Paulo, que contou com 30 participantes e um seminário em Natal, com 50 participantes.

Foram publicados cinco números do boletim eletrônico *Juventude na Cena*, cujas temáticas foram: ações afirmativas para população negra, tráfico de seres humanos e exploração sexual de mulheres, Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI) e ensino médio e políticas públicas de juventude. Os dois últimos números foram impressos.

Foi produzido um texto sobre as principais questões relacionadas à concepção dos jovens como sujeitos de direitos e às políticas públicas de juventude, a fim de oferecer uma contextualização aos participantes do Curso de Verão oferecido pelo CESEp.⁵

Finalmente, foi elaborado o projeto editorial de uma coleção de livros intitulada *Conexão Juventude* – que será publicada com a editora Global. O objetivo da coleção é apoiar e divulgar a produção de jovens ativistas sobre temas relacionados aos direitos humanos, sociais, ambientais e culturais, de modo a formar novos públicos engajados na temática. Foram estabelecidos acordos com 10 autores que estão preparando suas obras com apoio da editoria, que ficou a cargo da Ação Educativa.

Resultados e perspectivas

No que diz respeito à Educação, a pesquisa de opinião e os grupos de diálogo produziram um amplo conjunto de dados e informações sobre o Ensino Médio num momento em que

² AÇÃO EDUCATIVA. *Que ensino médio queremos? Guia para realização de grupos de diálogo*. São Paulo, 2007.

³ CORROCHANO, M. Carla e NASCIMENTO, Érica. *Jovens, Sindicato e Trabalho no setor de Telemarketing*. Ibase/Polis, 2007.

⁴ Tommasi, Livia; Nogueira, Madza Julita e Corrochano, Maria Carla (org.). *Almanaque da Juventude e o Mundo do Trabalho*. Recife, Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert/Redes e Juventudes, 2007.

⁵ FREITAS, Maria Virgínia de. *Juventude: mapeando a situação*. In: José Oscar Beozzo(org.). *Curso de verão: Ano XXI: Juventude: caminhos para outro mundo possível* – São Paulo: Paulus, 2007. – (Coleção Teologia Popular)

aumenta o reconhecimento público sobre a necessidade de debater e desenhar políticas mais adequadas para este nível de ensino. Os resultados indicaram a necessidade de uma articulação do ensino médio com o mundo do trabalho e com o prosseguimento dos estudos pós-ensino médio, e permitiu contestar algumas visões cristalizadas sobre as formas de realizar esta articulação, vista em geral como sinônimo de cursos profissionalizantes. Os resultados da pesquisa e dos diálogos têm permitido à Ação Educativa construir posicionamentos e argumentos sobre as políticas para o ensino médio e também contribuir com debates públicos sobre o assunto.

Quanto ao tema do trabalho, a pesquisa *Percurso Juvenis, entre a escola e o mundo do trabalho* sistematizou e analisou um conjunto diverso de questões sobre a condição juvenil no mercado de trabalho. Seus resultados preliminares indicam a centralidade da esfera do trabalho na vida dos jovens brasileiros e evidenciam que este segmento está sujeito a condições específicas de vulnerabilidade quando comparados aos adultos. A análise mais aprofundada desses resultados, a ser concluída em 2008, oferecerá subsídios para um debate em torno das ações públicas destinadas aos jovens no país, em geral focadas na formação, e pouco atentas às reais condições de trabalho juvenil e ao mesmo tempo argumentos para defender a importância de um olhar mais aprofundado para a dimensão do trabalho nessas ações.

A pesquisa em torno dos jovens trabalhadores dos setores de *telemarketing* reforça as questões apontadas acima e oferece argumentos para reivindicar políticas públicas que permitam a combinação do trabalho e estudo na vida juvenil. Assim a demanda é por trabalho (decente) e educação. Ora, grande parte das políticas está muito mais direcionada para a elevação da escolaridade e oferta de qualificação profissional. Assim, a pesquisa revelou a importância em também defender políticas no campo do trabalho quando considerado o segmento juvenil.

Por fim, o *Almanaque da Juventude e o Mundo do Trabalho* revelou-se um grande sucesso por parte dos mais diferentes atores. Tanto assim que a CUT – Central Única dos Trabalhadores reproduziu 6 mil exemplares dele como encarte de uma publicação sua.

META 4

TER DESENVOLVIDO E/OU APOIADO PROGRAMAS QUE ATENDAM ÀS NECESSIDADES DOS JOVENS NAS ÁREAS DO TRABALHO, EDUCAÇÃO E CULTURA, COM PARTICIPAÇÃO DE PELO MENOS 100 EDUCADORES, TÉCNICOS E GESTORES, AO ANO, E FORMAÇÃO DE PELO MENOS 100 JOVENS AGENTES SOCIOEDUCATIVOS NO TRIÊNIO

Atividades e produtos

A Ação Educativa desenvolveu três projetos em parceria com o poder público, visando contribuir para a incorporação do recorte de juventude nas políticas educacionais. A primeira delas foi a formação continuada dos educadores do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) na cidade de Embu. O grupo inicial era de 60 educadores, mas com a forte evasão dos alunos, metade das salas foram fechadas e, já nos primeiros meses, este grupo foi reduzido para 26 educadores.

Foram realizados dezenove encontros totalizando 84 horas de formação presencial com educadores. Além disso, houve visitas aos núcleos, reuniões com a Fundar, organização que

assessora a coordenação nacional do Projovem, com a coordenação municipal e com o comitê gestor, com uma carga horária total de 55 horas.

O foco da formação foi o apoio ao trabalho do professor considerando as diretrizes pedagógicas do Programa, e a necessidade de refletir continuamente sobre as práticas realizadas. Neste sentido, os temas da formação foram variados e definidos conjuntamente com os educadores, conforme seus interesses.

A Ação Educativa também elaborou uma publicação pedagógica direcionada a alfabetizadoras do programa Brasil Alfabetizado, com o objetivo de dar visibilidade aos jovens nas salas de alfabetização e municiar os educadores para o trabalho com estes sujeitos. O livro foi finalizado no início de 2007⁶, e para sua disseminação foram organizados cinco seminários estaduais com parceiros do Brasil Alfabetizado. Os seminários foram realizados em São Paulo (SP), Rio Branco (AC), Recife (PE), Salvador (BA), Maceió (AL) e envolveram ao todo 380 pessoas entre alfabetizadoras, formadoras, gestores e coordenadores pedagógicos.

O terceiro projeto – Projeto Educadores em Ação – teve como objetivo formar professores de língua portuguesa do ensino médio na identificação e elaboração de propostas pedagógicas sintonizadas com as necessidades de aprendizagem dos jovens. A implantação do Projeto foi iniciada em parceria com a Diretoria de Ensino Leste 1, com a qual a Ação Educativa já desenvolveu experiências anteriores. Foi organizado um grupo com 22 professores cursistas e realizados dois encontros para apresentação do programa de formação no final do ano. A formação propriamente dita deveria ter sido iniciada no início de 2008, mas, em função de mudanças promovidas pela Secretaria Estadual de Educação, isso mostrou-se inviável. O projeto deverá ser implantado a partir de junho de 2008 com um novo grupo e formato, já que não será mais possível dispensar os professores dentro do horário de trabalho.

Foi dada continuidade à assessoria à EE Condessa Filomena Matarazzo contribuindo para a gestão e implementação do Projeto *Fênix: reconstruindo a Escola Noturna*, de iniciativa da própria escola. Nesse ano, o trabalho constituiu-se basicamente na oferta de algumas técnicas de moderação de grupos e acompanhamento da relação da equipe técnica da escola com os especialistas que ainda trabalhavam com os professores.

Resultados e perspectivas

Os resultados dos projetos desenvolvidos no campo da educação indicaram a pertinência da temática da juventude e a necessidade de buscar sua articulação com as políticas educacionais, mas também revelaram entraves no relacionamento com órgãos do poder público e sua dinâmica político-organizacional. O livro *Jovens na alfabetização: para além das palavras, decifrar mundos* tematizou de forma inédita a alfabetização com enfoque nos jovens, constituindo-se como subsídio importante no campo. No entanto, com a mudança na Diretoria de Educação de Jovens e Adultos do MEC e dos técnicos que acompanhavam o projeto, houve falhas na comunicação e problemas para a impressão e distribuição do material, e embora o MEC tenha assumido o compromisso de disponibilizar a publicação para download em seu site, não o fez até hoje. Os exemplares de reserva técnica da Ação Educativa também não foram, ainda, entregues pelo MEC.

A formação continuada de educadores do Projovem ocorreu em condições adversas, já que os recursos eram bastante limitados. A diminuição do número de educadores provocou forte

⁶ CORTI, Ana Paula; VÓVIO, Claudia Lemos. *Jovens na Alfabetização: para além das palavras, decifrar mundos*. Brasília: Ministério da Educação, Ação Educativa, 2007.

redução orçamentária. A articulação prevista entre o Programa Juventude e o Programa Educação de Jovens e Adultos ocorreu, mas ficou aquém do desejado, pois as assessoras tiveram que se revezar nas formações em função da disponibilidade de tempo, o que dificultou um vínculo maior com o grupo de professores, aspecto dificultado também pela periodicidade quinzenal dos encontros. Os encontros de formação possibilitaram troca de experiências entre os educadores e aportaram conhecimentos e estratégias metodológicas avaliadas como positivas pelos educadores, mas notou-se em certos momentos uma desmobilização deles na discussão de alguns temas que os próprios haviam sugerido. A carga horária da formação continuada e seu desenho certamente demandariam revisões, bem como outros aspectos do Programa.

O projeto *Educadores em Ação* sofreu atraso na sua implantação e hoje encontra condições adversas para se concretizar, já que a formação terá que ser oferecida fora do horário de trabalho dos professores. A viabilidade da parceria com a Diretoria de Ensino Leste 1, nestas condições, será verificada a partir das possíveis adesões dos professores. Caso isso não ocorra como esperado, foi negociada junto ao parceiro financiador uma nova estratégia que consiste na elaboração de uma publicação no âmbito do tema previsto pela formação, como subsídio a professores do ensino médio.

Por fim, o *Projeto Fênix: reconstruindo a Escola Noturna*, embora tenha tido resultados bastante interessantes, teve suas atividades bastante reduzidas em função do fato da escola não contar mais com os recursos do MEC. A estratégia de fortalecer a equipe técnica mostrou-se acertada pois percebeu-se, por parte dela, um maior envolvimento com questões fundamentais para implementação de projetos educativos, como a gestão e avaliação dos processos e produtos e o acompanhamento sistemático da formação continuada dos professores.

Educação

No campo da educação, as mudanças qualitativas de situação almejadas pela Ação Educativa e expressas em seus objetivos específicos são:

- Ampliar e qualificar a participação de atores da sociedade civil na efetivação do direito à educação pública e de qualidade – entendido como direito humano –, influenciando a opinião pública, a atuação dos poderes executivo, legislativo e judiciário.
- Fortalecer a escola pública e outras instâncias que atendem aos setores sociais mais desfavorecidos pela situação de desigualdade, promovendo um conceito de qualidade educativa baseado nos princípios da participação e da equidade, na relevância social e cultural das aprendizagens.

Seis metas foram estabelecidas a partir desses objetivos, às quais são referidas as atividades, os produtos, o balanço de resultados e as perspectivas relatadas a seguir.

META 1

TER APOIADO PROGRAMAS EDUCATIVOS, NO ÂMBITO A EDUCAÇÃO BÁSICA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, CONTRIBUINDO PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM DE PELO MENOS 250 MIL EDUCANDOS JOVENS E ADULTOS.

Atividades e produtos

Produção de materiais didáticos

A elaboração de materiais didáticos para a modalidade EJA continuou sendo uma das principais estratégias de apoio à escolarização de jovens e adultos. Foram publicados durante o ano novos títulos da coleção *Viver, Aprender*, em parceria com a Global Editora: uma edição revista e ampliada do volume *Alfabetização*⁷, inscrito e aprovado no Plano Nacional do Livro de Alfabetização - EJA, organizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); uma reorganização em quatro volumes da coleção voltada ao 2º segmento do Ensino Fundamental, sendo dois com Temas de Estudo⁸ e dois com Linguagem e Matemática⁹, elaboração de novo volume da *Quitanda Cultural*, almanaque com textos para neo-leitores (no prelo), além da renovação completa dos volumes relativos ao primeiro segmento (Integrado), dos quais finalizou-se a produção gráfica¹⁰. Encontram-se em fase de preparação e/ou revisão de originais quatro volumes da coleção voltada ao Ensino Médio (no

⁷ VÓVIO, Claudia Lemos; MANSUTTI, Maria Amábile. EJA. Educação de Jovens e Adultos: Alfabetização. São Paulo: Global: Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, 2007.

⁸ GIANSANTE, Roberto, KOK, Gloria & VALADÃO, Marina. *Viver Aprender Unificado 5ª e 6ª séries: Temas de Estudo*. São Paulo: Ação Educativa/Global, 2007.

MUGANGA, Kabenguele, GOMES, Nilma, GIANSANTE, Roberto, KOK. *Viver Aprender Unificado 7ª e 8ª séries: Temas de Estudo*. São Paulo: Ação Educativa/Global, 2007.

⁹ MUSSALIM, Fernanda, & MEIRELLES, Helena. *Viver Aprender Unificado 5ª e 6ª séries: Linguagem e Matemática*. São Paulo: Ação Educativa/Global, 2007.

BENTES, Anna Cristina, MANSUTTI, Maria Amábile e ONAGA, Dulce. *Viver Aprender Unificado 7ª e 8ª séries: Linguagem e Matemática*. São Paulo: Ação Educativa/Global, 2007.

¹⁰ VÓVIO, Claudia Lemos; MANSUTTI, Maria Amábile. EJA. *Quitanda Cultural 2*. São Paulo: Global: Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, 2008.

prelo) e quatro volumes da coleção para o 2º segmento do Ensino Fundamental (Integrado), que conta com novos texto de Linguagem e Matemática (no prelo). Todas as coleções são organizadas a partir de temas que articulam diversas áreas curriculares, combinando o desenvolvimento de habilidades básicas com o tratamento de temas relevantes para os educandos jovens e adultos, enfatizando a promoção dos direitos humanos, a solidariedade e o desenvolvimento sustentável. Ao longo do ano, foram comercializados 412.970 livros da coleção para programas públicos de EJA de todo o país.

Ainda na linha de produção de subsídios pedagógicos, foi publicada a revista *Igualdades, Diversidades: Promoção da Igualdade Racial nas Políticas Públicas – Uma experiência em Santo André (SP)*¹¹, resultado do processo de formação de servidores da Prefeitura município de Santo André para a promoção da equidade racial.

Assessorias e consultorias

Sergio Haddad, coordenador geral da Ação Educativa, continuou participando da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, órgão consultivo que assessora o Ministério da Educação em relação às políticas para o setor.

Foi também prestada assessoria em avaliação para os gestores e educadores do SESI – DR Bahia. O trabalho consistiu na análise de matrizes de referência de avaliações cognitivas dirigidas a jovens e adultos (ENCEEJA, SAEB, INAF, PISA), análise crítica das provas utilizadas pelos educadores do SESI e oficina de elaboração de itens com base em matrizes de competência.

Junto com os ONGs Alfamol e Cenpec, a Ação Educativa desenvolveu o Projeto Incentivo à Leitura, de iniciativa da Natura Cosméticos S/A. O projeto distribui acervos de livros e promove a formação de leitores em escolas públicas que receberam nos anos anteriores alunos jovens e adultos encaminhados pelas consultoras na empresa. Além da seleção das 50 obras do acervo, foram produzidos materiais de formação para professores e alunos. acervo em sala de aula e sobre práticas pedagógicas voltadas a formação de leitores; o envolvimento dos estudantes na gestão de acervos de leitura, manutenção e guarda, bem como na avaliação e implementação de processos educativos. Entre os meses de agosto de 2006 e maio de 2007 foram enviados a escolas das cinco regiões do Brasil 1.202 acervos, assim distribuídos: 87 para a região Centro-Oeste; 542 para a Nordeste; 101 para a Norte; 326 para a Sudeste e 146 para a Região Sul.

Além disso, foi dado apoio pedagógico continuado ao projeto de alfabetização e letramento para mães de alunos de creche mantida pela APAF, entidade sediada em São Paulo (SP). De fevereiro a dezembro foram realizados encontros com carga horária de 5 horas semanais, onde se desenvolveram atividades com base na coleção *Viver, Aprender*.

Deu-se também continuidade às atividades de formação de educadores, sempre realizadas a partir de planejamento realizado com a participação dos beneficiários. Em 2007, ao lado de seminários de apresentação da coleção *Viver, Aprender*, as atividades de formação voltadas a educadores de redes públicas alcançaram 14 secretarias municipais e uma estadual: Campinas, Embu das Artes, Itapevi, Itatiba, Jaú, Santos, São Paulo, Santo André e Taboão da Serra (SP), Poços de Caldas (MG), Londrina (PR), Canoas (RS), Mesquita e Rio de Janeiro (RJ), Rondonópolis (MT) e da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo. Em seu conjunto, as atividades realizadas incluíram o diagnóstico da realidade local e das expectati-

¹¹ IGUALDADES, diversidades: promoção da igualdade racial nas políticas públicas – a experiência de Santo André (SP). São Paulo: Ação Educativa; Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 2007.

vas e necessidades dos participantes, reuniões de planejamento e análise dos processos empreendidos. Na implementação de programas específicos, como o Projovem, em Embu das Artes (SP), foi realizado também o acompanhamento das atividades dos diversos núcleos de jovens criados na cidade.

Além das redes citadas acima, outros programas também foram atendidos por meio de atividades mais pontuais. São entidades, movimentos da sociedade civil e indivíduos que vêm desenvolvendo ou pretendem desenvolver projetos educativos e/ou de produção de subsídios pedagógicos, tais como a EE Condessa Filomena Matarazzo e a EMEF Armando Cridey Righetti, o MST (Sede Jarinu-SP), as entidades Repórter Brasil/Projeto Trabalho Escravo, Nem Pensar!, o Centro pela Democratização da Informática/Projeto Pró-Menino e estudantes de cursos de pedagogia de São Paulo. Membros da equipe do Programa participaram também atividades de formação de educadores em presídios, como oficina em complexo penitenciário do Estado do Paraná.

Pesquisa e disseminação de conhecimentos

No âmbito da pesquisa, deu-se continuidade ao projeto de balanço da produção de conhecimentos no campo da educação não-formal, com base em teses e dissertações produzidas no país, sob coordenação de Sergio Haddad. O pesquisador também apresentou os resultados da pesquisa anterior *Juventude, escolarização e poder local* referentes à EJA na Reunião Anual da Anped e publicou o livro *Novos Caminhos em Educação de Jovens e Adultos*, além de artigo em revista especializada¹².

O grupo de pesquisa *Letramento e prática social*, integrado por Vera Masagão Ribeiro, Cláudia Vóvio e Ana Lucia Sousa encerraram sua participação no grupo de pesquisa liderado por Ângela Kleiman, da Unicamp, apresentando os resultados de suas pesquisas em seminário. Cláudia Lemos defendeu sua tese de doutorado sobre a atuação de alfabetizadoras populares como agentes de letramento.¹³

Também o Projeto INAF teve continuidade, com a realização de mais uma pesquisa nacional, por meio do qual foi possível também aperfeiçoar a metodologia de medição de habilidades de alfabetismo da população de jovens e adultos. A coordenadora da pesquisa, Vera Masagão Ribeiro, publicou três artigos sobre a temática em publicações especializadas¹⁴.

Em julho de 2007, Ação Educativa organizou o X Seminário de Educação de Jovens e Adultos, durante o 16º COLE, em parceria com a Associação de Leitura do Brasil. O evento teve como eixo temático a defesa dos direitos educativos de pessoas jovens e adultas. Participaram das atividades do Seminário, cerca de 300 pessoas que não só debateram sobre os avanços e desafios enfrentados para se garantir o acesso e permanência de jovens e

¹² HADDAD, Sérgio. *Novos caminhos em educação de jovens e adultos*. São Paulo. Global. 2007.

HADDAD, Sérgio. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. In *Revista Brasileira de Educação* Volume 12, número 35. Campinas: Autores Associados.

¹³ VÓVIO, C. L. *Entre discursos: sentidos, práticas e identidades leitoras de alfabetizadores de jovens e adultos*. Tese de doutorado. Unicamp, 2008.

¹⁴ RIBEIRO, V. M.. *Estatísticas para melhorar o conhecimento de letras e números*. Cadernos Cenpec Educação, Cultura e Ação Comunitária, v. 3, p. 111-126, 2007.

RIBEIRO, V. M.. Diagnóstico do nível de letramento de alunos da Educação de Jovens e Adultos. *Língua Escrita*, v. 1, p. 182-204, 2007.

RIBEIRO, V. M.. As estatísticas da alfabetização. *Reveja Revista de Educação de Jovens e Adultos*, v. 1, p. 97-108, 2007.

RIBEIRO, V. M.. Analfabetismo e alfabetismo funcional no Brasil. In: Fundação Victor Civita. (Org.). *Recreven-do a educação*. 1a ed. São Paulo: Editora Ática Editora Sipione, 2007, v. 1, p. 26-37.

adultos nos sistemas públicos de ensino, mas também deram visibilidade a suas propostas educativas.

Balanco dos resultados e perspectivas

Algumas experiências realizadas neste ano contribuíram para o questionamento da eficácia das atividades de formação quando não estão inseridas em projetos pedagógicos claros assumidos pelos gestores das redes. A instabilidade das equipes, a não disponibilidade de horários e a necessidade de cumprir formatos de cursos definidos pelo órgão financiador mostram-se ainda como problemas que dificultam o aperfeiçoamento pedagógico dos programas com uma integração mais orgânica das atividades de formação. Para o próximo período, é necessário sistematizar essas reflexões, divulgando propostas de política pedagógica que garantam o direito à formação continuada dos profissionais da educação assim como a qualidade pedagógica das propostas e seus impactos no trabalho realizado junto aos educandos.

Além de materiais didáticos de qualidade, é preciso que os programas consigam desenvolver experiências inovadoras, conectadas com a qualificação profissional. A assessoria ao Programa Projovem, em Embu das Artes, ofereceu uma importante experiência quanto aos desafios de se implantar uma proposta inovadora, de negociar as necessárias adaptações às realidades locais e à cultura pedagógica dos educadores.

O Projeto Incentivo à Leitura já tem uma fase de avaliação planejada para o início de 2008, o que deve oferecer uma boa oportunidade para aferirmos o impacto dos acervos e orientações estabelecidas na mudança do ambiente escolar e práticas educativas.

A articulação da educação básica com a orientação/capacitação profissional, entretanto, ainda é um campo a ser mais sistematicamente explorado. No material de Ensino Médio, em elaboração, estão sendo desenvolvidas propostas específicas sobre esse tema. Iniciativas articuladas com o programa Juventude também deverão impulsionar avanços nesse sentido.

Com relação ao Inaf, os aperfeiçoamentos metodológicos deverão permitir que o indicador seja usado também para a avaliação de programas, colocando à disposição desse campo mais uma ferramenta visando a qualidade pedagógica e relevância social das iniciativas.

META 2

TER APOIADO ANUALMENTE 1000 EDUCADORES ENVOLVIDOS COM A INOVAÇÃO PEDAGÓGICA EM ESCOLAS PÚBLICAS, POR MEIO DE ASSESSORIA, FORMAÇÃO, INTERCÂMBIO E ARTICULAÇÃO DE REDE, PROMOVENDO SEU ENGAJAMENTO NA DISPUTA PELAS ORIENTAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

A essa meta estão orientadas os projetos do programa Ação na Escola: Nossa Escola Pesquisa sua Opinião (**Nepso**) e Indicadores da Qualidade na Educação (**Indique**). Além da ação direta em escolas públicas, destaca-se entre os pontos comuns entre eles o princípio da participação, a medida que envolve diferentes atores da comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, famílias e organizações do entorno) na gestão e na produção de conhecimentos com fins educacionais. Neste triênio, a meta é articular as experiências desenvolvidas no nível das escolas com o debate e definição das políticas públicas no âmbito local ou nacional.

Atividades e produtos

Nepso

O Projeto tem com objetivo disseminar uma metodologia de ensino que propõe o uso da pesquisa de opinião como instrumento pedagógico. Os projetos são planejados e realizados em sala de aula, em conjunto com os alunos, contribuindo para a contextualização dos conteúdos e o trabalho interdisciplinar.

Em 2007 participaram da rede Nepso 679 professores e 7.804 alunos de 120 escolas públicas de redes estaduais e municipais e 8 universidades. Foram realizados 303 projetos de pesquisa de opinião nos estados de SP, RJ, MG, PR, RS, PE, DF e BA. Também na Argentina, Chile, México, Colômbia e Portugal.

Esses números e abrangência resultaram das seguintes ações, realizadas pela equipe:

1. divulgação da proposta em eventos regionais, estaduais, nacionais e internacionais;
2. formação na metodologia para novos educadores, especialmente em São Paulo – território sede do projeto, mas também em outros estados (Paraná e Bahia) e países (Colômbia e México);
3. assessoria ao processo de realização da pesquisa, presencialmente no Estado de São Paulo, por meio de encontros periódicos com educadores e jovens. Também, à distância, aos outros estados e países como responsabilidade da Ação Educativa na coordenação nacional do Projeto;
4. produção do vídeo “Em Igara, um lugar.... a escola” relatando a experiência do trabalho desenvolvido com os jovens do distrito de Igara, no município de Senhor do Bonfim (BA).

A parceria do NEPSO com outros Programas da Ação Educativa, especialmente o Seminário O Silêncio dos Professores, coordenado pelo Observatório da Educação, inspiraram o conceito e organização do VI Congresso Ibope Unesco. Com o tema “Docência: que ofício é esse?” professores e alunos tiveram a oportunidade de refletir sobre as singularidades e desafios que os constituem como atores sociais na contemporaneidade. Esse debate foi enriquecido pela apresentação de pesquisas realizadas pelo IBOPE e dos estudos acumulados pela profa. Aparecida Neri de Souza, docente da Faculdade de Educação da Unicamp. As apresentações e reflexões produzidas nos grupos estão sendo sistematizadas, gerando um documento de registro dessa experiência.

Finalmente, foi elaborado o I Almanaque Nepso, que registra e organiza todas as pesquisas realizadas pelos pólos em 2007 e se constitui no primeiro exercício de reflexão acerca das experiências inovadoras no uso da metodologia pelas escolas.

Indique

Com relação ao Indique, foram realizadas atividades de formação e assessoria a programas que utilizam o material como ferramenta de mobilização para a melhoria das escolas. O Banco Real mantém um programa de voluntariado junto a seus funcionários que passaram a utilizar o Indique como ferramenta para mobilização da comunidade escolar e planejamento de intervenções. A Ação Educativa realizou atividade formativa junto à equipe técnica do banco e proferiu palestra aos voluntários.

Pelo segundo ano consecutivo, prestou-se assessoria ao Instituto Embraer, que desenvolve na região de São José dos Campos, Botucatu e Araraquara (SP), um programa de apoio a

escolas públicas, por meio de atividades de formação e financiamento de projetos. Assessoras da Ação Educativa ministraram nove oficinas de capacitação para uso do Indique junto a 130 profissionais das escolas participantes. Esses profissionais utilizaram o material para fazer um diagnóstico participativo em suas escolas e elaboraram projetos com base nas prioridades apontadas pela comunidade escolar, solicitando apoio financeiro ao Instituto para implantar melhorias. As assessoras da Ação Educativa fizeram a análise técnica dos 53 projetos inscritos, orientando a seleção dos contemplados.

No II Encontro Municipal de Formação de Conselheiros Escolares do Município de Fortaleza, foram realizadas oficinas de capacitação sobre a nova dimensão do instrumental: Aprendizagem da Leitura e da Escrita, envolvendo a participação de 1.300 conselheiros escolares. O Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do MEC, que co-promovia o evento, integrou a referida dimensão no material distribuído para escolas.

Em maio, o Indique recebeu um prêmio Philips de Simplicidade, que reconheceu, entre aproximadamente 50 inscritos, cinco idéias simples que melhoram a vida das pessoas.

No segundo semestre, com o apoio da Fundação Telefônica, deu-se início a um estudo avaliativo do uso do Indique em redes públicas. Com base em entrevistas telefônicas com gestores de programas que utilizam ou utilizaram o material, foram selecionados alguns locais para visitas e entrevistas em profundidade. Iniciou-se também a elaboração de uma publicação que sistematiza os planos de ação das escolas, destacando as estratégias que as comunidades encontram para solucionar os problemas. Foi feita mais uma tiragem do caderno do Indique, agora na sua versão ampliada, que contém a dimensão Ensino e Aprendizagem da Leitura e da Escrita, elaborada no ano passado¹⁵. Finalmente, deu-se início também à produção de conteúdos relativos ao Indique em formato eletrônico, para serem publicados no portal Educarede, onde se planeja a criação de uma comunidade virtual dedicada ao assunto. Um artigo atualizado sobre essa proposta de metodologia avaliativa foi também publicado em revista especializada¹⁶.

Para estabelecer um ponto de partida que viabilize a avaliação do impacto de projetos de melhoria da qualidade da educação escolar, em especial junto a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, foi feita uma pesquisa junto a entidades financiadas pela Fundação Telefônica sobre trabalho infantil. Com envolvimento de 13 entidades no estado de São Paulo, foram aplicados 2500 questionários e visitadas 57 famílias, visando caracterizar situações de trabalho infantil.

Balanco dos resultados e perspectivas

Nepso

A meta de disseminação do Projeto Nepso vem sendo atendida como atesta a ampliação permanente do uso da metodologia Nepso em novas escolas, novos Estados brasileiros e novos países. Esse avanço tem sido possível graças ao apoio e aliança com inúmeras instituições: IBOPEs latino-americanos (Argentina, Chile, México e Colômbia), WWF Brasil, Save the Children UK, ONG Seguir Cresciendo (AR), Fundación Restrepo Barco (CO),

¹⁵ Ação Educativa, Unicef, Pnud, Inep, SEB (Coord.), *Indicadores da Qualidade na Educação*. 3ª Edição Ampliada São Paulo: Ação Educativa, 2008,

¹⁶ RIBEIRO, V. M.; RIBEIRO, V. M. ; GUSMAO, J. B. . Indicadores de qualidade mobilizam a escola. Cadernos Cenpec Educação Cultura e Ação Comunitária, v. 3, p. 59-73, 2007.

Universidad de La Frontera (CL), Instituto de Ciências Sociais (Universidade de Lisboa – PT), Universidades Federais de Minas Gerais, do Paraná e Rural de Pernambuco.

O quadro abaixo apresenta os números desse crescimento, comparativamente a 2006. No final desse ano, especialmente em São Paulo, havia uma preocupação em relação à meta de consolidação da proposta nas escolas parceiras e a equipe decidiu que seria priorizada a adesão de novos professores e alunos de escolas já parceiras mais do que a entrada de novas escolas. Havia o entendimento de que era essencial, para o fortalecimento da proposta, que as equipes de pesquisa fossem ampliadas no interior das escolas. Os resultados dessa estratégia podem ser visualizados nos percentuais diferenciados de crescimento, no que se refere ao número de profs., escolas, alunos e pesquisas realizadas.

**Ampliação de escolas, professores e alunos envolvidos
e pesquisas realizadas no Nepso**

| | 2006 | 2007 | Crescimento % |
|-------------|-------------|-------------|----------------------|
| Escolas | 94 | 120 | 27% |
| Professores | 273 | 679 | 148% |
| Alunos | 4.186 | 7.804 | 86% |
| Pesquisas | 160 | 303 | 89% |

No entanto, na maioria das escolas participantes, o Nepso continua sendo realizado como um projeto do professor e não como projeto da escola, ou seja, como uma prática de sala de aula com impacto mínimo na organização e funcionamento das unidades escolares. Ainda que o projeto venha sendo incluído nos planejamentos das escolas, graças ao esforço dos educadores e alunos da rede Nepso, não se pode afirmar que esteja ocorrendo enraizamento da proposta. As condições adversas de realização do trabalho docente como insuficiência de tempo para trabalho coletivo, jornadas semanais excessivas traduzidas num grande número de salas superlotadas de alunos, rotatividade das equipes escolares etc. dificultam a constituição da escola como uma comunidade educativa que partilha objetivos e implementa um plano político-pedagógico comum. Assim, permanece como desafio para a equipe o cumprimento da meta de consolidação do Nepso nas escolas. Em 2008 a equipe fará esforços no sentido de promover maior diálogo com diretores(as) e coordenação pedagógica nas escolas participantes, com vistas a obter maior apoio e legitimidade para o trabalho realizado pelos professores(as) e alunos(as). Também daremos continuidade às parcerias entre a equipe do Nepso e de outros programas da Ação Educativa para promover a participação dos professores nos debates sobre as políticas educacionais.

Indique

Novas parcerias, em especial com institutos empresariais, vem permitindo que o material continue sendo disseminado por redes de ensino. Tais experiências devem gerar reflexões sobre as condições de promoção de mudanças educacionais com base na participação das comunidades. Por dificuldades de negociação com a SME e SEE de São Paulo, não conseguimos dar início a um acompanhamento mais sistemático de escolas, tal como havíamos planejado. Tentaremos realizar essa atividade com a parceria de outra rede de ensino, já que consideramos esse acompanhamento de longo prazo fundamental para produzir conhecimen-

tos e orientações não só sobre a realização de diagnósticos participativos com a comunidade escolar, mas também sobre os processos e resultados desencadeados a partir deles.

Tendo em vista a meta prevista para esse trienal, deveremos também no Indique focalizar a interação entre as comunidades escolares e os gestores responsáveis pelas políticas públicas implementadas pelas secretarias de educação. Iniciamos negociações com o MEC, o Unicef e a Fundação Orsa pra elaborar um novo Indique, agora voltado à educação infantil, com intensa participação de educadores e movimentos de todo país. Essa deve ser mais uma grande oportunidade de articular educadores no debate e definição de políticas públicas.

META 3

TER PRODUZIDO PESQUISAS SOBRE TEMAS ESTRATÉGICOS, QUE APÓIEM A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS E A AÇÃO DOS ATORES SOCIAIS.

Atividades e produtos

O Programa de Pesquisa e Monitoramento das Políticas Educacionais tem focalizado alguns temas considerados estratégicos para a ação dos movimentos sociais e para a promoção da equidade, tendo em vista os objetivos colocados no Plano Trienal. O tema da educação para a igualdade racial, transversal aos demais programas, vêm recebendo deste programa uma atenção especial focada na produção de conhecimentos sobre a temática. Além disso, são privilegiados os temas gestão democrática, financiamento e a ação dos organismos internacionais na educação.

Igualdade racial

No primeiro semestre, ocorreram atividades de encerramento do Concurso Negro & Educação, de fomento a produção de pesquisas sobre a temática, com o lançamento de um livro reunindo os resultados das pesquisas realizadas na sua quarta edição¹⁷, para o que se contou com a parceria do INEP.

Concluímos e publicamos em dezembro de 2007 o livro *Igualdade das Relações Étnico-Raciais na Escola: possibilidade e desafios para a implementação da lei 10.639/2003*, em parceria com a Editora Peirópolis. O livro é resultado da Consulta sobre Igualdade Racial na Educação, pesquisa qualitativa realizada junto a quinze escolas dos municípios de São Paulo, Belo Horizonte e Salvador, desenvolvida por meio da parceria da Ação Educativa com duas entidades do movimento negro (Ceafro e Ceert), com o Núcleo de Relações Raciais e de Gênero da Prefeitura de Belo Horizonte e com o Movimento Interfórum de Educação Infantil (MIEIB). A Consulta contou com o apoio financeiro do Instituto C&A e de Save the Children UK e com o apoio técnico do Instituto Paulo Montenegro.

Iniciamos no segundo semestre de 2007 um pequeno projeto apoiado parcialmente por Save the Children UK para a realização do diagnóstico sobre a implementação da lei 10.639 em três municípios da Grande São Paulo. Enquanto a Consulta sobre Igualdade Racial teve como foco as escolas, este segundo projeto visa identificar as possibilidades, desafios e obstáculos

¹⁷ Oliveira, Iolanda; Aguiar, Márcia Angela; Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves e; Rachel de Oliveira (orgs). Negro e Educação 4: linguagens, educação, resistências, políticas públicas: Ação Educativa, Anped, São Paulo, 2007.

para a institucionalização da lei 10.639 na gestão municipal de educação. Demos início à construção de indicadores e estamos em fase final da negociação com a Secretaria Municipal da Educação de São Paulo para o desenvolvimento do diagnóstico na cidade.

Desigualdades

Com apoio de Save the Children UK, iniciou também pesquisa sobre Educação e Exclusão na cidade de São Paulo. O projeto é um desdobramento do estudo *Educação e Exclusão no Brasil*, publicada por Ação Educativa em 2007. Os resultados dessa última serviram ainda elaboração de capítulo incluído em livro sobre o tema do crescimento econômico e desigualdade de renda no país, editado em português e inglês¹⁸. A análise das políticas de educação do município constará do estudo sobre a cidade de São Paulo, que também será colocado à disposição do Movimento Nossa São Paulo. A conclusão do estudo está prevista para junho de 2008.

Financiamento

Ao final de 2007, o Programa de Pesquisa e Monitoramento das Políticas Educacionais elaborou uma análise do orçamento municipal de educação de São Paulo no período de 1995 a 2006, que foi apresentada em sua versão preliminar no Encontro de Educação do Movimento Nossa São Paulo, Outra Cidade¹⁹. Não conseguimos desenvolver o mesmo estudo sobre o orçamento de educação do estado de São Paulo, apesar de termos iniciado negociações com parceiros que contribuiriam para o estudo e para a construção de um acompanhamento mais permanente, como o DIEESE.

Estamos em fase de finalização da publicação *educativa Bicho de sete cabeças – para entender o financiamento da educação brasileira*. A publicação será a base de um programa de formação a distância piloto para ativistas de educação de todo o país, que obteve apoio financeiro parcial em 2007 do Instituto C&A. A publicação também será distribuída para entidades de educação.

Gestão Democrática

Vinculado ao objetivo de atuar para o desenvolvimento de processos e institucionalidades participativas, o Programa de Pesquisa e Monitoramento de Políticas Educacionais tem produzido propostas com relação ao processo das Conferências Estaduais e Nacional de Educação que servem como subsídio à Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O Programa produziu propostas para o aprimoramento do regimento interno, para a melhoria da institucionalidade participativa em educação (apresentada na Conferência Estadual de São Paulo) e insumos para a Conferência Nacional.

Foi publicado o caderno Em Questão 5 sobre participação controle social em educação²⁰, compota de artigos de pesquisadores e pesquisadoras, juristas e ativistas de educação sobre o tema. A publicação foi distribuída durante a Coneb. Denise Carreira publicou também artigo no Informe Abong,²¹ onde explicita os limites do processo preparatório da Conferên-

18 HADDAD, Sérgio. "Educação e exclusão". In: *Crescimento Econômico e Distribuição de Renda no Brasil: prioridades para a ação*. Org. Jacques Marcovitch São Paulo EDUSP. 2007

HADDAD, Sérgio. Education and Exclusion. In *Economic Growth and Income Distribution in Brazil*. Org. Jacques Marcovitch. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2007

¹⁹ Estudo sobre o orçamento do município de São Paulo está sendo finalizado em junho de 2008.

²⁰ Disponível em www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=1149&Itemid=2

²¹ Disponível em www2.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=19009 - 14k

cia mas ressalta seus avanços. Propõe como modelo desejável que a Conferência ocorra de dois em dois anos e envolva etapas municipais e estaduais, mobilizando escolas e comunidades para o debate sobre a educação pública que queremos.

No âmbito municipal, concentramos esforços na produção de subsídios para a elaboração de um Plano Municipal de Educação, promovendo ampla participação popular. Segundo a legislação, tal Plano deveria ter sido elaborado com a liderança do poder público municipal. Recolhemos subsídios sobre as propostas anteriores de organizações populares, sindicatos e poder legislativos que tentaram sem resultados convocar a SME a assumir sua responsabilidade. Realizamos uma oficina de trabalho sobre o plano, com lideranças da área de educação, em novembro de 2007, e uma apresentação de propostas para a construção participativa do Plano no Encontro de Educação do Movimento, em evento na Câmara Municipal e em audiência com o Secretário Municipal de Educação de São Paulo, Alexandre Schneider.

Com base nesses acúmulos, Ação Educativa vêm liderando as ações do GT de Educação do Movimento Nossa São Paulo no sentido de negociar com o poder municipal a elaboração do Plano com metodologia participativa. Assumimos a relatoria do tema no Encontro de Educação e as negociações com a SME. O Secretário afirmou que a construção do Plano será desenvolvida ao longo do primeiro semestre e aceitou receber as propostas do GT Educação para que o processo seja o mais amplo e democrático possível.

Internacional

Lançamos em janeiro de 2008 o livro Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais²², produzida em parceria com ActionAid Brasil e Editora Cortez. A publicação contém dois estudos elaborados por Ação Educativa e um terceiro, produzido por ActionAid Internacional e está em fase de distribuição estratégica.

Apresentamos um artigo sobre a construção de indicadores em incidência política para o Grupo de Trabalho de Incidência Política do CEAAL, que foi publicado na Revista Piraguá²³. Seguimos, participando desse grupo.

Participamos de uma pesquisa internacional comparativa sobre o lugar da educação nas agendas governamentais, coordenada pela fundação Paul Gerin, do Canadá. No Brasil, a pesquisa foi coordenada por Sérgio Haddad, coordenador geral de Ação Educativa²⁴.

Balanco dos resultados e perspectivas

Criado em 2006 a partir do desmembramento do antigo Observatório da Educação, o programa Pesquisa e Monitoramento de Políticas Públicas buscou afinar em 2007 seus eixos e suas estratégias de atuação ao longo dos dois últimos anos levando em conta os desafios estruturantes das políticas educacionais, a agenda política das redes, fóruns e movimentos sociais que atuam no campo e as condições concretas (humanas e materiais) da equipe. Nosso compromisso é com o desenvolvimento de pesquisas, estudos e ações de monitora-

²² HADDAD, Sérgio (Orgs). Banco Mundial, OMC e Fmi: O Impacto Nas Políticas Educacionais. São Paulo: Cortes Editora, 2008.

²³ CARREIRA, Denise. "Indicadores de Incidência em políticas públicas: afinando olhares e perspectivas". IN La Piragua 26,: Revista Latinoamericana de Educación y Política. CEAAL, N.26, 2007.

²⁴ HADDAD, S. ; SARAIVA, S. ; CARVALHO, L. O.. Uma avaliação da participação da sociedade civil e da colaboração interministerial no Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE. 2008. (Relatório de pesquisa).

mento que dialoguem profundamente com questões colocadas na agenda política e a esse respeito demos passos significativos em 2007.

Um dos nossos grandes desafios é conseguir condições para o monitoramento de determinados aspectos e dimensões de políticas, que exigem esforços contínuos e consistentes no médio e longo prazo, como é o caso do monitoramento orçamentário municipal e estadual, da atuação do Banco Mundial e das negociações da OMC e da implementação do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), este último tema de uma pesquisa em fase de finalização que conta com a participação do Programa, apoiada pela Fundação Gerin (Canadá).

Nossa grande aposta é na contribuição para o aprimoramento da institucionalidade participativa e de controle social, dentro do marco da gestão democrática. A educação, comparada a outras áreas sociais, apresenta uma institucionalidade frágil e burocrática. Há todo um desafio que pretendemos continuar priorizando ao jogar foco na Conferência Nacional e no Plano Municipal de Educação de São Paulo por meio da produção de estudos e propostas.

Com relação à igualdade racial, em articulação com as entidades parceiras da Consulta e com o trabalho de Relatoria Nacional para o Direito à Educação, pretendemos realizar no primeiro semestre um seminário nacional sobre a implementação da lei 10.639 que se some ao processo de debate nacional anteriormente citado e que contribua para o processo internacional de Revisão da Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância, realizada em 2001 na cidade de Durban (África do Sul). Estamos articulados com o Relator Especial da ONU para a Educação, o costa-riquenho Vernor Muñoz, para participar deste processo no que se refere à revisão dos conteúdos de educação.

Tivemos a aprovação de um pequeno projeto junto à União Européia para o desenvolvimento em 2008 de referências metodológicas para a implementação da lei 10.639 nas escolas. Este projeto parte dos acúmulos gerados pela Consulta e terá como primeira etapa o levantamento do que já existe no campo com relação a metodologias de educação das relações étnico-raciais. O projeto envolverá parcerias com entidades do movimento negro, possibilitará a construção e sistematização de conhecimentos e resultará na construção de materiais de apoio para escolas, entre eles, os indicadores escolares de igualdade racial.

Pretendemos também retomar e dinamizar a rede de contatos de pesquisadores e pesquisadoras do Concurso Negro e Educação com o objetivo de ampliar a troca de informações e gerar uma maior articulação no desenvolvimento de pesquisas sobre o tema.

Para além das perspectivas já explicitadas ao longo do texto, temos novas propostas de estudos vinculadas aos quatro eixos, entre eles, a situação dos profissionais de educação no Brasil, ensino médio, políticas de formação e avaliação que contemplem a diversidade e aprofundamento da reflexão sobre indicadores de incidência política iniciada em este ano e divulgada pelo Ceeal (Conselho de Educação de Jovens e Adultos da América Latina).

META 4**TER AMPLIADO A UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS NA DEFESA DE DIREITOS EDUCACIONAIS, QUALIFICANDO A RECEPTIVIDADE DO SISTEMA DE JUSTIÇA E FORTALECENDO AS ESTRATÉGIAS DE JUSTIÇABILIDADE NOS MOVIMENTOS SOCIAIS.****Atividades e produtos**

Esta meta ficou a cargo do programa *Ação na Justiça* e foi executada em três eixos estratégicos: 1. produção e democratização de informações sobre o direito humano à educação e seus mecanismos de justiciabilidade; 2. formação de atores estratégicos; 3. Recurso ao sistema de justiça (local, nacional ou internacional) em ações paradigmáticas e/ou coletivas.

Partimos da convicção de que há um déficit na formulação conceitual e no reconhecimento da educação escolar de qualidade como um direito humano exigível, além de um desconhecimento do seu significado prático e dos mecanismos de justiciabilidade. Portanto, as ações executadas no âmbito dos dois primeiros eixos objetivaram produzir e disponibilizar informações qualificadas ao público em geral e à rede de contatos e assinantes, formada basicamente por estudantes, educadores, militantes sociais, organizações da sociedade civil e operadores jurídicos. Compreende ainda a promoção e participação de debates públicos.

A iniciativa mais permanente é a edição e envio periódico do *Boletim Eletrônico OPA – Informação pelo Direito à Educação*, distribuído atualmente a 1.791 assinantes e disponibilizado de forma permanente em nossa página eletrônica. A partir deste último ano o boletim foi reformulado, ganhando em quantidade e qualidade de informações disponibilizadas. Em 2007 foram publicadas nove edições com cinco seções: . i) *Em Foco – Temas de destaque sobre o direito à educação*, na qual disponibilizamos um texto de aprofundamento e informação, sempre que possível associado à conjuntura educacional; ii) *Legislação e Jurisprudência – O que diz a lei e o que dizem os tribunais sobre a lei*, na qual disponibilizamos novas e relevantes normas educacionais ou decisões judiciais; iii) *Boas Práticas - Informes de defesa e promoção do direito à educação pelo país*, na qual difundimos experiências exitosas de defesa jurídica; iv) *Estudos – Artigos e teses que têm a educação e sua defesa como tema*, que disponibiliza também documentos relevantes para as iniciativas de defesa, tais como relatórios e petições; e, por fim, v) *Dicas – Eventos, páginas eletrônicas e oportunidades*. Além disso, demos seguimento à distribuição estratégica da cartilha *A educação também é direito humano* (esgotada) e estamos produzindo um segundo manual, o qual servirá de referência para as ações de formação e difusão, integrando informações fundamentais aos conteúdos disponibilizados por meio digital.

Outra iniciativa importante em 2007, que vem servindo de base a todas as nossas ações, foi a criação e lançamento (em caráter experimental) do *Banco de Dados de Direito à Educação*, de livre acesso em nossa página eletrônica através do botão “Legislação”, que reúne e sistematiza o que há de mais significativo na legislação federal, nos tratados e convenções internacionais e nos planos de ação. Quando completo, o banco de dados incluirá também a jurisprudência dos tribunais nacionais e instâncias internacionais, os relatórios dos relatores especiais e as recomendações dos comitês do sistema internacional. O caráter inovador dessa iniciativa consiste em disponibilizar simultaneamente a todos os interessados dois formatos de pesquisa: busca livre e busca detalhada, na qual é possível cruzar um dos temas pré-selecionados com o universo da pesquisa. Além disso, disponibilizamos a legislação na íntegra.

No campo da reflexão quanto ao conteúdo do direito e sua manifestação nas normas nacionais, duas atividades se destacaram. A primeira delas foi o início do projeto *Direito humano à educação, ensino religioso e Estado laico*, que objetiva promover avanços na conceituação da laicidade como um componente do direito humano à educação, promovendo essa discussão nas redes e movimentos que atuam em sua defesa, além de iniciativas de exigibilidade e justiciabilidade. Em 2007 concluímos a primeira fase do projeto, que consistia no mapeamento e documentação a respeito da forma como tem sido regulamentado o ensino religioso nos 27 (vinte e sete) sistemas estaduais de ensino. Foram levantadas informações junto aos Conselhos Estaduais de Educação, aos Legislativos, ao Judiciário e junto aos órgãos executores das políticas educacionais.

A segunda atividade de destaque foi o Seminário *O direito humano à educação e seus novos desafios*, realizado nos dias 11 e 12 de dezembro de 2007, em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Educação (CEPPPE), vinculado à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. O seminário apresentou como maior objetivo a atualização do debate sobre o direito à educação no contexto das reformas constitucional e legal (Emenda Constitucional nº 53/2007 e Lei nº 11.494/2007) implementadas no último período. Procurou-se privilegiar a interação entre os estudiosos da política educacional e os operadores jurídicos sensíveis à temática dos direitos humanos em geral e da educação em particular. Inscreveram-se 494 pessoas, sendo que 198 acompanharam presencialmente o evento. O seminário foi ainda transmitido em tempo real via internet através da TV USP, sendo que recebemos vários comunicados de indivíduos, instituições e centros de pesquisa que acompanharam o evento por essa via. Como produtos a serem lançados em 2008, temos: o vídeo editado das palestras e debates, a sistematização de cada uma dos painéis (a ser realizada por seus coordenadores) e o lançamento de uma coletânea de artigos desenvolvidos a partir do seminário.

O desconhecimento do conteúdo e dos mecanismos de exigibilidade do direito humano à educação estende-se, em regra, a setores estratégicos para o avanço da implementação desse direito, por isso, realizamos o curso *Cidadania e Direito à Educação*. Dividido em 8 (oito) módulos aos sábados, no período de março a setembro, teve como objetivo formar defensores do direito à educação de qualidade, capazes de atuar em suas comunidades, movimentos e escolas, identificando as violações e utilizando os mecanismos de defesa. Mais de 250 pessoas atenderam ao chamado para inscrições, sendo que 70 foram selecionadas e 45 efetivamente concluíram todo o processo. Optamos por selecionar um grupo bastante diversificado, abrangendo estudantes de graduação e pós-graduação, estudantes do ensino médio e profissionalizante, professores de educação básica, gestores escolares, lideranças populares, operadores jurídicos e outros profissionais.

Antes de detalhar as ações desenvolvidas no terceiro eixo desta meta cumpre esclarecer que por sistema de justiça compreendemos todo o aparato normativo e institucional capaz de prevenir a violação do direito, restituir o direito violado e/ou reparar os danos decorrentes violação. Por isso, esse eixo concentra tanto as iniciativas de justiciabilidade em sentido estrito, ou seja, o levantamento e estudo de violações (efetivas ou potenciais), e a consequente proposição de casos junto ao sistema de justiça; como o monitoramento das instâncias de defesa do direito à educação; e o acompanhamento da evolução das normas jurídicas correlatas.

Em termos de monitoramento dos órgãos públicos de defesa, tem sido importante nossa aproximação às instâncias do Ministério Público que têm como atribuição tratar das temáticas educacionais. Esses diálogos institucionais, paralelos ao acompanhamento dos casos

abaixo descritos, permitem uma melhor percepção das possibilidades e entraves presentes nesses órgãos. Em relação ao Poder Judiciário, o monitoramento assume outra estratégia, dada a dificuldade de diálogo que não seja por via processual. Por isso, priorizamos o acompanhamento e a incidência no Supremo Tribunal Federal (STF), pois entendemos que os debates e a jurisprudência produzida por esse órgão têm reflexo em todo o sistema de justiça. Nesse sentido, juntamente com a Conectas Direitos Humanos, propusemos novo *Amicus Curiae*²⁵, dessa vez na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3874/RJ, proposta pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (COFENEN) contra lei do estado do Rio de Janeiro que determinou a impossibilidade de cobranças de taxas extras pela realização de provas substitutas, de recuperação e outras do gênero, em todos os níveis de ensino.

No acompanhamento das normas que definem o direito à educação e possibilitam sua defesa, atuamos no processo legislativo de conversão da Medida Provisória (MP) nº 339/2006 na Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Nesse processo atuamos como assessoria à Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que se constituiu como forte ator político junto ao Congresso Nacional. Além de impedir retrocessos, objetivávamos obter avanços em relação ao estabelecido na Emenda Constitucional (EC) nº 53/2006. Para isso, elaboramos uma lista de 11 (onze) emendas à MP, sendo que, ao final do processo legislativo, 6 (seis) de foram aprovadas integralmente e 2 (duas) parcialmente.

Também através da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, acompanhamos o trâmite do processo legislativo que levou à edição da Emenda Constitucional nº 56, de 20 de dezembro de 2007, que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2011. Apesar de toda a mobilização, inclusive de setores ligados ao movimento Todos pela Educação e do próprio MEC, a DRU foi reeditada. Em 2007 envolvemos 2 (dois) escritórios de advocacia, ambos especializados em tributação, na produção de pareceres jurídicos *pro bono* que atestassem a inconstitucionalidade da DRU. Esses pareceres, juntamente com nossos estudos próprios, servirão de base às representações ao Procurador-Geral da República e a outros legitimados, aos quais pediremos que ingressem com ADI no STF. Neste processo, também participaremos através de *Amicus Curiae*.

Em relação às iniciativas de justiciabilidade em sentido estrito, trabalhamos novas demandas e demos seguimento a outras já em andamento. Nosso critério de identificação de potenciais casos baseia-se na gravidade e amplitude da violação, em seu caráter exemplar (tipologia jurídica relevante) e/ou no potencial inovador da questão jurídica a ser enfrentada. O que não se enquadra nesse perfil, ou o que não diga respeito à educação escolar básica, é atendido e encaminhado aos órgãos de defesa competentes. Em 2007, atuamos principalmente nos seguintes casos:

Descumprimento da obrigação legal de realizar censos periódicos para a observação da real demanda por educação de jovens e adultos (EJA): após constatar a redução do atendimento em EJA na cidade de São Paulo e, ao mesmo tempo, o descumprimento dos dispositivos legais que obrigam estados e municípios a realizar o referido censo como forma de planificar e promover a demanda nesta modalidade de ensino enviamos em dezembro de 2005, juntamente com outras organizações que compõem o Fórum EJA,

²⁵ *Amicus Curiae* é o instituto previsto na legislação brasileira que permite a participação de organizações da sociedade civil interessadas em influenciar no debate sobre a inconstitucionalidade de leis, atos e omissões realizado no Supremo Tribunal Federal (STF). A organização admitida através de *Amicus* pode juntar parecer sobre o tema em debate e realizar sustentação oral de suas posições por ocasião do julgamento.

representação ao Ministério Público Estadual. Esta representação ensejou a instauração de Inquérito Civil Público e, após dois anos de investigação, a propositura de Ação Civil Pública com pedido liminar para que estado e município de São Paulo sejam obrigados a realizar o censo estabelecido em lei e para que se abstenham de fechar salas e escolas que oferecem EJA. Além disso, foi aberto novo IC para apurar a prática de improbidade administrativa dos gestores educacionais pelo descumprimento de suas obrigações legais.

Ausência de vagas e precariedade do atendimento em educação infantil (creche e pré-escola) no município de São Paulo: há na capital paulistana uma grande demanda de crianças de zero a 5 anos não atendidas em creches e pré-escolas públicas. Além disso, nas instituições que ofertam vagas há superlotação das salas de aula e precariedade no atendimento, sobretudo em parte da rede privada conveniada com o poder público municipal. Diante desse quadro, nossa estratégia dividiu-se em duas frentes. A primeira consiste em pressionar pela aceleração do ritmo de expansão da rede, promovendo ações judiciais paralelas às do MP, construídas a partir de processos de mobilização social e formação para o acesso à justiça. Para isso, estabelecemos uma parceria com o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP), organização sediada na Zona Sul de São Paulo, além de organizações comunitárias. Nesse sentido, em 2007 realizamos atividades de planejamento, de formação e desenvolvemos o instrumental de levantamento da demanda a ser aplicado no início de 2008. Já a segunda frente consiste em questionar a qualidade do atendimento ofertado e a superlotação das turmas. Nesse sentido estabelecemos uma parceria com a ONG Avisa-lá, que trabalha com a formação de educadores de educação infantil. As primeiras iniciativas consistiram no levantamento dos processos já em curso que tratam direta ou indiretamente do tema e de toda a regulamentação pertinente, além da promoção de debate público via mídia e no Seminário já relatado. Uma dificuldade para se trabalhar com esse tema é a ausência de dispositivos legais que vinculem os administradores públicos a determinados padrões mínimos de qualidade da educação infantil, o que pretendemos enfrentar através de provocações aos conselhos de educação e ao Ministério da Educação.

Descumprimento da obrigação de implantar os ensinamentos de Sociologia e Filosofia: em meados de 2006 o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a Resolução nº 04/06, na qual obriga todos os estados a proporcionarem os meios necessários para que até julho de 2007 sejam oferecidas as disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio. Tais disciplinas, segundo o CNE, reforçariam a formação para a cidadania nos sistemas de ensino. Contrariando isso, o Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo (CEE-SP), editou normas próprias na qual “desobriga” a rede estadual pública e privada a cumprir a norma nacional. Alega o CEE-SP “invasão de competência”, uma vez que a definição do currículo seria de competência dos sistemas de ensino. Ressalte-se que o estado de São Paulo foi único do Brasil a adotar tal postura. A importância dessa questão extrapola o debate sobre a implantação das matérias no currículo. Vemos, no fundo, um efeito da indefinição de papéis entre os entes federados, fruto da inexistência de um verdadeiro sistema nacional de educação capaz de equiparar as oportunidades e os investimentos educacionais. Por isso, em março de 2007, representamos ao MP pedindo que fossem tomadas todas as providências cabíveis no sentido de sanar os atos ilegais do CEE-SP. Como consequência da representação, a promotoria determinou a abertura de Inquérito Civil Público. Esse processo levou a um interessante debate público, no qual foram contestadas a efetividade e independência do MP para enfrentar a questão, ensejando resposta pública do promotor responsável (Revista *Caros Amigos*, edições 126 e 128). O MP vem tentando

estabelecer acordos diretamente com a administração estadual para que esta implante definitivamente as disciplinas em toda sua rede.

Possíveis irregularidades no processo de escolha dos livros didáticos: os programas nacionais do livro didático, financiados com recursos da contribuição social do salário-educação, foram significativamente expandidos nos últimos anos, passando a atender o ensino médio e, mais recentemente, a EJA. Essa expansão dos investimentos públicos (que em 2007 chegaram a R\$ 850 milhões) alimenta, por outro lado, a disputa de mercado entre as editoras detentoras dos direitos autorais dos livros aprovados no exame de qualidade do governo, realizado em parceria com os programas de pós-graduação das universidades públicas. Feita essa triagem, a escolha dos livros didáticos a serem comprados pelo governo se dá de forma descentralizada, por cada escola, após processo de dispensa de licitação. Ocorre que, durante o período de análise dos livros pelos professores e escolas, presenciámos uma verdadeira enxurrada de propagandas, em todos os meios imagináveis, promovidas pelas grandes editoras em benefício de seus "produtos". Entendemos que as ações publicitárias das editoras, no curso de um processo de compra pública que envolve centenas de milhares de reais, viola princípios jurídicos basilares, tanto administrativos como educacionais. Há um flagrante desvirtuando do processo de escolha, que deveria ser baseado em critérios estritamente técnicos relacionados ao princípio da qualidade do ensino. Além disso, há o desperdício dos recursos públicos investidos na avaliação preliminar dos livros e na distribuição dos respectivos guias. Diante disso, peticionamos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), requisitando a abertura de procedimento administrativo para apurar os excessos cometidos pelas editoras, a aplicação das sanções cabíveis e, ao final, seja aprimorada a regulamentação. O procedimento foi aberto e encaminhado à assessoria jurídica, no entanto, ainda não obtivemos posicionamento do órgão.

Oferta irregular de transporte escolar no município de Cruzália (SP): recebemos denúncia por parte da mãe de uma criança matriculada na educação infantil no município de Cruzália (SP), que reclamava a inadequação do transporte escolar ofertado às crianças matriculadas na EMEI Prof. Leonildes A. Cabianca. Ocorre que o transporte somente era ofertado no período matutino, enquanto a escola organizava o atendimento ofertando as séries escolares em turnos alternados. Ou seja, na educação infantil, 1º e 3º anos somente eram ofertados pela manhã, enquanto o 2º ano era ofertado à tarde. Isso gerava a situação esdrúxula reclamada pela mãe: as crianças impossibilitadas de freqüentar no período da tarde eram obrigadas a repetir o ano anterior. Além disso, ela reclamava do tratamento dispensado às crianças, que eram deixadas na escola muito cedo (pois o transporte precisava fazer "outras viagens"), sem que lá houvesse profissional habilitado para recebê-las. Para agravar a situação, não há Ministério Público ou Defensoria no município. Diante desse quadro, formulamos representação ao MP da Comarca de Maracáí, que responde por Cruzália. O promotor abriu Inquérito Civil Público para investigar a situação, no curso do qual foi ouvido o prefeito municipal e o responsável pela pasta de educação. Na audiência a municipalidade prometeu a adequação entre rede de ensino e transporte escolar no ano letivo de 2008. Logo que este se inicie, fiscalizaremos o cumprimento do acordo.

Atendimento em escolas de lata no estado de São Paulo: em 2006, o governo estadual anunciou a reforma de adaptação das 76 (setenta e seis) escolas de lata e de mais de uma centena de salas de lata anexas a escolas de alvenaria. Essa reforma consistia na substituição das paredes removíveis por estruturas de concreto, na instalação de uma proteção térmica no telhado e em outras pequenas intervenções. Preocupados com esta opção do governo, naquela ocasião representamos ao MP de Ribeirão Preto (no qual já havia procedi-

mento investigatório), solicitando que este interviesse no sentido de produzir novos laudos independentes sobre a adequação das reformas. Em 2007 foi realizada diligência em algumas dessas escolas sendo convocados, além da Ação Educativa, técnicos vinculados à Secretaria Estadual de Educação e à Universidade de São Paulo. Em parecer preliminar, os técnicos independentes aprovaram o projeto de reforma. Além disso, em resposta ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude da Capital (no qual já havia um Termo de Ajustamento de Conduta para substituição dessas escolas), que solicitou que a Ação Educativa se posicionasse em relação ao impacto das escolas de lata sobre o aprendizado dos seus estudantes, produzimos um levantamento com base nos dados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do MEC, comprovando que o desempenho de tais estudantes era significativamente inferior ao de seus colegas da rede pública estadual. Em função disso, solicitamos ao MP que exigisse programas de compensação dos prejuízos sofridos por tais estudantes. Outra preocupação, também manifestada ao MP, diz respeito à responsabilização pelo prejuízo financeiro ocasionado pela construção e reforma das escolas de lata, pois, ao final do processo, a equivocada opção dos administradores por tais estruturas haverá provocado uma perda estimada de mais de R\$ 40 milhões. Além das questões acima, seguimos acompanhando o processo de reforma e substituição de tais estruturas, uma vez que, diferentemente do prometido, concluímos 2007 com dezenas das salas de lata em funcionamento. Há ainda informações de que em algumas escolas de lata a reforma foi incompleta, persistindo, internamente, a estrutura original.

Utilização irregular do espaço público da Faculdade de Tecnologia - FATEC de Mauá (SP): recebemos denúncia que, nesta instituição estadual de ensino, um curso profissionalizante privado de sigla CEP fazia a matrícula de novos estudantes, oriundos de escolas públicas da região, nas quais o referido curso promovia ainda propaganda enganosa ao divulgar que se tratavam de “cursos profissionalizantes gratuitos” a serem realizados na FATEC e que, para frequentá-los, bastava aos estudantes assinar um contrato em que se comprometiam a pagar, mensalmente, uma “taxa de material didático”. Havia ainda, por parte da empresa, coerção sobre os “alunos inadimplentes”. Diante disso, peticionamos ao MP da comarca requisitando a apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa da empresa e dos responsáveis pela cessão irregular do prédio público estadual. Foi aberto Inquérito Civil, o qual se encontra em fase de instrução, mas, segundo nos informaram representantes das vítimas, os contratos foram cancelados sem que nada lhes fosse cobrado. Esse caso, apesar de localizado, apresenta uma irregularidade presente em toda a rede pública de educação básica – a ocupação dos espaços e tempos escolares por agentes privados vinculados às mais diversas atividades comerciais, os quais atuam, como exemplifica o caso, inclusive no vácuo deixado pelo Estado.

Outras iniciativas e casos em âmbito interno foram: acompanhamento dos procedimentos em curso no MP que apuram a carência de professores na rede pública de ensino médio em São Paulo e a implementação da Lei nº 10.639/03, que obriga o ensino da cultura e história africana e afro-brasileira na educação básica, os quais se encontram em fase de instrução.

Também colaboramos na construção do *Contra-informe ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, redigindo o texto-base sobre os arts.13 e 14 do Pacto Internacional DESC, revisando o capítulo específico sobre o direito à educação e as recomendações específicas. O documento final foi lançado durante Audiência Pública na Câmara dos Deputados e será entregue ao Comitê no início de 2008, uma vez que a sessão preliminar do Brasil está agendada para maio.

Finalmente, demos apoio à Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação participando do processo de planejamento das missões, contribuindo com as estratégias jurídicas a serem desenvolvidas. Na missão junto ao Complexo do Alemão (RJ), colaboramos nos contatos com o MP local.

Balço dos resultados e perspectivas

A receptividade às mudanças promovidas no Boletim OPA mostrou-se bastante positiva, o que se expressa no aumento do número de assinantes e na utilização dos conteúdos do boletim em atividades de formação promovidas pela Ação Educativa. Há o desafio de regularizar sua distribuição (uma vez que houve edições mensais e edições bimensais), ampliar sua incidência junto aos operadores jurídicos e gestores públicos e programar os temas estratégicos a serem abordados. Em relação ao Banco de Dados de Direito à Educação, o desafio consiste em complementar a pesquisa e alimentação de dados já iniciada, além de sustentar sua atualização permanente. Um reforço nesse campo se dará com o lançamento do novo manual sobre o direito à educação.

Outra iniciativa positiva foi o Curso *Cidadania e Direito à Educação*. Boa parte do grupo que participou do curso segue em contato, debatendo questões relacionadas ao direito à educação e apresentando potenciais demandas. Uma dessas demandas levou à abertura de procedimento junto ao MP em São Roque (SP), no qual se apura o retrocesso na política de inclusão dos estudantes com deficiência, que seria fruto da implantação, em 2008, de um sistema privado de franquia de ensino. Esperamos dar continuidade a esse acompanhamento, envolvendo os participantes no processo de construção e execução de um novo curso, voltado a outro grupo de ativistas. Para isso, estamos construindo parcerias no sentido de aplicar tecnologias de educação à distância, pois percebemos que há, em todo o país, uma grande demanda por essa modalidade de formação – o que foi reafirmado na grande procura pelo seminário *O direito humano à educação e seus novos desafios*.

Seguiremos em contato permanente com as instâncias do MP e, em relação ao STF, daremos seguimento à estratégia da apresentação de *Amicus*, inclusive identificando ações já em curso e nas quais seja possível a intervenção. Por seu potencial, precisamos aproveitar as poucas ações de controle concentrado que abordam especificamente o direito à educação.

Também foi importante a participação no processo do FUNDEB, pois, através das emendas encaminhadas via Campanha, conseguimos eliminar todos os limites à complementação da União propostos pelo governo, estabelecemos a obrigação do valor por aluno do FUNDEB respeitar o custo real das etapas e modalidades de ensino e elevamos a participação da EJA no FUNDEB de “no máximo 10%” para “no máximo 15%” das matrículas financiáveis (quadro de emendas em anexo). Além disso, conseguimos incluir no texto da lei um parágrafo que fortalece a possibilidade de justiciabilidade (art.29, §1º, da L...).

No procedimento pela realização do Censo EJA, tem sido importante o envolvimento das entidades do Fórum em todas as fases: petições, audiências públicas, reuniões com a promotoria e com as autoridades públicas etc; o que, em si, constituiu um processo educativo importante, voltado a militantes sociais e instituições que nunca acessaram o sistema de justiça. Além disso, com a recente divulgação da iniciativa jurídica, fomos procurados pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, que objetiva replicar a experiência naquele estado.

O mesmo envolvimento para atuação coletiva tem se dado na mobilização pela ampliação de vagas em educação infantil em São Paulo. Em relação a essa iniciativa estão programadas

para fevereiro as mobilizações nas comunidades e o registro da demanda. Com esses dados em mãos, serão propostas ações civis públicas com pedido de antecipação de tutela para que as crianças identificadas sejam atendidas ainda em 2008 e para que a municipalidade apresente um plano de investimentos na construção de equipamentos escolares na região.

Com base no relatório da missão da Relatoria Nacional pelo Direito à Educação, a ser lançado em 2008, aprofundaremos as estratégias de seguimento jurídico, com possibilidade de levar a questão ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Em relação às demais iniciativas de justiciabilidade, percebemos uma ampliação e diversificação dos casos acompanhados, o que permitiu uma maior aproximação aos órgãos do sistema de justiça e uma maior incidência política em relação às temáticas abordadas. Outro ponto positivo foi o aprofundamento da relação entre os potenciais casos e as demandas trabalhadas nos demais programas da organização. Além disso, como já relatado, aprofundamos a articulação entre as iniciativas de formação e de mobilização e as ações jurídicas.

Por outro lado, precisamos rever algumas estratégias. No caso das demandas que não podemos acompanhar diretamente, que são encaminhadas aos órgãos competentes, percebemos que não há, na maioria das vezes, um satisfatório encaminhamento da questão. Essa situação pode fazer recair sobre a Ação Educativa, mesmo que injustamente, algum desgaste. Possivelmente, o melhor a ser feito seja simplesmente orientar o demandante, sem fazer o encaminhamento formal.

Uma questão estratégica de maior repercussão diz respeito ao acionamento do MP e dos órgãos administrativos e de controle. Até o presente estágio, optamos por adotar tal medida em relação aos casos acompanhados por entender que nosso papel, enquanto organização da sociedade civil é fundamentalmente pressionar para que as instituições públicas de defesa dos direitos humanos funcionem adequadamente. No entanto, há hipóteses em que essa estratégia se mostra ineficaz, inviabilizando, na prática, a proteção do direito violado. Cabe aprofundar a questão sobre o nível de protagonismo jurídico adequado às instituições da sociedade civil organizada. Percebemos que muitas das teses que construímos devem ser levadas diretamente ao Judiciário. Por isso, no próximo período de atuação do programa, priorizaremos essa atuação direta.

META 5

TER QUALIFICADO A COBERTURA DA MÍDIA SOBRE EDUCAÇÃO, DANDO VISIBILIDADE À PLURALIDADE DE PONTOS DE VISTA E A TEMAS RELEVANTES PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE E DA CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO.

Atividades e produtos

A incidência na mídia foi tomada como estratégia central do Observatório da Educação no esforço de pluralizar o debate público sobre educação, afirmando sua condição de direito humano. Para tanto, foram mantidas as publicações eletrônicas dirigidas aos aproximadamente 700 jornalistas de todo o país cadastrados na mala direta do programa. Ao longo de 2007, foram distribuídas 12 edições do boletim *Ação na Mídia*, produzido quinzenalmente, com comentários da cobertura educacional, e 16 edições do boletim eletrônico *Faísca*, também quinzenal, com sugestões de pautas e abordagens de temas educacionais.

A produção dos boletins, aliada ao trabalho de atendimento cotidiano às demandas dos jornalistas por fontes e indicações de pautas exclusivas, ao incentivo e apoio à produção e publicação de artigos de opinião de diferentes atores, além do envio de cartas críticas, comentando a cobertura de certos temas, conformam uma estratégia de incidência que resultou em: publicação de 38 reportagens pautadas e outras 19 construídas com apoio do Observatório da Educação; 3 artigos opinativos publicados e 2 cartas enviadas (não publicadas).

Todo o trabalho de incidência na mídia está claramente centrado na tentativa de influenciar o exercício da profissão de jornalista, por meio de críticas, propostas e apoio aos comunicadores que cobrem educação; mesmo tendo em vista os limites colocados pelos interesses comerciais das empresas de comunicação e seus posicionamentos ideológicos.

Além das atividades regulares expostas acima, realizou-se também no período mais uma oficina da série *Mídia e Educação*. Tendo constatado que, na cobertura de temas educacionais, há pouca multiplicidade de fontes de informação e, sobretudo ausência da voz dos atores das comunidades escolares, organizamos esta oficina como um espaço de diálogo que possibilitasse a formação tanto de comunicadores, como de estudantes e educadores.

O encontro foi muito produtivo. Tanto que estimulou a formatação do projeto "Fala Mestra! Fala Mestre!", que teve como primeiro desdobramento à realização do debate "O silêncio do professorado na educação", da série *Desafios da Conjuntura*.

A sistematização desta oficina, juntamente com outras reflexões sobre o trabalho de acompanhamento da mídia, está na publicação *A cobertura da educação na mídia – algumas recomendações para a democratização do debate*²⁶.

Finalmente, outra estratégia de capacitação/sensibilização dos profissionais da comunicação é propiciar sua participação nos debates da série *Desafios da Conjuntura*, que consiste na promoção de debates sobre temas emergentes da conjuntura educacional, com participação dos diferentes atores envolvidos nas políticas educacionais – gestores, educadores, mães/pais, estudantes e ativistas da sociedade civil. Nesses debates, os jornalistas se apropriam de novos temas já em diálogo com a pluralidade de pontos de vista, enquanto os atores da sociedade civil também experimentam o contato direto com esses profissionais.

Em 2007, foram realizados três debates *Desafios da Conjuntura* sobre os seguintes temas: Educação e exclusão no Brasil (27/3); O Plano de Desenvolvimento da Educação (25 e 26/6); e O silêncio do professorado na educação (9/10). No total, ao longo do período, envolveram-se diretamente nos debates sete jornalistas de veículos de diferentes estados – Correio Braziliense, O Globo, revista Educação, jornal O Estado de S.Paulo, Observatório da Imprensa, Jornal da Tarde e Diário de São Paulo.

No caso do PDE, dada a abrangência e a conjuntura marcada pela falta de informação e debate sobre o Plano, o evento foi convertido em um seminário de dois dias.

Outra inovação com relação à ampliação da repercussão dos debates foi a produção de um vídeo, com duração de 43', contendo depoimentos e tomadas do debate *Desafios da Conjuntura* sobre o silêncio do professorado. O material foi disponibilizado no *You Tube* e utilizado na produção de programas televisivos pela Apeoesp, apresentados na Rede TV!

²⁶ Ação Educativa/Observatório da Educação. *A cobertura da educação na mídia - algumas recomendações para a democratização do debate*. São Paulo. 2007. 29p. Disponível em: http://nsae.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=958&Itemid=2

Balanço dos resultados e perspectivas

Avaliamos que as estratégias adotadas pela Ação Educativa, por meio do programa Observatório da Educação em 2007 resultaram em oportunidades de intervenção no debate público no sentido de afirmar a educação como direito humano.

Em relação à mídia, em que pese os limites colocados pela precarização do exercício da profissão, que leva à elaboração de textos pouco densos e muitas vezes com imprecisão de informações, consideramos que importantes espaços foram conquistados não apenas com sugestões de temas ou enfoques a serem abordados, mas também com a possibilidade de articulações envolvendo outras organizações da sociedade civil – é o que temos chamado de temas e enfoques invisíveis.

Nas reportagens estimuladas pelo Observatório da Educação, destaca-se a pluralização das fontes de informação. Tem-se feito especial esforço para que pesquisadores/as que ainda não são referência para a mídia sejam ouvidos. Da mesma forma, organizações da sociedade civil têm sido indicadas para comentar temas ou enfoques diferenciados em relação ao comumente pautado pela mídia.

Como exemplos, citamos a projeção da ONG Artigo XIX, tomada como fonte de informação no debate sobre a educação, numa perspectiva inovadora: a liberdade de expressão. E, de maneira mais singular, o lugar ocupado pelo Sindicato dos Professores de São Paulo a partir da mobilização sobre o silêncio dos professores. De um lado, a Apeoesp foi provocada a se posicionar sobre um tema que, tradicionalmente, não tem ocupado sua agenda pública. De outro, sua mobilização refletiu nas reportagens sobre o tema – a novidade foi que o sindicato foi tomado como fonte num tema não vinculado à questão salarial, o que pode ser interpretado como um reposicionamento da sua atuação política na conjuntura atual.

A produção do vídeo a partir do debate sobre o silêncio dos professores oportunizou um experimento importante em termos de diversificação na forma de produção de informação para atores estratégicos, além das publicações eletrônicas e impressas.

Apesar dos resultados positivos em relação à sensibilização de alguns profissionais e influência direta na cobertura da mídia, constata-se que a nossa atuação está muito focalizada na intervenção nos profissionais e veículos da mídia comercial, de circulação nacional. Para o próximo período, estabelecemos como meta prioritária o estabelecimento mais contínuo de relação com a mídia alternativa, bem como veículos de circulação regional e até mesmo de bairros. Para tanto, duas estratégias serão constituídas – desenvolvimento de atividades envolvendo jornalistas do interior e litoral paulista, além de jornais de bairro da capital São Paulo; e produção de programas de rádio, com vistas a atender rádios comunitárias, estratégia que deve ser desenvolvida de forma colaborativa com outras organizações da sociedade civil.

META 6

TER FORTALECIDO MOVIMENTOS SOCIAIS E ARTICULAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE PROMOVEM DIREITOS EDUCACIONAIS E INCIDEM NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Esta é uma meta transversal aos programas e projetos de Ação Educativa. Cada um a seu modo, dentro de suas temáticas e redes de interlocutores, procura influenciar as políticas públicas por meio de modalidades de ação participativas, de modo a fortalecer a democracia e promover a equidade.

Atividades e produtos

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Ação Educativa continua participando do comitê diretivo, além de acolher em suas dependências a coordenação executiva nacional. No primeiro semestre, as ações da Campanha se concentraram na mobilização Fundeb para Valer, visando a incorporação das creches no FUNDEB. Em junho, a lei que regulamenta o fundo foi sancionada, com resultado vitorioso para a Campanha, uma vez que as creches foram efetivamente reconhecidas como integrantes da educação básica e contempladas em seus mecanismos de financiamento. Tal vitória não seria possível sem um intenso trabalho dos integrantes da Campanha no Congresso Nacional, atuação essa reconhecida pelo próprio Congresso, que, em setembro, conferiu à Campanha Nacional pelo Direito à Educação o Prêmio Darcy Ribeiro.

Em abril, a Campanha Nacional participou de mais uma edição da mobilização internacional articulada pela Campanha Mundial de Educação, a Semana Mundial de Educação, que dessa vez focalizou o tema do financiamento da educação. Em atividades orientadas de discussão sobre os custos de uma educação de qualidade, foram envolvidas mais de 600 escolas em 18 estados do Brasil. No segundo semestre, a negociação do piso nacional para os profissionais do magistério ganhou a atenção do movimento, assim como o processo de preparação da Conferência Nacional de Educação Básica (Coneb). A realização da Conferência de Educação era uma reivindicação antiga da Campanha, que procurou influenciar no processo preparatório de modo a viabilizar uma participação ampla em todos os níveis.

A Ação Educativa fez uma contribuição destacada à Campanha no que se refere à todo processo de preparatório da Conferência, em especial por meio do Programa Pesquisa e Monitoramento das Políticas Educacionais. A coordenadora, Denise Carreira, ocupou a suplência de Daniel Cara, coordenador da Campanha, na Comissão Nacional Organizadora da Conferência. Apresentou na Conferência Estadual de São Paulo um documento para debate sobre propostas a serem defendidas na Conferência referentes à gestão democrática escolar e dos sistemas. O Programa contribuiu ainda para a articulação do movimento negro (em especial, entidades que trabalham a agenda da lei 10.639) visando a maior participação deste segmento na Coneb.

Lei 10.639 – Inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira",

A Ação Educativa, por meio do Programa Pesquisa e Monitoramento, foi convidada a participar de uma oficina sobre os desafios da implementação da lei 10.639, promovida pela Secad/MEC e Unesco, em novembro de 2007, que reuniu quarenta representantes do movimento negro, de organizações de educação e de instituições acadêmicas. Durante a oficina foi traçado um panorama sobre o atual estágio da implementação da lei 10.639 e construída uma agenda de incidência política junto ao Ministério da Educação e às secretarias municipais e estaduais. No evento, a Ação Educativa foi escolhida para integrar uma comissão que se reuniu com o Ministro de Educação Fernando Haddad para discutir o papel do Ministério na implementação. Ação Educativa também elaborou a parte do documento entregue ao Ministro pela Comissão que trata da relação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com a Lei 10.639 e foi escolhida para integrar o Grupo de Trabalho Interministerial que construirá o Plano Nacional de Implementação da lei 10.639, a ser divulgado em junho de 2008.

Relatoria Nacional pelo Direito Humano à Educação

A coordenadora do Programa de Pesquisa e Monitoramento de Políticas Educacionais foi eleita, no âmbito da Plataforma DHESCA como Relatora Nacional pelo Direito Humano à Educação e veio desde então recebendo apoio integral da Ação Educativa para realizar seu mandato.

A equipe da Relatoria, composta pela relatora e pela ativista do movimento negro Suelaine Carneiro, com apoio do Programa Ação na Justiça, realizou uma missão no Complexo do Alemão (RJ), região gravemente afetada pelo conflito armado entre facções do crime organizado e a política. O relatório sobre a violação dos Direitos Educativos no Complexo do Alemão está em fase de finalização e já se iniciou a preparação de missões referentes à educação no sistema prisional e à educação de imigrantes não-documentados no Brasil. A equipe vem acompanhando caso de violação dos direitos educativos do povo indígena Pankará (PE) e da demissão de professoras homossexuais pela Prefeitura Municipal de Campo Grande. Articulada ao relator especial da ONU, Vernor Muñoz, está contribuindo para articular contribuições ao processo de avaliação da Conferência Internacional de Durban (2001) contra o Racismo, Xenofobia, Intolerância e Formas de Discriminação Correlatas.

GT Educação do Movimento Nossa São Paulo

Ação Educativa dedicou substanciais esforços na constituição de um grupo de trabalho sobre a temática da educação no âmbito do Movimento. Essa foi considerada uma oportunidade de concretizar nossa intenção, já expressa no Plano Trienal anterior, de concentrar nossa capacidade de intervenção política no território da cidade. Em 2005, havíamos reunido um grupo de ONGs para debater com o Secretário da Educação a política municipal para o setor, sistematizado um conjunto de sugestões e articulado uma audiência pública sobre o Plano Municipal de Educação. Esse grupo de ONGs viu no Movimento Nossa São Paulo uma oportunidade de ampliar o escopo da iniciativa, aumentando as possibilidades de impacto na sociedade e nos governos.

O GT organizou reuniões em diversas regiões da cidade, onde foram ouvidas as opiniões das organizações locais sobre os principais problemas das escolas. Ação Educativa participou de levantamento de informações disponíveis para construção de sistema de indicadores educacionais a serem incorporados no *Observatório Cidadão*, por meio do qual se pretende mensurar o comprometimento dos gestores com metas estabelecidas. Organizamos também, em novembro, o I Encontro Educação para uma Outra São Paulo, em que participaram aproximadamente 600 pessoas discutindo 14 temas previamente preparados por relatores convidados pelo GT. As propostas foram validadas e emendadas por grupos e servirão de base para a construção da agenda do movimento e futura incorporação num Plano Municipal de Educação.

Observatório da Educação

As atividades do Programa, além de influenciar a mídia, também incidem diretamente sobre os atores do campo educacional, ampliando sua incidência nas políticas públicas. Como exemplo dessa dinâmica, podemos citar a articulação entre a Ação Educativa e a ONG Avisá-la em 2006 e 2007. Neste último ano, esta parceria provocou uma série de reportagens na imprensa (Folha de S. Paulo, Agora SP e Diário de S. Paulo) sobre a falta de vagas nas creches, que tem provocado, entre outros problemas, a retirada prematura de crianças dessas unidades para a pré-escola. Um dos desdobramentos que vêm sendo estudado é a intervenção do sistema de justiça sobre a situação, por meio do programa Ação Justiça –

neste caso, as reportagens pautadas e subsidiadas por Ação Educativa e Avisa-lá serão tomadas como elemento do processo.

O debate sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, promovido pelo Observatório, seguido da produção e distribuição de duas publicações sobre o tema (*Em Questão e Ebulição*) possibilitaram ampliar o debate e aprofundar a análise do Plano. Entre outros resultados do processo, destaca-se o fato do Ministério da Educação ter tomado alguns dos participantes do evento como interlocutores, acarretando alterações na postura do MEC em relação a pontos do Plano que se referem aos mecanismos de escuta à sociedade civil.

Em 2007 foram produzidas duas edições eletrônicas do *Ebulição*, distribuído a cerca de 2.500 pessoas e instituições, além de 670 comunicadores. Nestas edições foram abordados os seguintes temas: *Educação e exclusão no Brasil* (abril); e *O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)* (novembro). Além disso, publicaram-se 3 edições impressas, com os temas *Os desafios da educação inclusiva* (março); *Educação e exclusão no Brasil* (maio); e *O Plano de Desenvolvimento da Educação* (novembro). Fez-se também a distribuição do número referente à educação no sistema prisional.

A Pastoral Carcerária e Funap, órgão ligado à Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, fizeram a edição sobre educação prisional chegar a unidades prisionais e gestores responsáveis pela educação nos presídios, e a organização Juizes pela Democracia distribuiu para juizes de execução penal. Esta distribuição estimulou gestores do Nordeste a solicitarem mais exemplares, e recebemos de um aluno da unidade prisional de Taubaté solicitação de informação sobre direitos das pessoas encarceradas. O número dedicado à educação inclusiva foi distribuído prioritariamente para redes de organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos educativos de pessoas com deficiência. A obra recebeu diversos elogios de especialistas e, Marta Gil, pesquisadora do tema, a recomendou para uma rede de gestores e ativistas. Em virtude da grande procura por parte de gestores, esta edição foi reimpressa para atender à demanda de diversos municípios, além da distribuição no Cole. A publicação sobre o PDE também despertou especial interesse dos professores, confirmando a hipótese da ausência de informação e debate sobre o PDE entre estes profissionais. Recentemente, o deputado federal Carlos Abicalil, membro da Comissão de Educação, comentou positivamente a publicação, ressaltando que ela contribuiu para o aprimoramento do Plano.

Além disso, foram publicados dois cadernos da série *Em Questão: Educação e Exclusão no Brasil*, síntese de pesquisa coordenada por Sérgio Haddad, e *O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE*, coletânea com 16 artigos de pesquisadores²⁷. Dentre as repercussões identificadas, destaca-se a utilização do *Educação e Exclusão no Brasil* como material de subsídio a um artigo de opinião produzido por um pesquisador do Maranhão, e publicado em jornal da Região. Já o número sobre o PDE foi adotado, no primeiro semestre de 2008, como parte da bibliografia para os cursos de licenciatura na Faculdade Uniban, em São Paulo, juntamente com outras duas publicações da Ação Educativa – a cartilha *Educação também é direito humano* e *A educação entre os direitos humanos*.

²⁷ Haddad, Sérgio. *Educação e exclusão no Brasil*. Em Questão Nº 3. Ação Educativa/Observatório da Educação. São Paulo. 2007. 52p.

Graciano, Mariângela (coord.) *O Plano de Desenvolvimento da Educação*. Em Questão Nº 4. Ação Educativa/Observatório da Educação. São Paulo. 60p

O silêncio dos professores

Ainda no âmbito do Observatório da Educação, outra iniciativa com grande repercussão política foi a relativa ao silêncio do professorado. Este tema foi identificado por meio do trabalho de acompanhamento da cobertura da mídia sobre educação, e da oficina dirigida a comunicadores realizada em agosto. Os jornalistas presentes indicaram que, muitas vezes, procuravam ouvir a opinião dos professores, mas que muitas vezes esses se recusavam a dar depoimentos, em alguns casos alegando medo de represálias, inclusive fazendo referência a legislação que restringe a livre expressão desses profissionais.

Identificada a relevância do tema e gravidade da situação em termos de cerceamento do direito humano à livre expressão, decidiu-se pela realização de um debate que permitisse um esclarecimento da situação. A preparação do evento colocou a equipe em contato com pesquisadoras que estudam a carreira do magistério, professoras/es de redes públicas de ensino, além de assessorias jurídicas dos sindicatos de professor/as e diretoras/es. Com base nestas conversas, foi possível constatar que o silêncio percebido na imprensa está disseminado por toda a estrutura social. O professorado não está sem voz apenas na imprensa, mas também na elaboração e realização de políticas educacionais e nas comunidades. E por que está sem voz? Fomos percebendo que a resposta era complexa e exigia intervenções de diferentes naturezas

O aspecto jurídico do tema revelou uma situação bizarra: o estatuto do funcionalismo público do estado de São Paulo é de 1968, elaborado sob a égide do Ato Institucional nº 5; e o estatuto do funcionalismo público da capital paulista é uma cópia do primeiro, datado de 1979. No entanto, apenas as professoras/es das redes de ensino são coagidos por seus superiores a não falarem com a imprensa em função desta legislação. Professores universitários e mesmo funcionários públicos de outras áreas se manifestam livremente.

Pelo que pudemos apurar, existe um sistema de coerção que não se dissemina apenas pela existência de leis bizarras, mas está na própria estrutura anti-democrática do modelo educacional. Também está na não valorização social do magistério, reforçada pela falta de condições de trabalho da categoria. E também no desrespeito por parte dos governantes que impõem políticas, projetos e ações sem consultar os educadores.

Uma primeira iniciativa para enfrentar a situação foi a circulação de um abaixo-assinado pela revogação do artigo 242 (incisos I e VI), da Lei nº 10.261 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo). A estratégia, realizada em parceria com o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e Artigo XIX, ONG de origem inglesa que está atuando no Brasil desde o ano passado focalizado o direito à liberdade de expressão. Em três semanas de circulação, o abaixo assinado reuniu cerca de 500 adesões, sendo em sua maior parte educadores, jornalistas e ativistas de direitos humanos, entre eles, Dalmo Dallari e Fábio Konder Comparato.

Para exemplificar a situação, foi elaborado um dossiê com relatos de profissionais da educação que sofreram cerceamento de liberdade de expressão, bem como de jornalistas, que narraram as dificuldades encontradas para tomar os professores como fontes de informação, em virtude do "medo de falar". Os documentos foram entregues às autoridades do poder executivo e do sistema de justiça de São Paulo em janeiro de 2008.

Também neste período foi estabelecida parceria com a Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação e Campanha Brasileira para a organização de debate, no âmbito do Processo Fórum Social Mundial. No processo preparatório do evento, foi estabelecido contato com o relator especial da ONU para o direito à Educação, Vernor Muñoz, que também

recebeu os documentos e se comprometeu a argüir as autoridades brasileiras sobre o assunto.

Outro resultado concreto da ação foi a formulação de um projeto de lei que contemplando a reivindicação do documento, apresentado pelo deputado estadual Roberto Felício (PT) em dezembro de 2007. Também é preciso destacar que o tema vem ganhando espaço no debate público por meio da mídia; exemplar nesse sentido foi a adesão ao abaixo-assinado de toda a redação da revista Educação; o tema virou pauta de jornais de circulação regional (Jornal da Tarde e Diário de S. Paulo); da revista Nova Escola e, por fim, foi tratado pela TV Globo, por estímulo do Observatório da Educação.

Apesar destes resultados iniciais, a complexidade da situação requer uma compreensão mais aprofundada sobre a condição docente, o campo da comunicação e o campo jurídico, passando a ser assumida como desafio para os demais programas da Ação Educativa. Já em 2007, a condição docente foi eleita como tema central do Congresso Internacional do NEPSO, que gerou mais uma oportunidade de aprofundamento da discussão.

Além de ações mais diretas como as promovidas em torno do silêncio dos professores, a produção do programa Observatório da Educação também apóia os movimentos sociais e influencia as políticas públicas por meio da produção de publicações eletrônicas e impressas. Tais publicações são distribuídas de modo estratégico para diferentes atores da sociedade civil e gestores, em função dos interesses temáticos, mas também para um grupo permanente, que recebe todas as publicações, constituído por atores-chave no campo: membros do Conselho Nacional de Educação; presidentes dos conselhos estaduais de educação; membros da Comissão de Educação da Câmara Federal e do Senado; núcleos de EJA em universidades e Ministério da Educação.

O boletim pautado no debate *O silêncio do professorado na educação* está em fase de elaboração, e deve ser publicado em fevereiro de 2008.

EJA

No plano internacional, Sérgio Haddad passou a compor o Comitê Executivo do ICAE, representando a América Latina. O ICAE é uma rede internacional de organizações da sociedade civil que trabalham pela implementação do direito à educação de adultos. Seu principal foco nos dois próximos anos será o acompanhamento da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos CONFINTEA a ser realizada em maio de 2009 no Brasil. Além disso, a convite da Unesco, a Ação Educativa está participando da preparação da I Conferência Internacional sobre Educação em Prisões, que acontecerá em Bruxelas em outubro de 2008. Junto com o Ilanud, responsabilizou-se pelo desenvolvimento da temática Educação de Mulheres Presas. Em Outubro, Vera Masagão Ribeiro participou de reunião preparatória em Bruxelas, onde se discutiu o formato do evento e possibilidades de articulação em torno da sua e demais temáticas propostas.

No plano nacional e local, Sergio Haddad continuou participando da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos, órgão consultivo criado pelo MEC para orientar as políticas do setor. No ano passado, acompanhou diversas audiências promovidas pelo Conselho Nacional de Educação sobre temas específicos em EJA: idade de entrada, sistema de avaliação e educação à distância. A assessora Milena Carmo continuou representando Ação Educativa no Fórum Estadual de EJA e no ENEJA. O Fórum Estadual realizou reuniões plenárias nas quais se discutiram a reorientação curricular da EJA na rede municipal da capital, a preparação da CONFINTEA e a ação contra o estado e município de São Paulo junto ao Ministério Público reivindicando o censo da demanda de EJA. A assessora também apoiou a Coordenação

Municipal do Fórum Mova-SP na preparação de encontro nacional a se realizar no próximo ano

Finalmente, dando continuidade à iniciativa de mobilização pela aprovação de projeto de lei prevendo a remissão penal por educação empreendida no ano passado, a Ação Educativa convocou em fevereiro uma reunião de que participaram 19 entidades que criaram a **Rede Paulista de Educação em Prisões**. O objetivo da articulação é continuar a luta pela remissão, monitorar a implantação das Diretrizes Nacionais para Educação em Prisões e acompanhar a preparação da I Conferência Internacional de Educação em Prisões. Realizamos uma série de reuniões com os responsáveis do MEC e Ministério da Justiça (MJ), na elaboração da pauta de um encontro nacional de educação em prisões, por meio do qual se daria continuidade à mobilização que culminou com a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais em 2006. Depois de meses de trabalho, houve uma mudança na gestão do MJ e o seminário perdeu a importância do ponto de vista dos novos dirigentes, acabou se realizando num formato mais restrito sem a participação das ONGs.

Balanco dos resultados e perspectivas

Para além da regulamentação do Fundeb, com a inclusão das creches, a articulação do Movimento *Fundeb Pra Valer!* demonstrou um interessante caminho a ser percorrido pela **Campanha Nacional pelo Direito à Educação** – o envolvimento de grupos e pessoas que não militam regularmente na mobilização pela universalização da educação pública de qualidade. Neste caso, destacou-se a participação de organizações de mulheres. Desse processo fica a lição da necessidade de ampliar a “roda” da Campanha, trazendo novos atores tanto nos momentos de mobilização, quanto nos processos decisórios de escolha de temas e enfoques a serem adotados como foco principal de ação.

Neste sentido, as atividades articuladas em torno da Semana da Ação Mundial configuram-se como um momento privilegiado para a aproximação e contato com novos atores, não apenas durante o período de mobilização, mas também com os processos de “devolução” dos resultados verificados. Para tanto, no próximo ano a Campanha segue com o desafio de fortalecer os comitês estaduais e regionais. Este fortalecimento é fundamental para enfrentar os riscos de retrocesso que ameaçam os direitos educativos, destacadamente no que se refere à redução dos recursos financeiros destinados à área.

Merece finalmente destaque a conquista que representa a realização da Coneb, ainda que a vitória tenha sido parcial. O processo preparatório não previu, como proposto pela Campanha, etapas municipais, não incluiu o ensino superior e no que se refere à composição das delegações, limitou a participação dos movimentos sociais, privilegiando profissionais da educação e gestores públicos. Por outro lado, a realização de uma primeira conferência na área é um avanço e uma oportunidade para a Campanha organizar seus militantes em diversos estados para uma ação articulada de influência nas políticas educacionais.

O balanço do **GT Educação do Movimento Nossa São Paulo** foi positivo, mesmo considerando as dificuldades de mobilização de pessoas para discutir as políticas educacionais da cidade. Ficou definido que a elaboração participativa de um Plano Municipal de Educação será a principal meta do movimento no próximo ano, além do comprometimento dos candidatos ao governo do município com políticas de longo prazo que favoreçam a melhoria dos indicadores de educação na cidade.

Com relação às ações empreendidas pelo **Observatório da Educação**, com destaque para o **Silêncio dos professores**, avaliou-se que a aproximação com o sindicato dos professores

de São Paulo e a ONG Artigo XIX, somada ao interesse despertado pelas publicações *Ebulição* e *Em Questão* em atores de diferentes campos – gestores, representantes do sistema de justiça, educadores e ativistas da sociedade civil –, foram conquistas que devem ser preservadas. Além disso, o envolvimento com a temática do silêncio dos professores promoveu importantes sinergias entre os programas da Ação Educativa que atuam no âmbito das articulações políticas e os que atuam em escolas, ajudando a superar a dissociação entre quem pensa e decide e quem executa as políticas. A repercussão entre os atores políticos também foi relevante, pautando um tema novo com grandes possibilidades de orientar ações futuras visando o empoderamento e incentivo da participação de professores no debate público sobre educação.

O forte envolvimento do Programa Pesquisa e Monitoramento das Políticas Educacionais com o tema das **relações raciais** na educação, que continuará realizando estudos sobre a problemática, deverá reforçar nossa atuação nas diversas redes de educação e no movimento negro.

No que se refere à nossa incidência no campo da **EJA**, a conjuntura recente e os resultados de nossa atuação vêm suscitando na equipe e corpo diretivo da instituição reflexões que indicam a necessidade de redefinição de estratégica. Ação Educativa teve uma presença crucial para a constituição desse campo na década passada, quando não havia quase centros universitários dedicados ao tema e o movimento dos Fóruns de EJA estava se constituindo. Participamos ativamente da RAAAB, que acabou se desarticulando a medida que suas lideranças passaram a investir em outros espaços de atuação político-pedagógica, em especial os Fóruns. Estes, que na origem se articularam como espaços de resistência ao descaso das políticas do MEC com a EJA, com o início da gestão Lula passaram a apoiar a gestão da SECAD e receber dessa secretaria incentivo e apoio para suas ações. A EJA foi finalmente reconhecida como modalidade de Educação Básica integrada ao Fundeb, várias políticas federais focalizaram essa modalidade, não só por meio da SECAD, mas também de programas como o Proeja, da Secretaria de Educação Tecnológica e o Projovem, da Secretaria da Juventude. Os centros de pesquisa sobre a temática se multiplicam e começam a encontrar linhas de financiamento para a pesquisa.

Nesse novo cenário, é necessário redefinir a estratégia da Ação Educativa, identificando novos campos de fronteira para exercer um papel inovador, ampliando o universo dos direitos educativos dos jovens e abrindo oportunidades de pesquisa e experimentação. Nesse contexto, o papel da Ação Educativa nos espaços de articulação, como os Fóruns, ou representação junto a instâncias de governo (conselhos) deve ser repensado, de modo a não apenas legitimar as políticas oficiais, mas sempre desafiá-las no sentido da amplitude e relevância. As ações em torno da Educação Penitenciária já apontam para essa re-orientação estratégica, com abordagem de novos temas. Nessa área, nossa atuação poderá também ser potencializada pelo **Relatoria Nacional**, que prepara missão sobre o tema.

Enfim, para um reordenamento mais global das ações, planeja-se para 2008 um trabalho conjunto de todas as pessoas envolvidas com a EJA nos programas e no corpo diretivo da Ação Educativa, contando ainda com a colaboração de parceiros de universidades, ongs e movimentos sociais.

Espaço de Cultura e Mobilização Social

Essa área programática tem como referência principal o sexto objetivo estratégico estabelecido nesse Plano Trienal:

- Fortalecer a produção artística de grupos originários e atuantes nas periferias urbanas, visando a afirmação de suas identidades, a democratização do acesso a novos circuitos de produção e circulação cultural, o fomento de uma cultura de solidariedade e cidadania.

Esse objetivo expressa a intenção da Ação Educativa de dar maior organicidade a seu programa de ação cultural, em diálogo com as outras áreas programáticas da instituição – Educação e Juventude – e com outras organizações da sociedade civil.

Das metas abaixo, a segunda é a que se liga mais diretamente a esse objetivo, enquanto a primeira e a terceira dizem respeito à dimensão de serviço a pessoas e grupos, que caracterizou o Centro de Juventude e Educação Continuada até o ano passado.

META 1

TER AMPLIADO EM 20% A FREQUÊNCIA AO ESPAÇO E QUALIFICADO OS SERVIÇOS OFERECIDOS A PESSOAS, GRUPOS E ORGANIZAÇÕES QUE PROMOVEM DIREITOS HUMANOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS, ALCANÇANDO UM PÚBLICO DE 34 MIL PESSOAS AO ANO EM 2009.

Atividades e produtos

A meta de ampliação da quantidade de pessoas que freqüentam o Espaço não foi alcançada, pois mantivemos o mesmo número verificado no ano passado: 26 mil pessoas. Já com relação ao total arrecadado com locação das salas houve ligeira elevação: de R\$ 27.300,00 em 2006 para R\$ 29.600,00 em 2007.

Eventos promovidos pela própria Ação Educativa respondem por 46% dessa ocupação. O restante da ocupação seja por meio de cessão gratuita (28%) ou locação (26%) foi feita por organizações que promovem os direitos humanos por meio de atividades diversas, como oficinas, cursos, reuniões, seminários, etc. Entre essas organizações, destacamos o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo; Movimentos dos Estudantes Sem Universidade; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Fórum de Moradia; Fundação Abrinq; Movimento Estudantil pelo Passe Livre; Canal Motoboy; Movimento Nossa São Paulo; Associação Brasileira de ONGs; Fórum Social Mundial, entre outros.

Os serviços prestados ao público diversificaram-se com a integração do Centro de Mídia Juvenil ao Espaço. Por meio dele, mantivemos o atendimento a 16 grupos juvenis, além de usuários vinculados a outros grupos e movimentos, como o Canal Motoboy, coletivo de motoqueiros dedicados ao transporte de encomendas, que registram na Internet imagens e informações sobre a vida urbana em São Paulo, e vêm se reunindo na Ação Educativa desde agosto. Os serviços prestados a esses grupos vão desde o acesso à Internet à edição de vídeo, passando pelo empréstimo de equipamentos de filmagem e consulta a acervo multimídia.

Houve uma melhoria no atendimento às solicitações gratuitas de salas e auditório, bem como no atendimento comercial. Passamos a ter um profissional dedicado exclusivamente a esta tarefa. Adquirimos equipamentos como TV de Plasma, equipamento de som portátil, renovamos nossa mesa de som que passou a ser de 8 canais e trocamos as caixas de som.

Balanco dos resultados e perspectivas

No próximo período, deveremos continuar investindo na divulgação do espaço de modo a ampliar o público e atingir a meta do triênio. A consolidação do Espaço de Cultura como área programática amplia e torna mais complexa as atividades a serem desenvolvidas e o conjunto de atores com os quais a equipe se relaciona. Essa situação exigirá que a gerência dos espaços físicos e serviços a terceiros ganhe autonomia, concentrando-se de forma mais adequada à melhoria das instalações e equipamentos, além de uma maior profissionalização no que se refere à promoção de eventos.

META 2

TER ESTRUTURADO QUATRO NÚCLEOS CULTURAIS GRAFFITI, LITERATURA PERIFÉRICA, HIP HOP E RODAS DE SAMBA.

Atividades e produtos

Efetivou-se a estruturação desses quatro núcleos previstos e, além disso, constituiu-se mais um, em torno de cinema & vídeo e lançaram-se as bases para um outro: relacionado às práticas de conhecimento livre.

O núcleo de hip hop promoveu a 7ª edição da Semana e Cultura Hip Hop, elegendo como tema articulador das atividades a África. Com oficinas, debates, apresentações artísticas e campeonato de basquete de rua, o evento demonstrou maturidade e manteve seu espírito de inovação. Além disso, estabeleceu importante parceria com o Centro Cultural da Juventude da Prefeitura de São Paulo, maior e mais importante equipamento público da cidade voltado à promoção da cultura entre jovens. Além disso, o núcleo iniciou o Sarau do Rap que é um espaço onde o rapper declama sua letra sem música, revelando o conteúdo poético de sua composição.

O núcleo das rodas de samba dedicou-se à organização do evento comemorativo do Dia do Samba, que em 2007 ampliou para 5 mil o número de pessoas participantes, além de incorporar mais duas rodas de samba. O dinamismo das rodas de samba de comunidade, acontecendo de forma descentralizada nas diversas regiões da cidade pôde ser atestado pelo número expressivo de eventos informados à Agenda Cultural da Periferia (ver adiante)

Já o Núcleo de Grafite, realizou mais uma exposição de grafites em tela, comemorando com isso o 27 de Março – Dia do Grafite. Essa exposição abriu caminho para a criação da Sala do Grafite, espaço permanente de exposição de grafites na Ação Educativa.

O Núcleo de Literatura apoiou a edição de 6 livros, entre 8 programados para o ano. São obras de escritores moradores de bairros de periferia envolvidos com saraus, fanzines e ações educativas relacionadas à leitura e escrita. Dois dos livros são coletâneas que juntas, reúnem 26 autores, uma delas com escritores de seis outros estados, além de São Paulo. Todos os livros foram lançados na Ação Educativa, reunindo juntos, cerca de 500 pessoas.

O produto de maior destaque relacionado à promoção dessas manifestações artísticas foi o lançamento da Agenda Cultural da Periferia, com a qual todos os núcleos colaboram. Organizada em sete seções – Hip hop, Grafite, Literatura, Samba, Cinema & vídeo, Outras cenas e Periferia no centro – a agenda traz a programação cultural exibida / produzida nos

bairros periféricos da metrópole, dando visibilidade ao impressionante dinamismo cultural que faz frente à precariedade dos equipamentos e serviços públicos nessas regiões, afirmando o protagonismo dos grupos populares, com grande participação de afro-descendentes, na expressão de suas experiências, visões de mundo e aspirações. Ao longo do ano, foram publicadas 8 edições que somaram 80 mil exemplares distribuídos em toda a região Metropolitana de São Paulo. Na primeira edição, do mês de maio, a agenda noticiou 49 eventos; a medida que se tornava conhecida dos grupos, mais indicações chegavam à equipe de redação, que na edição de novembro pode incluir na programação quase 100 eventos.

Finalmente, outro acontecimento marcante para o Espaço de Cultura foi a promoção do ciclo de debates sobre *Conhecimento e Cultura Livres*. A temática diz respeito aos limites à livre circulação do conhecimento e da cultura, alternativas à políticas de copyright e a circulação não comercial do conhecimento e da arte, por meio, principalmente da Internet. A proposta do evento foi vencedora de edital do Programa Cultura e Pensamento, do Ministério da Cultura, e realizou-se em duas etapas, uma em São Paulo e outra em Fortaleza. Somando as duas, o evento envolveu audiência de 1600 pessoas, de cerca de 25 debatedores e mais de 50 artistas independentes.

Balanco dos resultados e perspectivas

A consolidação dos quatro núcleos, além da criação do de Cinema & Vídeo e a perspectiva do de Cultura Livre confirmam a adequação e potencial dessa nova área programática assumida por Ação Educativa, complementando o enfoque sobre a educação e a juventude. Com esse potencial de relações construídas e abordagem de questões estratégicas do ponto de vista da conjuntura e da missão institucional, o desafio será buscar novos apoios e fontes de financiamento para ampliar de modo sustentável as atividades.

A receptividade da Agenda Cultural da Periferia mostra que as Ações desenvolvidas nessa área programática ultrapassam o Espaço sede, que funciona a serviço e em conexão com outros espaços nas periferias da metrópole. Com base nesses produtos e resultados, continuaremos pleiteando junto ao Ministério da Cultura apoio para que o Espaço funcione como Pontão de Cultura, conceito cunhado por essa gestão para organizações que tem potencial para articular e apoiar grupos e organizações que produzem cultura fora dos circuitos comerciais.

TER PROMOVIDO PROGRAMAÇÃO REGULAR DE OFICINAS, CURSOS E PALESTRAS EM ARTE-EDUCAÇÃO, ENVOLVENDO 400 EDUCADORES AO ANO, APROXIMADAMENTE 25% A MAIS QUE EM 2005.

Ainda que com um público um pouco abaixo do estabelecido na meta, 358 no total, as atividades programadas foram todas realizadas. Abordamos nas atividades relacionadas a essas programações, os seguintes temas: dança; mitos e lendas; livro, literatura e leitura; África. Os núcleos participaram efetivamente das atividades, propondo temas, realizando oficinas e mostras e participando de debates.

Balanco dos resultados e perspectivas

Como desdobramento das atividades programadas, formulamos para 2008 a proposta de criação de um espaço permanente de exibição de filmes sobre a temática afro-brasileira, e outro espaço para apresentação musical de artistas da periferia, chamado Suburbano no Centro.

Gestão e Desenvolvimento Institucional

A área de Gestão e Desenvolvimento Institucional (GDI) reúne a Coordenação Geral, o Setor de Administração e Finanças (SAF) e o Setor de Comunicação e Informação. Além de apoiar e favorecer a integração e o desenvolvimento dos projetos realizados pela instituição, a Coordenação Geral é responsável por zelar pelos mecanismos de governança – em especial da relação entre o corpo funcional, Diretoria e Assembléia de Sócios. É também responsável pela representação institucional junto a órgãos de governo, agências de cooperação e outras organizações da sociedade civil. Ela conta com a assessoria de um colegiado consultivo, escolhido entre coordenadores de programas, setores ou projetos, que auxilia nas atividades de representação, gestão cotidiana e tomada de decisões estratégicas.

Ao realizar a representação institucional da Ação Educativa especialmente junto a articulações da sociedade civil, a área de Gestão e Desenvolvimento Institucional assume com atenção especial um objetivo institucional que é transversal e compartilhado com as áreas programáticas:

- Fortalecer e qualificar a participação das ONGs como atores sociais relevantes na construção de uma sociedade justa e democrática, na qual se efetivem na sua integralidade os direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Nesse sentido, o GDI estabelece uma meta fim relacionada a esse objetivo, a primeira elencada abaixo, enquanto as demais são metas de gestão, relacionadas à qualidade dos processos de administração e desenvolvimento institucional, tendo em vista a eficiência, a transparência, a representatividade e a sustentabilidade.

META 1

TER PARTICIPADO DE INICIATIVAS DE ARTICULAÇÕES DE ONGS NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, SOCIAIS, ECONÔMICOS, CULTURAIS E AMBIENTAIS E NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES.

Atividades, produtos, resultados e perspectivas

Fórum Social Mundial

Sérgio Haddad, coordenador geral da Ação Educativa, participou até o início do ano de 2007 do Conselho Internacional do FSM, apoiando a nova diretoria da ABONG e a organização do o Fórum Mundial realizado em Nairobi, Kenia. A partir daquela data, a Ação Educativa continua participando da Coordenação Organizadora Brasileira – COB e apoiando as entidades que deram início a este processo.

PAD

Ação Educativa participa intensivamente, desde as origens, do Processo de Articulação e Diálogo – PAD, uma rede de diálogo entre agências ecumênicas européias e seus parceiros no Brasil. No último ano, nossa contribuição particular se deu no campo da juventude, temática que foi discutida nos regionais e no encontro nacional, produzindo documento conceitual à respeito.

Grupo Pedras Negras

A convite do Ibase, Ação Educativa passou a integrar um grupo informal de ONGs brasileiras que passou a se auto-denominar Grupo Pedras Negras. O grupo se reuniu uma primeira vez no Rio de Janeiro para analisar as potencialidades, sentidos e impactos políticos de uma eventual criação de uma aliada da Oxfam Internacional, a partir da incorporação do Ibase, uma das organizações líderes no processo de construção da Abong e ação cidadã no âmbito do desenvolvimento e defesa de direitos. A discussão desse tema ampliou-se, abarcando a análise da conjuntura da cooperação e do papel das ONGs brasileiras no contexto político nacional e internacional. Constatou-se que as análises e estratégias de ação construídas solidariamente por esse conjunto de organizações líderes na criação da Abong precisavam ser revistas e atualizadas para um cenário muito mais complexo, com novos atores e novos desafios em especial na relação estado X sociedade civil. Com apoio da Novib-Oxfam, o grupo realizou mais um encontro em São Paulo e estabeleceu um plano de discussões que se entenderá até 2008, do qual se espera que todas as ONGs e agências que participaram da história dessa rede de organizações comprometidas com o desenvolvimento sustentável, a democracia participativa e a justiça social no Brasil e no Planeta, sustentadas por fortes laços de solidariedade internacional.

ABONG

Ao longo de 2007, Eleilson Leite, da Ação Educativa, continuou compondo a Diretoria Regional da Abong. Nesse papel, participou da organização do Prêmio Paulo Freire da Câmara Municipal de São Paulo; participou no Conselho da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo do I Fórum do Terceiro Setor, promovido pela OAB/SP, esteve em programas de TV e Rádio, deu entrevistas à Mídia Impressa além participar nas reuniões do Conselho Diretor Nacional da ABONG. Além disso, a Diretoria Regional realizou duas reuniões gerais, quatro sessões de rodas de conversa e um seminário de formação sobre ONGs e recursos públicos.

Participação no Conselho Nacional de Desenvolvimento Social (CDES)

Sergio Haddad, coordenador geral da Ação Educativa, continuou participando do CDES, procurando se articular com os demais membros de ONGs e movimentos sociais, que compõem uma representação minoritária frente a outros setores, em particular o empresarial e sindical. Dentro do CDES, Sérgio é membro do Conselho Político do Observatório da Equidade, que vem acompanhando os indicadores de educação na sua relação com o tema da desigualdade e equidade.

Plataforma DhESCA Brasil

Em 2007, a Ação Educativa, por meio do coordenador do Programa Ação na Justiça, Salomão Ximenes, participou da coordenação colegiada da Plataforma DhESCA Brasil, para a qual foi eleita no início de 2006. Nossa atuação na Plataforma tem se pautado no apoio ao processo de renovação e mudanças pelo qual passa a rede, que, a partir de seu novo trienal, passou a adotar uma gestão mais centralizada de suas iniciativas, antes dispersas em várias instituições. Atuamos também representando a Plataforma em diálogos com o poder público e entidades da sociedade civil, além de representá-la, a partir do segundo semestre de 2007, junto à coordenação dos processos de elaboração do Contra-informe ao Comitê DESC e do Relatório Periódico sobre a Implementação dos Direitos Humanos no Brasil. Além da Plataforma, esta coordenação é composta por MNDH, parceiros de Misereor no Brasil e PAD. O Relatório Periódico, escrito por dezenas de pessoas e instituições vinculadas às quatro

redes, foi publicado, em 2007, sob o título *Direitos Humanos no Brasil 2: diagnóstico e perspectivas*. Neste, colaboramos com o artigo sobre direito à educação²⁸. Ficamos ainda responsáveis por acompanhar e dar suporte institucional à Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação, que, conforme já mencionado, voltou a se estabelecer na Ação Educativa.

Do ponto de vista estratégico, nossa participação nesses espaços visa fortalecer as estratégias de justiciabilidade a partir da interação permanente com outras organizações de direitos humanos. Possibilita-nos, ademais, integrar, na prática, o direito à educação aos demais direitos que são objetos de intervenção dos movimentos. Vale lembrar que, por não sermos uma organização tradicionalmente enquadrada como “de direitos humanos”, essas articulações abrem um novo campo de possibilidades de diálogo e construção.

Movimento Nossa São Paulo, Outra Cidade

Lançado em maio de 2007, o Movimento Nossa São Paulo pretende construir uma força política, social e econômica capaz de comprometer a sociedade e sucessivos governos com uma agenda e um conjunto de metas para a cidade, superando a descontinuidade administrativa que vem prejudicando o fortalecimento da capacidade do estado de implementar políticas públicas que garantam direitos sociais. Em torno de 400 organizações da sociedade civil integram o movimento, que é absolutamente apartidário e inter-religioso e se expande na forma de rede. Conta com o apoio da sociedade civil, empresas e cidadãos - todos interessados em participar do processo de construção de uma nova São Paulo.

Encontrando no nele uma oportunidade de enraizar nossa ação política no território da cidade, estratégia há muito tempo almejada e sobre a qual já havíamos realizado ações, a Ação Educativa tem se envolvido intensamente no Movimento, desde o seu lançamento. Sergio Haddad participa da coordenação geral e vários membros da equipe colaboram com os GTs Educação, Juventude e Cultura.

Foram realizadas e divulgadas pesquisas sobre a satisfação da população com a cidade, seu mercado de trabalho e serviços públicos. Os resultados servirão de base para monitoramento sistemático, ao lado de um conjunto de indicadores que estão sendo construídos com base em dados estatísticos da cidade nas diversas áreas.

Selo Imprensa Social da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Ação Educativa continua participando do comitê editorial dessa iniciativa do governo estadual, que apóia a publicação de obras produzidas por ONGs, favorecendo a disseminação de suas experiências. Nesse contexto, tem procurado aperfeiçoar o mecanismo de representação e transparência na seleção dos títulos a serem divulgados. Além da relevância da atividade fim do projeto, ele tem representado uma oportunidade de experimentação de sistemática de apoio oficial a ONGs pautada em critérios efetivamente públicos, podendo servir de referência para outras iniciativas semelhantes.

Pacto Nacional Um mundo para a criança e o adolescente do Semi-árido

Liderada pelo Unicef, a iniciativa congrega governos federal e estaduais e ongs, visando a articulação de ações para promover a melhoria da qualidade de vida de cerca de 13 milhões de crianças e adolescentes que vivem nessa região, onde se concentram alguns dos piores indicadores sociais do País. Ação Educativa participou da cerimônia de assinatura do pacto e

²⁸ GRACIANO, Mariângela. Direito à educação. In: Rech, Daniel. (Org.). Direitos humanos no Brasil 2 - Diagnóstico e Perspectiva. Rio de Janeiro: CERIS, 2007, p. 197-212.

de oficina que elaborou o plano estratégico para o ano. No âmbito da mesma iniciativa, a Ação Educativa realizou oficina sobre a lei 10.638 que obriga o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, além da promoção da igualdade racial nas escolas de educação básica.

ABCD – Associação Brasileira contra a Desigualdade

Nossa participação na ABCD deu-se com o objetivo de discutir uma figura jurídica que pudesse conformar uma nova entidade e que desse institucionalidade legal ao trabalho da Associação. As atividades programáticas praticamente não se realizaram no ano de 2007.

Fórum Nacional de Participação Popular

A Ação Educativa participou do processo de construção da Plataforma dos Movimentos Sociais por uma Reforma Política Democrática e Participativa, coordenada pelo Fórum Nacional de Participação Popular. A plataforma foi submetida a diversas organizações, redes e movimentos em encontros locais e em mais de 50 cidades do Brasil. Uma segunda versão da Plataforma foi construída a partir das consultas e está disponível no site da articulação em www.reformapolitica.org.br. A articulação pretende usar o documento como instrumento de luta política em relação aos temas dos quatro eixos da plataforma: democracia direta, democracia representativa, democracia participativa e democratização da comunicação. Em âmbito local, a Ação Educativa contribuiu com a construção do Fórum Paulista de Participação Popular por meio de colaboração para o boletim Participação e Transparência São Paulo, publicado mensalmente no site da articulação e distribuído por e-mail.

META 2

TER PROMOVIDO A GESTÃO COMPARTILHADA, EFICAZ E EFICIENTE DA AÇÃO EDUCATIVA

Durante o período operaram regularmente as instâncias de gestão da instituição. O **colegiado de coordenação**, composto pela coordenação geral e por lideranças dos diversos programas, reuniu-se semanalmente para discutir e deliberar sobre o andamento dos projetos e avaliar novas oportunidades. O coordenador geral e a coordenadora de programas acompanharam o trabalho dos coordenadores de programas, a relação com as agências de financiamento e outros parceiros institucionais. A **Diretoria** reuniu-se por 05 vezes, tomando decisões, por indicação da coordenação, sobre pontos que fugiam da alçada do colegiado, aconselhando a coordenação sobre os rumos mais gerais da instituição e preparando a assembléia geral de sócios.

Durante a **Assembléia Geral de Sócios**, realizada em junho, aprovou-se novo estatuto, que foi reformulado em alguns pontos para viabilizar, do ponto de vista jurídico, o pedido de reconhecimento da finalidade filantrópica da instituição pelo Conselho Nacional de Assistência Social, o que habilitará Ação Educativa a solicitar isenção da cota patronal do INSS. A documentação necessária para esses trâmites foi encaminhada para a advogada, mas o pedido não foi encaminhado, ficando postergado para 2008.

Na mesma assembléia, foi renovada parcialmente a diretoria, de acordo com sistemática anteriormente sugerida, com o objetivo de garantir, ao mesmo tempo, renovação e continuidade de gestão. Nessa oportunidade, deixaram a diretoria Maria Pontes Sposito e Vicente Rodrigues, substituídos por Cristiano Di Giorgio e Maria Clara di Pierro, nos cargos de Diretor Técnico e Diretora Financeira respectivamente. O Sócio Ismar de Oliveira assumiu o

Conselho Fiscal. Sergio Haddad e Vera Masagão Ribeiro foram reconduzidos ao cargo de coordenação geral e de programas.

As discussões geradas a partir da reformulação do estatuto indicaram a necessidade de Ação Educativa elaborar um **regimento interno** que detalhe as normas de funcionamento e gestão. O crescimento da organização e a constante renovação dos quadros, a cultura institucional, com seus princípios e regras, não podem depender da memória de alguns quadros dirigentes; é necessário registrá-la num regimento que seja acessível a todos os sócios e funcionários, passível de revisões periódicas, sempre respeitando os princípios de coerência, transparência e democracia interna.

O processo de renovação da diretoria, por sua vez, evidenciou a necessidade de renovar o quadro de sócios, ampliando o número daqueles que têm condições de acompanhar o desenvolvimento da instituição de modo mais cotidiano e, eventualmente, vir a assumir responsabilidades em sua direção.

Para encaminhar a elaboração do regimento interno e uma proposta de ampliação do quadro de sócios, o colegiado indicou uma comissão que, entretanto, não teve condições de iniciar os trabalhos, que ficaram postergados para 2008.

META 3

TER AMPLIADO E APERFEIÇOADO A COMUNICAÇÃO INTERNA, COM SÓCIOS, PARCEIROS PREFERENCIAIS E PÚBLICO EM GERAL.

A principal atividade do Setor de Comunicação e Informática foi a reformulação técnica do site institucional, processo iniciado no ano anterior e comprometido por uma série de problemas. Finalmente, em outubro, o novo site entrou no ar e iniciou-se o processo de migração e atualização de conteúdos, concomitante ao ajustes das ferramentas disponíveis. Ao longo do ano, foram produzidas e publicadas no site 138 matérias, 76 delas de caráter institucional.

As visitas ao site continuaram crescendo, ainda que não na velocidade verificada no ano passado. Em 2007, a marca dos 50 mil acessos por mês foi ultrapassada em sete ocasiões, enquanto em 2006, isso ocorreu somente três vezes. No próximo ano, com a instalação de um programa de estatísticas de acesso mais desenvolvido, será possível realizarmos análises mais refinadas desses acessos, distinguindo as visualizações pelo e-mail, a entradas diretas e por sites de busca. Será possível também medir o tempo de visita e as páginas mais acessadas.

| Visitas aos Site da Ação Educativa (2005-2006) | | | | |
|---|---------------------|----------------|---------------------|----------------|
| | 2006 | | 2007 | |
| | Média diária | Total | Média diária | Total |
| Janeiro | 659 | 20.432 | 1.142 | 35.415 |
| Fevereiro | 1.001 | 28.034 | 888 | 24.873 |
| Março | 1.406 | 43.600 | 1.807 | 56.016 |
| Abril | 1.423 | 42.687 | 1.818 | 54.546 |
| Maio | 1.518 | 47.053 | 2.010 | 62.309 |
| Junho | 1.626 | 48.805 | 2.229 | 66.881 |
| Julho | 1.354 | 41.961 | 1.653 | 51.243 |
| Agosto | 1.767 | 54.746 | 1.920 | 59.547 |
| Setembro | 1.804 | 55.936 | 1.578 | 47.341 |
| Outubro | 1.597 | 47.957 | 1.590 | 49.309 |
| Novembro | 1.790 | 53.701 | 1.702 | 51.074 |
| Dezembro | 939 | 29.102 | 740 | 22.953 |
| TOTAL | | 514.014 | | 581.507 |

Produzimos e distribuímos 12 edições do boletim eletrônico institucional *Em Ação!*, e coordenamos a expedição das 50 edições dos boletins temáticos elaborados pelos programas. Como se pode constatar no quadro abaixo, todos os boletins tiveram um crescimento significativo em termos de número de assinantes.

| Boletim Eletrônico | Quantidade de edições no ano | | Quantidade de assinantes em dez/06 – nov/ 07 | | Responsáveis pela editoria |
|--------------------|------------------------------|------|--|------|-----------------------------------|
| | 2006 | 2007 | 2006 | 2007 | |
| Em Ação! | 12 | 12 | 2.057 | 3028 | Setor de Comunicação |
| Informação em Rede | 11 | 8 | 2.453 | 3407 | Programa de EJA |
| Ebulição | 5 | 2 | 1.924 | 2814 | Programa Observatório da Educação |
| Faísca | 19 | 16 | 364 | 592 | Programa Observatório da Educação |
| Ação na mídia | 12 | 12 | 364 | 592 | Programa Observatório da Educação |
| OPA | 11 | 9 | 1.684 | 2542 | Programa Ação na Justiça |
| Juventude na Cena | 2 | 3 | 300 | 650 | Programa Juventude |

Finalmente, o setor também foi responsável pela produção de texto e arte de três campanhas disparadas por e-mail aos assinantes de boletins, convidando-os a se tornarem sócios mantenedores. Coordenou ainda a produção de um novo folder institucional, filipeta para assinatura de boletins, carteirinha de sócio mantenedor e placa de mesa ofertada em agradecimento para agências financiadoras e empresas sócias. Realizou ainda, ao longo do ano, 82 atendimentos telefônicos a jornalistas, encaminhando solicitações quanto à indicação de fontes para opinar sobre temas da conjuntura. Esse trabalho do setor, enfatizando a visibilidade das posições políticas e realizações da entidade, somado ao esforço de todos os programas, resultou na continuidade da presença da Ação Educativa na mídia, como mostra o quadro abaixo.

| Inserções na mídia, por temas | 2006 | | | | 2007 | | | |
|---|--------------|--------------------|------------|----------|--------------|--------------------|------------|----------|
| | Total | Jornais e revistas | Rádio e TV | Internet | Total | Jornais e revistas | Rádio e TV | Internet |
| Educação e Direitos Humanos / Justiciabilidade | 6 | 2 | - | 4 | 19 | 13 | 3 | 3 |
| Analfabetismo / Indicador de Alfabetismo | 6 | - | 1 | 5 | 28 | 7 | 3 | 18 |
| Educação de Jovens e Adultos | 48 | 19 | - | 29 | 3 | 2 | - | 1 |
| Outras políticas educacionais | 42 | 16 | 3 | 23 | 31 | 21 | 7 | 3 |
| Projetos pedagógicos em escolas públicas | 7 | 3 | - | 4 | 15 | - | 6 | 9 |
| Juventude | 33 | 14 | 3 | 16 | 5 | 2 | - | 3 |
| Centro / Espaço de cultura e mobilização social | 55 | 19 | 4 | 32 | 69 | 27 | - | 42 |
| Ação Educativa (institucional) | 2 | 1 | - | 1 | 10 | 1 | - | 9 |
| Cobertura na mídia sobre educação | - | - | - | - | 7 | 1 | - | 6 |
| TOTAL | 199 | 72 | 7 | 114 | 187 | 74 | 19 | 94 |

META 4**TER GARANTIDO A SUSTENTABILIDADE, A GESTÃO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS DA INSTITUIÇÃO.****Diversificação de fontes**

A coordenação geral continua, com envolvimento dos coordenadores de programas, empreendendo o esforço de buscar novas fontes de financiamento para seus projetos, de modo a garantir a diversidade de fontes e conseqüente autonomia política da instituição. Durante o ano, a Ação Educativa inaugurou parceria com cinco novos financiadores, quatro deles nacionais – Fundação Telefônica, Instituto IBI, o Instituto Santander Banespa, Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão - FAPESP e um internacional – a Kindernothilfe da Alemanha. Vale destacar também que dois pesquisadores da Ação Educativa tiveram projetos aprovados pelo CNPq e FAPESP, reforçando o reconhecimento da Ação Educativa como entidade de pesquisa por parte das agências nacionais de fomento.

Captação de sócios mantenedores

Com relação à captação de sócios mantenedores entre pessoas físicas e pequenas empresas, tivemos resultados piores do que os de anos anteriores, o que evidenciou mais uma vez os internos e externos dessa estratégia. A dificuldade de integrar novos sócios, a reduzida contribuição individual alcançada pelo público que alcançamos e o alto grau de inadimplência não animam que se façam maiores investimentos na área. Setores progressistas da classe média brasileira, que poderiam se identificar com a missão e linha de atuação da Ação Educativa não tem hábito de fazer doações, prática identificada tradicionalmente com a filantropia assistencial. Além disso, tivemos problemas internos: mesmo com uma carteira relativamente pequena de sócios, não conseguimos ser eficientes na administração das cobranças e na manutenção do relacionamento com eles, o que nos levou a perder a contribuição de várias empresas, que tinham até então se revelado contribuidoras mais regulares do que as pessoas físicas. O quadro abaixo mostra o resultado de 2007, comparado com os anos anteriores:

| Resultados da Central de Sócios (2005 – 2007) | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|
| | 2005 | 2006 | 2007 |
| Novos Sócios Pessoa Física | 67 | 55 | 7 |
| Novos Sócios Pessoa Jurídica | 26 | 9 | 1 |
| Total da Contribuição de Sócios Pessoa Física | R\$ 5.186,99 | R\$ 5.463,29 | R\$ 5.262,60 |
| Total da Contribuição de Sócios Pessoa Jurídica | R\$ 4.150,00 | R\$ 9.226,00 | R\$ 4.865,00 |
| Total das Contribuições de Sócios (PF + PJ) | R\$10.650,28 | R\$13.376,00 | R\$10.127,60 |

Sem ainda abandonar a iniciativa, cuja importância política continua sendo reconhecida, e procurando aprender com a experiência, buscaremos ainda mais uma vez novas formas de organização interna e atuação junto ao público externo. No final do ano, por exemplo, iniciamos a produção experimental de brindes institucionais, relacionados às nossas atividades e missão, visando oferta-los a doadores pontuais, utilizando para isso uma loja virtual acessível pelo site institucional. Cabe mencionar, entretanto, que as ações serão

feitas com investimento mínimo e, por isso, não se devem esperar resultados muito superiores aos verificados até então.

Durante o ano, colaboramos ainda com a finalização de publicação que sistematiza a experiência das organizações que, junto com a Ação Educativa, participaram do programa da Oxfam de Comunicação e Mobilização de Recursos Locais. Da experiência da nossa organização, destacou-se o enorme avanço conseguido com a política de comunicação, ampliando o reconhecimento social da instituição, além da estratégia bem sucedida de geração de recursos próprios por meio da produção de publicações em parceria com editora comercial que divide conosco parte dos lucros das vendas na forma de direitos autorais, que são divididos entre a organização e os autores que trabalharam diretamente na produção das obras.

Encerrados os financiamentos específicos para essas iniciativas de comunicação e mobilização de recursos locais, brindados por Oxfam e Avina no triênio anterior, a Ação Educativa planeja manter, como estrutura mínima, o Setor de Comunicação com um coordenador com dedicação parcial e três estagiários, um deles responsável pela relação com sócios e distribuição dos brindes, que atuará com apoio do SAF, responsável pelo controle financeiro das doações e estoque.

Resultado Financeiro

Tendo em vista a situação financeira da instituição como um todo, o resultado do ano pode ser considerado bastante positivo. Num contexto de crise que afeta a capacidade de financiamento de diversas ONGs, que continuam sofrendo os impactos da baixa do dólar em relação ao real, a Ação Educativa conseguiu manter-se no mesmo patamar orçamentário alcançado em 2003, conseguindo revertendo a tendência de queda que se esboçara a partir de 2005, com um pequeno crescimento de 12,07% em relação a 2006, como demonstrado no quadro abaixo:

| Evolução de Despesas | | |
|-------------------------------------|----------------------|--------------------------|
| 1994 – 2007 (Valores em R\$) | | |
| | Despesa Anual | Crescimento Anual |
| 1994 | 20.468,08 | Fundação |
| 1995 | 440.453,28 | - |
| 1996 | 728.705,02 | 65,44% |
| 1997 | 903.803,26 | 24,03% |
| 1998 | 1.139.514,81 | 26,08% |
| 1999 | 1.401.359,35 | 22,98% |
| 2000* | 2.048.483,61 | 46,18% |
| 2001 | 2.106.114,88 | 2,81% |
| 2002 | 3.358.751,71 | 59,48% |
| 2003 | 4.986.322,40 | 48,46% |
| 2004 | 5.167.433,75 | 3,63% |
| 2005 | 4.275.927,31 | -17,25% |
| 2006 | 4.029.360,15 | -5,77% |
| 2007 | 4.515.536,09 | 12,07% |

(*) Sem considerar despesas com aquisição e reforma do imóvel no valor de R\$ 1.184.942,86. Despesa total em 2000 foi de R\$ 3.233.426,47.

Com relação às receitas, o aumento em relação a 2006 foi de 12,44%. Esta elevação deu-se, principalmente, devido ao aumento de 344,27% das receitas provenientes de prestação de serviços e 32,78% das provenientes de direitos autorais. A prestação de serviços inclui serviços prestados a prefeituras e órgãos estaduais, e também para a FAPEX, Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão, por meio da qual se acessaram os recursos do Ministério da Cultura para a realização do Seminário de Cultura Livre. Além disso, aumentaram em R\$ 339.236,32 os recursos provenientes dos direitos autorais. Estes aumentos compensaram em parte a queda de 9,36% nas receitas internacionais, conforme o quadro a seguir.

Comparativo de Entradas - 2007 x 2006

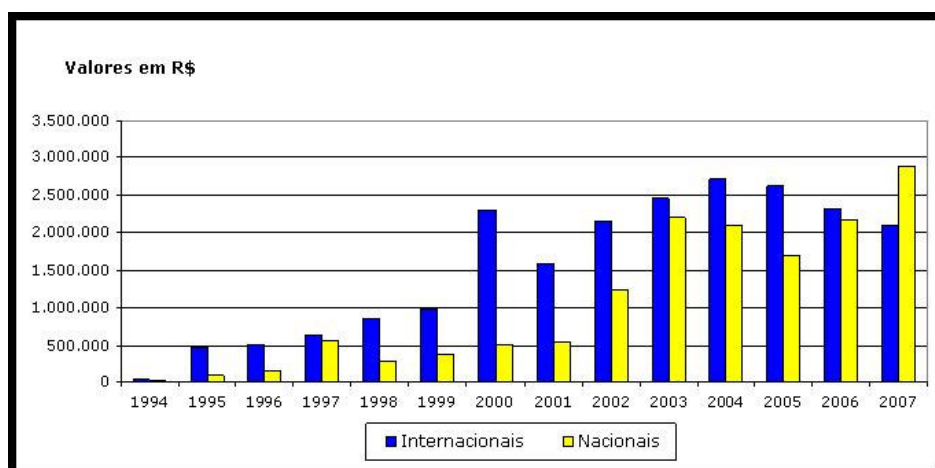
(Valores em R\$)

| Receitas por Rubrica | 2006 | 2007 | Variação | Var. (%) |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|--------------------|-----------------|
| | (A) | (B) | (C) = (B) - (A) | (C) / (A) |
| Receitas Internacionais | 2.308.702,36 | 2.092.653,26 | -216.049,10 | -9,36% |
| Órgãos de Cooperação | 1.497.471,92 | 1.634.882,37 | 137.410,45 | 9,18% |
| Fundações | 757.143,75 | 442.559,65 | -314.584,10 | -41,55% |
| Organismos Internacionais | 49.015,86 | 15.211,24 | -33.804,62 | -68,97% |
| Outros | 5.070,83 | - | -5.070,83 | -100,00% |
| Receitas Nacionais | 2.176.270,89 | 2.884.949,20 | 708.678,31 | 32,56% |
| Recursos Governamentais | 56.251,05 | 69.673,79 | 13.422,74 | 23,86% |
| Institutos Empresariais | 678.676,76 | 625.516,03 | -53.160,73 | -7,83% |
| Parcerias c/ ONG's e Associações | 42.356,06 | 63.795,70 | 21.439,64 | 50,62% |
| Prestação de Serviços (*) | 143.228,84 | 522.485,06 | 379.256,22 | 264,79% |
| Direitos Autorais (*) | 1.034.788,40 | 1.374.024,72 | 339.236,32 | 32,78% |
| Patroc./Doações/Filiações/Estoq. | 164.160,19 | 162.955,82 | -1.204,37 | -0,73% |
| Locações | 47.635,09 | 61.722,88 | 14.087,79 | 29,57% |
| Venda de Publicações (*) | 9.174,50 | 4.775,20 | -4.399,30 | -47,95% |
| Receitas Financeiras | 30.957,94 | 100.203,19 | 69.245,25 | 223,68% |
| Total de Receitas | 4.515.931,19 | 5.077.805,65 | 561.874,46 | 12,44% |

(*) Os valores das receitas são brutos, os respectivos impostos estão computados como despesa em "Impostos sobre Receitas".

A situação de 2007 quanto à distribuição entre fontes nacionais e internacionais é inédita na história da Ação Educativa como demonstrado no gráfico a seguir. Pela primeira vez, os recursos nacionais foram majoritários: 56,81% do total. Os recursos internacionais, por sua vez, representaram 41,21% do total de recursos movimentados neste ano. Em termos absolutos, R\$ 2.884.949,20 de receitas nacionais é o maior valor atingido pela Ação Educativa desde a fundação. O gráfico mostra o crescimento gradual da capacidade da Ação Educativa de gerar recursos próprios e captar junto a fontes nacionais, para o que foi imprescindível a manutenção de parcerias internacionais de agências que apostam no sentido estratégico das ONGs brasileiras no cenário da cooperação Norte-Sul. A grande valorização do real em relação às moedas estrangeiras explica parcialmente a queda progressiva dos recursos internacionais, verificada a partir de 2004, mas a tendência não deixa de ser preocupante, no que representa de recuo da solidariedade internacional no terreno do desenvolvimento sustentável e defesa dos direitos humanos.

Evolução das Fontes de Financiamento



Com relação às despesas, o quadro a seguir, que compara os exercícios 2007 e 2006, mostra que houve um crescimento significativo dos recursos destinados às atividades programáticas: R\$ 499.562,89 a mais que no ano passado. Devido ao maior volume de recursos provenientes de prestação de serviços e direitos autorais, sobre os quais incidem impostos sobre as receitas, houve um aumento percentual de gastos nessa rubrica na ordem de 61,32%.

Despesas por Rubrica - 2006 e 2007 (Valores em R\$)

| | 2006 (A) | 2007 (B) | Varição (C) = (B) - (A) | Var. (%) (C) / (A) |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|----------------------------|-----------------------|
| Recursos Humanos | 1.987.333,25 | 1.880.222,34 | -107.110,91 | -5,39% |
| Atividades Programáticas | 1.373.554,80 | 1.873.117,69 | 499.562,89 | 36,37% |
| Edifícios e Instalações | 143.465,72 | 178.919,31 | 35.453,59 | 24,71% |
| Despesas de Escritório | 200.113,11 | 215.771,69 | 15.658,58 | 7,82% |
| Despesas de Gestão | 121.916,54 | 112.969,34 | -8.947,20 | -7,34% |
| Dep. Financeiras e Taxas | 33.435,24 | 57.810,79 | 24.375,55 | 72,90% |
| Impostos sobre Receitas | 100.373,73 | 161.925,65 | 61.551,92 | 61,32% |
| Acervo | 25.157,33 | - | 25.157,33 | -100,00% |
| Móveis e Equipamentos | 61.336,16 | 34.799,28 | -26.536,88 | -43,26% |
| Prejuízo na baixa do imobilizado | 32.988,93 | - | -32.988,93 | -100,00% |
| Total de Despesas | 4.029.360,15 | 4.515.536,09 | 486.175,94 | 12,07% |

Por fim, em 2007, a última tabela, abaixo, mostra que a Ação Educativa apresentou um resultado do exercício de R\$ 562.269,56. Parte deste recurso diminuirá o déficit contábil acumulado, no valor de - R\$153.627,94. A diferença será destinada a um fundo que complementar os projetos e programas em 2008.

Apuração do resultado de 2007 (Valores em R\$)

| | |
|-------------------|--------------|
| Receitas em 2007 | 5.077.805,65 |
| Despesas em 2007 | 4.515.536,09 |
| Resultado de 2007 | 562.269,56 |

Corpo Diretivo e Pessoal

Diretoria

Maria Machado Malta Campos
Pedro de Carvalho Pontual
Maria Clara Di Pierro
Cristiano Amaral Di Giorgi
Orlando Joia

Conselho Fiscal

Ismar de Oliveira Soares
Waldemir Bargieiri
Waltermir Jango Belli Nalles

Coordenação Geral

Sérgio Haddad – Coordenador Geral
Vera Masagão Ribeiro – Coordenadora de Programas

Sócios Estatuários

Aloísio Mercadante Oliva
Antônio Eleilson Leite
Aparecida Suely Carneiro
Beatriz Bebiano Costa
Benedito Rodrigues dos Santos
Camila Croso Silva
Carlos Rodrigues Brandão
Cláudia Lemos Vóvio
Carlos Alberto Abicalil
Carlos Alberto Alves de Souza
Celso de Rui Beisiegel
Cristiano Amaral Di Giorgi
Elie George Ghanem
Francisco de Assis Ferreira
Gilberto Bento do Nascimento
Helena Wendel Abramo
Heloisa Helena de Souza Martins
Ismar de Oliveira Soares
Jether Pereira Ramalho
Luiz Eduardo Wanderley
Luiz Percival Leme de Brito
Magda Becker Soares
Maria Clara Di Pierro
Maria Virgínia de Freitas
Maria Machado Malta Campos
Marilia Pontes Sposito
Marta Kohl de Oliveira

Miriam Jorge Warde
Nilde Ferreira_Balcão
Nilton Bueno Fischer
Orlando Joia
Osmar Fávero
Pedro de Carvalho Pontual
Petronilha Gonçalves e Silva
Regina Soares Jurkiewicz
Ricardo Young Silva
Sérgio Haddad
Sílvia Maria Manfredi
Vera Masagão Ribeiro
Vicente Rodriguez
Waldemar de Oliveira Neto
Waltermir Jango Belli Nalles
Waldemir Bargieri

Secretaria

Maria Candelária de Freitas
Regina Costa

Setor de Administração e Finanças e Infraestrutura

Marcos José Pereira da Silva - administrador
Marilene Oliveira - supervisora administrativo-financeiro
Márcia Lima - assistente de recursos humanos
Regina Reis - auxiliar administrativo
Rosana Viana - assistente de tesouraria
Adriana Lima - controladora
Vilma Guerra - controladora
Vália Cáceres - controladora
Pedro de Castro Nunes - zelador
Deusira Cremaschi - recepcionista
Francisco Moreira de Souza - porteiro
Maria de Lourdes Alves Pinto - serviços gerais
Natalia Serapião - serviços gerais

Setor de Comunicação

Michelle Prazeres - coordenadora
Jamila Venturini - estagiário Jornalismo
Gledson Bellei - estagiário Webdesign
Hugo Fanton - estagiário de jornalismo

Central de Sócios

Fernando Lopes - estagiário
Edson Imocencio Arruda - estagiário

Programa Educação Básica de Jovens e Adultos

Roberto Giansantti – coordenador de programa

Projeto formação de educadores

Milena Mateuzi Carmo – assessora

Adriana da Silva - docente

Alessandra R. dos Santos – docente

Aline Abonizo - Docente

Ana Lúcia de Souza – docente

Andréia Martins – docente

Amélia Bampi -docente

Clécio Bunzen Jr - docente

Eliana Pires - docente

Irajá Pinto de Menezes – docente

Janis Kunrat - docente

Leni da Silva – docente

Marcia Cristina de Oliveira - docente

Rosangela Ferreira Leite - docente

Roberto Catelli Junior – docente

Thais Bernardes – docente

Projeto Viver, Aprender - Alfabetização

Claudia Lemos Vovio

Maria Amabile Mansutti

Projeto Viver, Aprender – Ensino Fundamental I - EJA , vol. 1,2,3,4

Claudia Lemos Vovio

Clécio Bunzen Jr.

Márcia Rodrigues de Souza Mendonça

Maria Amabile Mansutti

Marina Marcos Valadão

Roberto Catelli Jr.

Roberto Giansanti

Marystela Pinheiro de Oliveira - estagiária

Projeto Viver, Aprender – Ensino Médio - EJA

Roberto Catelli Junior - coordenador de projeto

Cilene Silva Fernandes - estagiária

Programa Juventude

Maria Virgínia de Freitas - coordenadora do programa

Ana Paula Corti – coordenadora de projeto

Maria Carla Corrochano – coordenadora de projeto

Raquel de Souza – assistente

Luiz Barata - assistente

Thales Alves Santos – estagiário

Renan K. Ashikawa – estagiário

Programa Práticas de Aprender

Projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião

Marilse Araújo – coordenadora de projeto

Thais Bernardes Nogueira – assessora

Renato Nascimento – assessor

Projeto Indicadores Populares de Educação

Vanda Mendes Ribeiro - consultora

Joana Buarque de Gusmão – consultora

Hugo Iji – estagiário

Programa Observatório da Educação

Mariângela Graciano – coordenadora

Marina Gonzáles – assistente de programa

Projeto Pesquisa e Monitoramento de Políticas Educacionais

Denise Carreira – coordenadora

Tânia Portela - assistente de programa

Sabine Saraiva – assistente de pesquisa

Joice Godoi Garcia – estagiaria

Taciana Machado Pelissaro - estagiaria

Ação na Justiça

Salomão Ximenes – coordenador de projeto

Rafael Macedo - assistente de projeto

Livia Gimenes – estagiária

Ana beatriz Terra – voluntária

Serviço de Documentação e Informação

Mario Sérgio de Thomaz – supervisor de informática

Waldrey Junior – estagiário

Centro de Juventude e Educação Continuada

Antônio Eleílson Leite - coordenador

Adriano José - assistente

Edson Aparecido de Lima – assistente

Elizandra Sousa – estagiaria

Apoios

Apoio Institucional (abrangendo todos os projetos)

- Serviços das Igrejas da Alemanha para o Desenvolvimento – EED (Alemanha)

Programa Educação de Jovens e Adultos

- Instituto Paulo Montenegro/Grupo Ibope
- Editora Global

Programa Juventude

- Instituto Camargo Correa
- JPMorgan
- Ajuda da Igreja da Noruega – NCA (Noruega)
- Ministério da Educação/Secad
- Instituto IBI
- Instituto Santander Banespa
- Kindernothilfe - Alemanha

Projeto Indicadores da Qualidade na Educação

- Ministério da Educação/Secad
- Instituto Embraer
- Fundação Telefônica

Projeto Ação na Justiça

- Fundação Ford
- Avina Brasil

Projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião

- Instituto Paulo Montenegro/Grupo Ibope
- Save The Children

Projeto Observatório da Educação

- Fundação Ford
- Avina Brasil
- Save the Children

Projeto Pesquisa e Monitoramento de Políticas Educacionais

- Fundação Ford
- Avina Brasil
- Action Aid America Latina
- Save the Children
- Instituto C&A

Projeto Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp

Centro de Juventude e Educação Continuada

Fundação Itau Social

Global Editora

Ministério da cultura

Petrobrás S.A.

Empresas Sócias Mantenedoras

Arte Atelier Ltda Me

Citolab – Laboratório de Citologia Clínica

Colormart Comércio E Revelação Fotográfica Ltda

Copy Center Ltda

Ecoplan Arquitetura E Planejamento - Ecoarq

Editora 34 Ltda

Editora DCL Difusão Cultural de Livros

Editora Vozes Ltda

Equippe Serviços Especializados S/C Ltda

Fundação Perseu Abramo

Gem Som - Aluguel de Equip. de Imagem e Som Ltda

Global Editora E Distribuidora Ltda

Golinelli Adm. e Corretora de Seguros Ltda

Gosoft Informática Ltda

IR Comunicação Ltda

Ki Kilos Restaurante Ltda

Max Design

Maxprint Editora Grafica Ltda

Rabiscos & Grafismos

Sobral Maketing Direto Ltda

ANEXOS

I ASSESSORIAS

A grupos de jovens

A escolas públicas ou comunidades escolares

| Organização | Resultados no ano |
|--|--|
| Escolas públicas da rede NEPSO em SP, distribuídas da seguinte forma: | Participaram 40 professores e 480 alunos em 12 encontros, num total de 48 horas de atividades de orientação. |
| 22 Escolas Públicas da Diretoria de Ensino Leste 1 (zona leste de SP) para qualificação dos temas escolhidos para os projetos de Pesquisa de Opinião | Foram envolvidos 80 professores e 154 alunos em atividades de formação e orientação com 24 horas presenciais no total. |
| 02 Escolas ligadas à Diretoria de Ensino Leste 5, 01 de Mogi das Cruzes, 02 da Coordenadoria de Educação de S. Miguel Paulista e 06 da Secretaria Municipal de Pirapora do Bom Jesus | Dessas atividades de assessoria resultaram 114 projetos de pesquisa de opinião desenvolvidos em 35 escolas. |

A órgãos da administração pública

| Organização | Resultados no ano |
|--|--|
| Ministério Público – Promotoria de Juventude | Apresentamos nossa percepção e recomendações de ações sobre a implementação da Lei 10.639, baseadas no resultado da Consulta e na participação de outras atividades sobre o tema. |
| Prefeitura de Sto André (Coordenado por EJA) | Assessoria ao programa EJA na formação de servidores municipais para a promoção de atendimento público que considere a equidade racial e de gênero. Trabalho realizado durante o primeiro semestre de 2007 |

A ONGs, OSCs, instituições de ensino superior

| Organização | Resultados no ano |
|---|--|
| Centro de Estudos em Alfabetização, Leitura e Escrita da UFMG | Elaboração de instrumento de diagnóstico de alfabetização encomendado pelo MEC, a partir de matriz de referência de habilidades, a ser distribuído pelo INE às escolas interessadas |
| Universidade Metodista/ Cátedra Celso Daniel e EMEJA Clarice Lispector e EM Cora Coralina | Projeto FAPESP: realizados 8 encontros com profs. das duas escolas e da Cátedra para sistematização da experiência do Nepso nas escolas da cidade de Mauá. Encerrada a primeira fase da pesquisa e relatório enviado à FAPESP |

A empresas e instituto empresariais

| Organização | Resultados no ano |
|-------------|---|
| Ibope | Realizado trabalho de conclusão de curso de funcionárias do Ibope sobre pesquisa do perfil dos professores do Nepso "Quem é você, professor" que entrevistou 317 professores em 15 escolas da rede NEPSO. |
| Banco Real | Uso dos Indicadores da Qualidade na Educação no Projeto Escola Brasil, que promove envolvimento de bancários com as escolas do entorno das agências, visando a melhoria da qualidade. O instrumental já foi utilizado em dez escolas. |

A articulações intersetoriais

| Organização | Resultados no ano |
|--|---|
| Grupo Interministerial para implementação da lei 10.639/03 (obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica. | Construção de panorama sobre o atual estágio da implementação da lei 10.639 e de uma agenda de incidência política junto ao Ministério da Educação e às secretarias municipais e estaduais de educação e elaboração e entrega de documento entregue ao Ministro, durante audiência com a Comissão do Grupo Interministerial, que trata da relação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com a Lei 10.639. |
| Pacto Nacional Um mundo melhor para as crianças e Adolescentes do Semi-Árido | Participamos como especialistas convidados pelo Unicef da Oficina de implementação da lei 10.639/03 no semi-árido, auxiliamos na construção de indicadores e dicas de implementação da lei 10.639/03 para gestores escolares e governamentais. |

II ATIVIDADES DE FORMAÇÃO**Dirigidas a jovens**

| Instituição beneficiária ou parceira | Turmas | Participantes | Total horas | Período | Descrição da atividade (conteúdo, resultados) |
|---|---------------|----------------------|--------------------|-----------------|--|
| Grupo de estudantes do Nepso - Pólo São Paulo | 1 | 15 | 56 | ago a dez | Estudos e debates sobre temas indicados pelos jovens (estudantes de escolas públicas de São Paulo): políticas educacionais, poder legislativo, judiciário, pesquisa de opinião. |
| Aberta ao público | 1 | 20 | 3 | 23 de julho | Oficina de Grafite (Programação da Semana de Cultura Hip Hop) |
| Aberta ao público | 1 | 20 | 3 | 24 de julho | Oficina de DJ com enfoque em produção (Programação da Semana de Cultura Hip Hop) |
| Aberta ao público | 1 | 20 | 3 | 25 de julho | Oficina de dança (Programação da Semana de Cultura Hip Hop) |
| Aberta ao público | 1 | 20 | 3 | 26 de julho | Oficina de MC com enfoque em rima (Programação da Semana de Cultura Hip Hop) |
| Escola Municipal Herculano de Almeida; EM de Baraúnas e Colégio Estadual Profa. Mariana Agostinho | 1 | 15 | 18 | Junho | Oficina sobre metodologia de pesquisa educativa de opinião dirigido a jovens de Bonfim/BA, da qual resultou uma pesquisa realizada pelos jovens, no distrito do município. |
| Escola Municipal Herculano de Almeida; EM de Baraúnas, Colégio Estadual Profa. Mariana Agostinho e EM de Tijuacú (BA) | 1 | 43 | 4 | Agosto | Realizado encontro para apresentação do projeto "Cultura e Educação em Igara/ Tijuacú" para 40 alunos e 3 professores dos distritos de Igara e Tijuacú, em Senhor do Bonfim (BA) |
| ICAE'S International Academy of Life long Learning/IALA | 1 | 30 | 30 | 24 Set 2 Out | Curso sobre Estado e Sociedade, Advocacy em Direitos Humanos |
| Total | 8 | 183 | 120 | | |

Dirigidas a grupos de mulheres

| Instituição beneficiária ou parceira | Turmas | Participantes | Total horas | Período | Descrição da atividade (conteúdo, resultados) |
|---|---------------|----------------------|--------------------|----------------|---|
| APAF | 1 | 25 | 213 | Fev/Dez | Oficinas de alfabetização e letramento para grupo de mães com idade entre 20 e 60 anos, cujos filhos frequentam a creche da entidade. |
| Total | 1 | 25 | 213 | | |

Dirigidas a educadores (professores, equipes técnicas, funcionários públicos, alfabetizadores comunitários)

| Instituição beneficiária | Turmas | Participantes | Total horas | Período | Descrição da atividade (conteúdo, resultados) |
|--|---------------|----------------------|--------------------|----------------|--|
| SME de Santos | 4 | 100 | 80 | Fev a Nov | Formação continuada voltada para professores da rede que atuam na EJA. Contou com a participação de um grande número de professores de outras modalidades |
| Aberta ao público | 1 | 20 | 04 | Mar | Oficina Imaginário D'África e realidade brasileira-Introdução aos estudos do Continente africano |
| Aberta ao público | 1 | 18 | 04 | Mar | Oficina Mito e Pensamento no Brasil indígena - Introdução aos estudos dos mitos e do pensamento indígena no Brasil |
| Escolas públicas das Diretorias de Ensino Leste 1, Leste 5 e Mogi das Cruzes; Coordenadoria de Educação de São Miguel e Secretaria Municipal de Educação de Pirapora do Bom Jesus. | 2 | 37 | 16 | Mar | Formados na metodologia NEPSO, 37 professores de 20 instituições educacionais municipais, estaduais e Ong's. |
| 05 Escolas do município de Subachoque (Colômbia) | 1 | 15 | 16 | Mar | Formados, na metodologia NEPSO, 15 professores de 05 escolas de Subachoque (Colômbia) |
| 08 escolas públicas do município de Senhor do Bonfim (BA) | 1 | 27 | 16 | Março | Formados, na metodologia NEPSO, 27 professores de 8 instituições de ensino municipais. |
| SME Santo André | 1 | 10 | 4 | março | Apresentação da proposta do Nepso para professores da EM "João Amazonas" |
| Aberta ao público | 1 | 21 | 04 | Abr | Oficina Lendas no Varal -Estudo de cordéis que aboradam as lendas brasileiras |
| Aberta ao público | 1 | 45 | 03 | Abr | Aula espetáculo sobre os mitos e lendas do Nordeste brasileiro |
| Aberta ao público | 1 | 24 | 04 | Abr | Oficina Monteiro Lobato: um libertário – Introdução ao estudo da obra literária de Monteiro Lobato |
| Projeto Escola Brasil Banco Real | 1 | 15 | 4 | Abr | Oficina reuniu a equipe técnica do Projeto Escola Brasil e capacitou-os para que multiplicassem a formação junto aos funcionários que atuam em escolas públicas enquanto voluntários em todo o país. |
| Prefeitura Municipal de Santo André | 15 | 450 | 110 | Abr a Jul | Curso de formação sobre relações étnico-raciais para servidores públicos do município. |
| Aberta ao público | 09 | 270 | 18 | Abr a Nov | Sarau do Rap – Poesia das ruas – atividade de desenvolvimento poético para compositores de rap |
| SME de Poços de Caldas | 1 | 50 | 24 | Mai a Out | Formação continuada voltada para professores de dos ciclos I e II do Ensino Fundamental da EJA. |
| SME de Londrina | 3 | 90 | 12 | Jun | Formação continuada voltada para professores de Ensino Fundamental da EJA (finalização de curso iniciado no ano anterior. |
| Aberta ao público | 01 | 12 | 04 | Jun | Oficina Mandingas africanas – Introdução à dança da costa ocidental africana no contexto mandingue. |
| Aberta ao público | 01 | 14 | 04 | Jun | Oficina Danças Afro-brasileiros – Atividade abordou coco, jongo e samba de roda entre outras danças da tradição negra no Brasil |
| Aberta ao público | 01 | 20 | 04 | Jun | Oficina Danças Brasileiras – iniciação à dança, desenvolvendo sensibilização e percepção corporal |
| Aberta ao público | 01 | 40 | 2 | Jun | Aula-espetáculo – Cultura e Arte Negra –Introdução musicalidade e instrumentação afro brasileira |
| Aberta ao público | 01 | 20 | 3 | Jun | Palestra de Nelson Triunfo sobre a história do funk, soul e break no Brasil |
| Jornalistas de diversos veículos de comunicação cadastrados no Observatório da Educação e professores e estudantes ligados a escolas públicas de SP | 01 | 20 | 4 | Ago | Oficina reuniu professores, jornalistas e estudantes, com o objetivo de analisar a cobertura sobre educação na mídia impressa. |

Continua...

Continuação

| | | | | | |
|--|-----------|--------------|------------|-----------|--|
| Programa Ação na Escola do Instituto Embraer | 07 | 130 | 3 | Ago | Oficinas reuniram gestores escolares da região de São José dos Campos, Araraquara e Gavião Peixoto para o uso do Indique nas escolas participantes do Programa Ação na escola. |
| Aberta ao público | 01 | 34 | 4 | Set | Oficina – Como entender a literatura – introdução aos estudos literários, principais gêneros e autores |
| Aberta ao público | 01 | 29 | 4 | Set | Oficina – Como incentivar a leitura – Exposição de políticas públicas de incentivo à leitura |
| Aberta ao público | 01 | 31 | 4 | Set | Oficina – Como fazer um livro – Introdução à editoração e aspectos de produção de um livro |
| Aberta ao público | 01 | 10 | 04 | Out | Oficina: África: milenares paisagens para o corpo |
| Aberta ao público | 01 | 20 | 04 | Nov | Oficina: Bonecas negras Makena |
| SME de Fortaleza e Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares | 06 | 800 | 2 | Nov | Oficina de formação de conselheiros escolares para o uso da Dimensão Leitura e Escrita do Indique. |
| SME de Taboão da Serra | 2 | 60 | 80 | Nov e Dez | Formação continuada dirigida para professores e coordenadores pedagógicos que atuam na EJA. |
| Prefeitura Municipal de Embu das Artes - Projovem | 1 | 25 | 96 | Dez | Formação continuada de educadores do PROJOVEM. |
| Total | 21 | 2.457 | 541 | | |

Dirigidas a ativistas de movimentos sociais, agentes de ONGs, funcionários públicos

| Instituição beneficiária ou promotora | Turmas | Participantes | Total horas | Período | Descrição da atividade (conteúdo, resultados) |
|---|---------------|----------------------|--------------------|----------------|---|
| Aberta ao público | 1 | 60 | 68 | Mar e Set | Curso "Cidadania e Direito à Educação", dividido em 8 (oito) módulos, teve como objetivo formar defensores do direito à educação de qualidade, capazes de atuar em suas comunidades, movimentos e escolas, identificando as violações e utilizando os mecanismos de defesa. |
| Ecoviver | 1 | 7 | 16 | Jun | Oficina de capacitação na metodologia NEPSO para educadoras da ONG Ecoviver e professoras de escolas municipais da Baixada Santista. |
| Projeto Escola Brasil Banco Real | 1 | 15 | 4 | Abr | Oficina dirigida a equipe técnica do Projeto Escola Brasil, capacitando-a para que multiplicasse a formação junto aos bancários voluntários que atuam em escolas públicas em todo o país. |
| ICAE'S International Academy of Life long Learning/IALA | 1 | 30 | 40 | Set Out | Curso sobre a relação entre Estado e Sociedade; educação como direitos humano; os participantes são agentes sociais e ativistas de diversas partes do mundo |
| Total | 4 | 112 | 128 | | |

III PROMOÇÃO DE EVENTOS

Total de eventos subsidiados e gratuitos ao público: 26 (total de público 12.907)

Total de eventos subsidiados com cobrança de taxa dos participantes: 1 (total de público: 300)

| Nome do evento | Parceiros | No de participantes | Local | Data | Descrição, resultados |
|--------------------------|--|----------------------------|--------------|-------------|---|
| Seminário Viver Aprender | Secretaria Municipal Mesquita/Global Editora | 112 | Mesquita-RJ | 01 e 02 Fev | Apresentação da coleção didática para coordenadores pedagógicos que atuam no de 1º e 2º segmentos |
| Seminário Viver Aprender | Secretaria Municipal Jaú/Global Editora | 57 | Jaú-SP | 05 e 06 Fev | Apresentação da coleção didática para coordenadores pedagógicos que atuam no de 1º e 2º segmentos |

Continua...

Continuação

| | | | | | |
|--|---|------|-----------------------|----------------|--|
| Seminário Viver Aprender | Secretaria Municipal de Rondonópolis/Global Editora | 57 | Rondonópolis-MT | 23 e 24 Fev | Apresentação da coleção didática para coordenadores pedagógicos que atuam no de 1º e 2º segmentos |
| Seminário Viver, Aprender | Secretaria Municipal Rio de Janeiro/Global Editora | 250 | Rio de Janeiro-RJ | 22 e 23 Mar | Apresentação da coleção didática para coordenadores pedagógicos que atuam no de 1º e 2º segmentos |
| Dia do Grafite | PK Arte e Informação, Atelier Ozeas Duarte, além de 7 artistas indendententes | 200 | São Paulo, SP | 27 Mar | Realização de exposição de grafites em tela e pintura do painel da Ação Educativa |
| Seminário Viver Aprender | Secretaria Municipal Canoas/Global Editora | 50 | Canoas-RS | 29 e 30 Mar | Apresentação da coleção didática para coordenadores pedagógicos que atuam no de 1º e 2º segmentos |
| Seminário Viver Aprender | Secretaria Municipal Itatiba/Global Editora | 150 | Itatiba-SP | 12 Abr | Apresentação da coleção didática para coordenadores pedagógicos que atuam no de 1º e 2º segmentos |
| Semana de Cultura Hip Hop | Instituto Voz, CCJ-Secretaria de Cultura de São Paulo, Biblioteca Monteiro Lobato e Enraizados, 12 grupos de Hip Hop | 1200 | São Paulo SP | 23 a 27 Jul | Realização de oficinas, debates, palestras, torneio de basquete, sarau, mostra de vídeo, performances e shows |
| Encontro de Comunidades de Samba de São Paulo | 6 rodas de samba ligadas ao Núcleo de Samba do ECMS, Secretaria de Cultura do Estado, Prefeitura de São Paulo, Campomare, Câmara 1, CET, Viva o Centro – Núcleo Praça Roosevelt | 5000 | São Paulo, SP | 2 Dez | Realização de apresentação de 6 rodas de samba e três shows de samba. |
| Debate Desafios da Conjuntura "Educação e Exclusão" | - | 60 | São Paulo – SP | 27 Mar | Pautar a imprensa sobre o tema; aproximação com o CDES. |
| Seminário O Plano de Desenvolvimento da Educação | Cenpec, Biblioteca Mário de Andrade | 200 | São Paulo – SP | 25 e 26 Jun | Interlocução com MEC; oferta de subsídios a professores e gestores municipais de educação; boletim Ebulição e publicação Em Questão 4. |
| Serão Pedagógico de Igara | Save the children | 300 | Senhor do Bonfim - BA | 11 Jul | Apresentação dos trabalhos de pesquisa de opinião realizados por alunos e professores de escolas públicas do distrito de Igara. |
| *Seminário de Educação de Jovens e Adultos | ALB | 300 | Campinas - SP | 11 a 13 Jul | Realizado durante o 16º COLE e teve como tema a defesa dos direitos educativos de pessoas jovens e adultas |
| I Seminário de Educação de Jovens e Adultos do Município de Santos | SME de Santos | 300 | Santos - SP | 26 e 27 Jul | Reuniu professores e alunos da rede para discutir os desafios da EJA no município. |
| Seminário Viver Aprender | SME de São Paulo/Global Editora | 520 | São Paulo-SP | Ago | Apresentação da coleção didática para coordenadores pedagógicos que atuam no de 1º e 2º segmentos |
| Seminário Regional do NEPSO – São Paulo – Capital | IPM, DE Leste 1 e escolas públicas | 261 | São Paulo - SP | 18 Set | Apresentação dos trabalhos de pesquisa de opinião realizados por alunos e professores de escolas públicas da Capital e do município de Biritiba Mirim. |
| Seminário Regional do NEPSO – São Paulo – Mauá | IPM, e escolas públicas | 160 | Mauá - SP | 21 Set | Apresentação dos trabalhos de pesquisa de opinião realizados por alunos e professores de escolas públicas do município de Mauá. |
| Ciclo de Debates Conhecimento e Cultura Livres - SP | Coletivo Epidemia, CCJ/Prefeitura, CEU Veredas, Esplar, Museu da Pessoa, Petrobrás, Fapex, TVE- Bahia, SESC/SP, RNP, MINC, MEC | 700 | São Paulo, SP | Out/Nov | Realização de 6 mesas de debates e seis performances artísticas. Metade no CEU Veredas no Itaim Paulista e metade no CCJ da Cachoeirinha |

Continua...

Continuação

| | | | | | |
|---|--|-----|----------------------------|-------------|---|
| Debate Desafios da Conjuntura "O silêncio do professorado na educação" | Artigo XIX | 45 | São Paulo – SP | 9 Out | Pautar imprensa sobre a questão; abaixo-assinado para a revogação dos artigos que impedem a livre manifestação dos professores; vídeo com os melhores momentos do debate. |
| Seminário Regional do NEPSO – São Paulo – Pirapora do Bom Jesus | IPM, SME de Pirapora e escolas públicas | 199 | Pirapora do Bom Jesus - SP | 10 Out | Apresentação dos trabalhos de pesquisa de opinião realizados por alunos e professores das escolas públicas de Pirapora do Bom Jesus. |
| Seminário Estadual do NEPSO – São Paulo | IPM, DE Leste, SME de Pirapora, | 600 | Pirapora do Bom Jesus - SP | 20 Out | Apresentação dos trabalhos de pesquisa de opinião realizados por alunos e professores de escolas públicas do Estado de São Paulo. Realização, por técnicos do IBOPE, de oficinas educativas. |
| Oficina de trabalho "Plano Municipal de Educação" | Movimento Nossa São Paulo | 20 | São Paulo | Nov | Trabalhos e discussões preparatórias para propostas de PME a serem encaminhadas no I Encontro Educação para uma outra São Paulo |
| VI Congresso Internacional do NEPSO | IPM, UNESCO | 168 | São Paulo | 25 a 27 Nov | Reuniu alunos, professores e coordenadores dos estados de SP, RJ, MG, PE, RS, DF e BA (Brasil), Argentina, Chile, Colômbia, México, Portugal. Debates sobre a prática docente e a identidade dos professores. |
| I Encontro – Educação para uma outra São Paulo | Movimento Nossa São Paulo | 800 | São Paulo, SP | 30 Nov | Apresentação, debate e validação e priorização de propostas para a educação na cidade, considerando 13 temas. |
| Ciclo de Debates: Conhecimento e Cultura Livres CE | Coletivo Epidemia, Casa Brasil, Casa Socialista, Prefeitura de Fortaleza, Tembiú, Petrobrás, Fapex, TVE- Bahia, SESC/SP, RNP, Ministério da Cultura e Ministério da Educação | 900 | Fortaleza, CE | Nov/Dez | Realização de seis mesas de debate e seis performances artísticas no Mercado dos Pinhões, em Fortaleza. |
| Lançamento da publicação: Igualdade das Relações Étnico-Raciais na Escola | Ceafro, Ceert, Núcleo de Bh e Mieib | 400 | São Paulo - SP | Dez | Apresentação dos resultados da pesquisa realizada com a comunidade escolar de São Paulo, Belo Horizonte e Salvador. Realização de |
| Seminário O direito humano à educação e seus novos desafios | Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Educação (CEPPPE) | 198 | São Paulo, SP | 11 e 12 Dez | Debates sobre o direito à educação no contexto das reformas constitucional e legal implementadas no último período. Houve transmissão via Internet. |

* Este é o único evento promovido no ano onde houve cobrança de taxa dos participantes.

IV PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Internacionais

| Nome | Promotor | Local | Data | Tipo de intervenção |
|---|-----------------------------|--------------|----------------|---|
| Assembléia do ICAE | ICAE | Quênia | 17 a 20 de jan | Participação, eleitor conselho diretor. |
| Fórum Social Mundial | Comitê Internacional do FSM | Quênia | 15 a 26 Jan | Mesa Redonda: Educação ao longo da vida |
| NRDC International Conference for Adult Literacy and Numeracy Institute Educatcaion | University of London | Londres | 24 a 27 Abr | Conferência: Adult Literacy proposals of the International Global Campaign Apresentação de trabalho: Literacy among young social agents. |

Continua...

Continuação

| | | | | |
|--|---|----------------------------------|------------------------|--|
| International Seminar - "PGL Montreal International for the prospective Study od Basic Eduactiona for All" | Fondation Gérin-Lajoie | Montreal | 11 a 14 Abr | Definição de plano de pesquisa regional sobre Educação para Todos |
| Seminário Internacional Laicidade do Estado, Políticas Públicas e Educação | FE-USP | São Paulo | 08 de Mai | Participação |
| Seminário Internacional de Indicadores de Direitos Humanos | CMDH / IBGE / IPEA | São Paulo | 20 e 21 de Jun | Participação |
| Seminário Internacional de Indicadores de Direitos Humanos | CMDH / IBGE / IPEA | São Paulo | 20 e 21 de junho | Participação |
| Reunião do grupo de incidencia política do CEAAL | CEAAL | Guatemala | 21 a 24 de agosto | Participação nas oficinas de trabalho e elaboração do artigo para a revista La Piragua |
| Peraratory Meeting for International Conference on Education in Prison | Unesco | Bruxelas | 04 e 05 Out | Participação e apresentação do tema: Educação de Mulheres encarceradas |
| Seminário Internacional/ICAE | ICAE | Amsterdã | 13 a 21 Nov | Palestrante |
| XII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administration Publica | Secretaria Geral da Presidência da República/SGPR | Sam Domingo/Republica Dominicana | 30 de Out a a 2 de Nov | Palestrante: O direito à educação no Ba |
| Seminário Internacional/ICAE | ICAE - DVV | Amsterdã | 13 a 21 de novembro | Participação no seminário sobre educação de adultos e imigração |

Nacionais

| Nome | Promotor | Local | Data | Tipo de intervenção |
|--|--|---------------------|-------------|---|
| Seminário "Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado" | MEC/SECAD | Brasília, DF | 11 e 12 Set | Palestra/Mesa Redonda: Analfabetismo: caracterização do fenômeno e indicadores |
| Semana de Arte Moderna da Periferia | Cooperifa | São Paulo, SP | 04 a 10 Nov | Apoio na organização, captação de recursos e participação em debates |
| Mesa Redonda "Modelo de Estado e Sistema Nacional Articulado de Educação" | Campanha Nacional pelo Direito à Educação | Brasília | 29 Out | Mesa Redonda "O financiamento da educação no governo Lula 2003 - 2006 |
| Seminário sobre Indicadores de Direitos Humanos | Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH | Rio de Janeiro | 5 Dez | Participação |
| Seminário de Avaliação e Projeção do Projeto de Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil | PDhESCA / MNDH / PAD / Misereor | Goiânia | 23 e 24 Ago | Co-organização |
| Semana de Ação Global | Campanha Nacional pelo Direito a Educação | SP/ PR/ RS | 21 a 27 Abr | Co-organização: Realização de pesquisa de opinião sobre Custo Aluno Qualidade – CAQ |
| Seminário O Acesso à Informação como Instrumento de Mudanças Sociais | Artigo XIX | São Paulo – SP | 30 Mar | Participação |
| Curso de Jornalismo em Educação | Movimento Todos pela Educação | São Paulo – SP | 15 e 16 Out | Participação |
| Assembléia da Campanha Nacional pelo Direito à Educação | Campanha Nacional pelo Direito à Educação | Brasília – DF | 28 a 30 Out | Organização e participação |
| Reunião com GT Capitais e Grandes Cidades de Desenvolvimento da Educação | MEC/SEB | Brasília | 13 Set | Conferência: Indicadores da Qualidade na Educação: Dimensão ensino e Aprendizagem da Leitura e da Escrita |
| ENEJA – Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos | Secretaria Estadual de Educação do Paraná | Faxinal do Céu - PR | Set | Participação |

Regionais / Estaduais / Municipais

| Nome | Promotor | Local | Data | Tipo de intervenção |
|--|--|----------------|------------------------|--|
| Conferência Municipal de Educação – Plano Municipal de Educação “Educação no centro das artes” | Secretaria Municipal de Educação de Guarulhos | Guarulhos, SP | 09 de novembro | Mesa redonda/Palestra: Indicadores da Qualidade na Educação – Leitura e Escrita |
| Formação Continuada de professores | UNICAMP | Campinas-SP | 19/09/07 | Participante |
| Seminário Estadual do Nepso- RS | Universidade de Caxias do Sul | Caxias do Sul | 5 e 6/10/07 | Palestra: “O lugar da pesquisa na escola” |
| Seminário Estadual do Nepso - PE | Universidade Federal de Pernambuco | Garanhuns | | Participação e avaliação dos trabalhos de pesquisa de opinião realizado por alunos e professores de escolas públicas de Recife e Garanhuns (PE). |
| Seminário “Juventude e Iniciação científica: Políticas Públicas para o Ensino Médio” | Instituto de Psicologia – Faculdade de Educação UFRJ Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz | RJ | 07/11/07 | Participante |
| I Encontro Educação para uma Outra São Paulo | GT Educação Movimento Nossa São Paulo | São Paulo, SP | Nov | Conferência de abertura, Apresentação e relatoria dos temas EJA, Plano Municipal de Educação, Ensino Médio |
| Conferência Estadual de Educação | MEC e outras | São Paulo – SP | 7 a 9/12/2007 | Participação com delegação |
| Seminário Plano Municipal de Educação de São Paulo | Gabinetes vereador Eliseu Gabriel e deputado Carlos Gianazi (Ação, Aprofem, Cenpec, CPP, EMEFM) | São Paulo - SP | 11 de dezembro de 2007 | Palestra: Apresentação dos Resultados do I Encontro “Educação para uma outra São Paulo – Denise Carreira |

Locais

| Nome | Promotor | Local | Data | Tipo de intervenção |
|--|--|----------------------|----------------|--|
| Seminário de Lançamento da Coleção Preconceitos: Preconceito contra o Analfabeto | Editora Cortez | São Paulo | 09 de maio | Mesa de abertura/Palestra: Contribuições da obra Preconceito contra o Analfabeto |
| Seminário Diretos Sociais em Desconstrução | Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo | São Paulo - SP | 09 de agosto | Palestra: A situação dos Direitos Educativos – Denise Carreira |
| Fórum Social Sul - Painel “Educação Cidadã” | Fórum Social Sul | São Paulo | 27 de outubro | Conferência “O direito humano à educação” |
| Fórum mundial de Educação temático: Alto Tietê | Articulação da sociedade civil dos 11 municípios do Alto Tietê | Mogi das Cruzes - SP | 13 de setembro | Palestra na Mesa da Conferência: Práticas em Educação: os cenários da diversidade. |
| III Fórum Social Sul | Comitê organizador | São Paulo - SP | 25 de outubro | Palestra de Abertura sobre O Direito à Educação - Denise |
| Encontro de Revisão do Programa de Valorização do Jovem | Fundação Coca-Cola | São Paulo | 10 de dezembro | Participante |

V PARTICIPAÇÃO EM REDES, FÓRUMS, ARTICULAÇÕES INTERSETORIAIS E CONSELHOS DE REPRESENTANTES

| Nome | Atividades e Resultados no período |
|--|---|
| ABONG – Associação Brasileira de ONGs | Na Direção Nacional – Apoio à organização do Fórum Social Mundial No Regional São Paulo - Participação no comitê organizador do Prêmio Paulo Freire da Câmara Municipal de São Paulo; participação e realização de palestra no I Fórum do Terceiro Setor, promovido pela OAB/SP; participação no Conselho da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Realização de duas reuniões gerais; quatro sessões de rodas de conversa e um seminário de formação sobre ONGs e recursos públicos. Participação em programas de TV e Rádio e entrevistas à Mídia Impressa. Participação nas reuniões do Conselho Diretor Nacional da ABONG. |
| Conselho da Imprensa Social da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo | Participação em 10 das 11 reuniões do ano. Produção de três pareceres |
| Movimento Nossa São Paulo, Outra São Paulo | Participação no colegiado de coordenação, participação nos GTs de Educação, Cultura e Juventude, organização de I Encontro Educação para uma Outra São Paulo |
| Plataforma DhESCA Brasil | Relatoria do Direito à Educação, realização de missão no complexo do Alemão no Rio de Janeiro, Elaboração do Contra-informe ao Comitê DESC e do Relatório Periódico sobre a Implementação dos Direitos Humanos no Brasil. |
| Campanha Nacional pelo Direito à Educação | Participação no comitê diretivo, no comitê organizador da Conferência Nacional da Educação Básica, nas atividades de mobilização para influência na Conferência, participação na Conferência Paulista e na Nacional, Participação na Assembléia da Campanha Nacional e Campanha Global. |
| Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos | Reuniões plenárias que debateram o Fundeb, a reorientação curricular no município de São Paulo; preparação para o ENEJA e Confinteja; ação contra o estado e município de São Paulo junto ao Ministério público reivindicando um censo específico de EJA; . |
| Processo de Articulação e Diálogo – PAD | Participação nas reuniões, elaboração de documento sobre Juventude |
| Grupo Pedras Negras | Debates sobre o papel das ONGs no Brasil e cooperação internacional |
| Participação no Conselho Nacional de Desenvolvimento Social (CDES). | Participação das reuniões, participação no conselho político do Observatório da Equidade, focalizando os indicadores educacionais |
| Pacto Nacional Um mundo para a criança e o adolescente do Semi-árido | Assinatura do Pacto, colaboração da definição do plano estratégico do ano |
| ABCD – Associação Brasileira contra a Desigualdade | Colaboração na definição da forma jurídica da nova entidade. |
| Fórum Nacional de Participação Popular | Participação na elaboração da Plataforma dos Movimentos Sociais por uma Reforma Política Democrática e Participativa, colaboração para o boletim Participação e Transparência São Paulo. |

VI INSERÇÕES NA MÍDIA

Tema: Educação e Direitos Humanos /Justiciabilidade

Rádio e TV

1. SPTV – **TV Globo** – 14/12/2007 – SP – Matéria sobre excesso de falta de professores e a situação de trabalho docente. Cita iniciativa de abaixo-assinado que pede revogação de artigos do Estatuto do Funcionalismo Público que proíbe a livre expressão dos professores, entrevistada Marilse Araújo.
2. **Canal Futura** - Novembro - Nacional - Salomão Ximenes / DRU
3. **Radio Agência** - Notícias do Planalto – 25/10/07 – Brasília/Nacional - Salomão Ximenes/ “Desvinculação de Receitas da União é inconstitucional”, aponta Ação Educativa.

Jornais e revistas

1. “Missão ao Complexo do Alemão” – **Correio Braziliense** – 19/10/2007 – Nacional - Salomão Ximenes / Missão ao Complexo do Alemão
2. “Espaço para denunciar violações ao direito à educação” – **Jornal da Tarde** – 04/06/2007 – SP – Posse da nova relatora pelo direito humano à educação, Denise Carreira.
3. “Jurista incentiva professor a não temer a mídia” – **Jornal da Tarde** – 10/10/2007 – SP – Repercussão do debate Desafios da Conjuntura Fala Mestre! Fala Mestra!. Questionou os motivos do silêncio do professorado na educação, com enfoque para a legislação estadual.
4. “Professor é proibido de expressar idéias” – **Diário de S. Paulo** – 15/10/2007 – SP – Repercussão do debate Desafios da Conjuntura Fala Mestre! Fala Mestra!. Questionou os motivos do silêncio do professorado na educação, com enfoque para a legislação estadual.
5. “Esgrima entre Conselhos” – **Revista Educação** – Págs. 64 e 65 – Outubro – Nacional - Salomão Ximenes / Sociologia e Filosofia no Ensino Médio
6. “Prefeito faz de van escolar ambulância” – **Hoje em Dia** – 19/03/2007 – MG – Salomão Ximenes
7. “Direito Humano à Educação é tema de seminário” – **Revista Educação** – Novembro – Nacional – Seminário Direito Humano à Educação e seus novos desafios
8. “Sem DRU, País poderia ter mais 120 mil creches” – **Jornal da Tarde** – 02/20/2007 – SP – Salomão Ximenes / DRU
9. “Comissão aprova ex -“escolas de lata”” – **Folha de São Paulo** – 13/02/2007 – Ribeirão Preto – Salomão Ximenes/Escolas de “lata”
10. “Maiores de três anos perdem espaço nas creches de SP” – **Folha de S. Paulo** – 16/11/2007 – Nacional - Salomão Ximenes/Direito à creche até os 3 anos de idade
11. “Faltam laboratórios” – **Jornal da Tarde** – 19/11/2007 – SP – Salomão Ximenes/Descumprimento do PNE
12. “Escolas públicas de SP não têm laboratórios de ciências” – **O Estado de S. Paulo** – 19/11/2007 – Nacional - Salomão Ximenes/Descumprimento do PNE
13. “Governo Serra atravanca pensamento em escola (Marilene Felinto)” – **Caros Amigos** – Setembro de 2007 - Nacional - Sociologia e Filosofia no Ensino Médio

Internet

1. “Seminário: o direito humano à educação e seus novos desafios” – Principal – www.vivenciapedagógica.org.br – Novembro e Dezembro – Nacional – Divulgação do evento
2. “Seminário Direito Humano e Educação” – Principal – [Blog-falem, professores!](http://Blog-falem_professores!) – 22/10/2007 – Nacional – Divulgação do evento
3. “Professores da rede pública sob lei anacrônica” – Caderno Cidadania/Observatório da Imprensa – www.ibase.org.br/observatoriodacidadania – 25/11/2007 – Nacional – Texto assinado por Fernanda Campagnucci e reproduzido do boletim *Faisca* 32.

Tema: Analfabetismo/Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional

Rádio e TV

1. Programa Opinião Nacional – **TV Cultura** – 14 de junho de 2007 – São Paulo/SP – debate sobre o Inaf – entrevistada: Vera Masagão com a presença de Ana Lima do IPM
2. Radio Cultura – **TV Cultura** – 21 de junho de 2007 – São Paulo/SP – entrevista sobre o Inaf – entrevistada Vera Masagão

3. Jornal da Cultura – **TV Cultura** – 12 de dezembro de 2007 – São Paulo/SP – matéria sobre o Inaf – entrevistada Vera Masagão

Jornais e revistas

1. “Estatísticas para melhorar o conhecimento de letras e números” – p.111 a 119 - **Cadernos Cenpec** - jan. a jun./2007 – artigo sobre letramento assinado por Vera Masagão
2. “Inaf avalia alfabetismo no Brasil” – **Revista Panorama Editorial** – p. 06 – Abril/2007 – SP – análise dos resultados da pesquisa INAF – cita AE
3. “Aprendizagem cresce menos que escolaridade, aponta inaf – São Paulo – **Jornal O Estadão** – 29 de março de 2007 - matéria sobre os resultados do Inaf
4. “Leitura – A grande travessia da educação” – **Revista Educação** – p 36 a 39 - Maio/2007 – matéria sobre letramento – Entrevistada: Vera Masagão
5. “Teoria e prática ainda muito deferentes” - **Revista Educação** – p. 40 a 41- Maio/2007– matéria sobre letramento – Entrevistada: Vera Masagão
6. “Ação Coletiva–Plano de leitura busca mapear experiências bem-sucedidas e reinventar as bibliotecas” - **Revista Educação** – p. 42 - Maio/2007 – matéria sobre letramento – Entrevistada: Vera Masagão
7. “Aos 19 anos, ele mal lê” - **Revista Época** – p.66 – 10 de dez de 2007 – matéria sobre o Inaf - entrevistada Vera Masagão

Internet

1. “Leituras, leitores e Livros” – Colunistas- www.digestivocultural.com.br - 09 de fev de 2007 - matéria sobre os resultados do INAF
2. “Como incentivar novos escritores, se ainda somos um país que menos lê no mundo? – Vejam só – 21 de março de 2007 – www.rittv.com.br –São Paulo – matéria sobre os resultados do INAF
3. “Aprendizagem cresce menos que escolaridade, aponta inaf – São Paulo – <http://ultimosegundo.ig.com.br> – 29 de março de 2007 - matéria sobre os resultados do inaf
4. “Aprendizado cresce menos que escolaridade, aponta inaf”– Brasil - <http://atarde.com.br> - 29 de março de 2007 – matéria sobre os resultados do INAF
5. “Aprendizado cresce menos que escolaridade, aponta inaf” – Últimas - www.dm.com.br - 29 de março de 2007 – matéria sobre os resultados do INAF
6. “Aprendizado cresce menos que escolaridade, aponta inaf”– UOL Últimas Notícias - <http://noticias.uol.com.br> - 29 de março de 2007 – matéria sobre os resultados do INAF
7. “Aprendizado cresce menos que escolaridade, aponta inaf” – Yahoo Notícias - <http://br.noticias.yahoo.com> - 29 de março de 2007 – matéria sobre os resultados do INAF
8. “Aprendizado cresce menos que escolaridade, aponta inaf”– Recife – Brasil - <http://jc.uol.com.br> - 29 de março de 2007 – matéria sobre os resultados do INAF
9. “Pesquisa mostra que nível de alfabetização de brasileiros evolui pouco” – Plantão OI – <http://imirante.globo.com> – 29 de março de 2007 – matéria sobre os resultados da pesquisa INAF
10. “Mais de um 1.5 milhão de brasileiros não sabem ler” – www.jornalonorte.com.br – 29 de março de 2007 – matéria sobre os resultados do INAF
11. “Mais de um 1.5 milhão de brasileiros não sabem ler” – www.oestadodeminas.com.br - Minas Gerais – 29 de março de 2007 – matéria sobre o INAF
12. “Eles precisam de educação – O País – www.oglobo.com – 09 de abril de 2007 – matéria sobre analfabetismo x juventude – entrevistada: Vera Masagão
13. “Escolaridade de jovens brasileiros aumenta, mas domínio da leitura e da matemática não melhora” – www.direitos.org.br – 28 de maio de 2007 – matéria sobre os resultados do Inaf – cita AE
14. “Artigo analisa os indicadores de para alfabetizar o Brasil” – América Latina – www.redandi.or.br – 09 de agosto de 2007 – matéria sobre INAF – cita fala de Vera Masagão
15. “Artigo aborda indicadores de alfabetização no Brasil” – Clipping – São Luiz/MA – www.matraca.org.br – 09 de setembro de 2007 – matéria sobre INAF – cita fala de Vera Masagão
16. “Cai o numero de analfabetos funcionais” – São Paulo – www.deolhonaeducação.org.br – 10 de dezembro de 2007 - matéria sobre o Inaf – Cita AE

17. "Entenda o INAF e suas classificações" - São Paulo - www.deolhonaeducação.org.br - 10 de dezembro de 2007 - matéria sobre o INAF - Cita AE
18. "Diminui alfabetização de pessoas com Ensino Fundamental completo" - São Paulo - www.deolhonaeducação.org.br - 17 de dezembro de 2007 - matéria sobre o INAF x Ensino Fundamental - Cita AE

Tema: Educação de Jovens e Adultos

Jornais e revistas

1. "Além da escola - dupla condenação" - **Revista Pátio** - mai/jul 2007 - Nacional - A educação nas prisões brasileiras - entrevista com Vera Masagão e Mariângela Graciano.
2. "Prefeitura faz campanha para frear queda de matrículas no supletivo" - **Jornal Diário de São Paulo** - p. A3 - 21 de novembro de 2007 - São Paulo/SP - matéria sobre a queda nas matrículas em EJA - entrevistado Salomão Ximenes

Internet

1. "Prefeitura faz campanha para frear queda de matrículas no supletivo" - www.diariodesaopaulo.com.br - 21 de novembro de 2007 - São Paulo/SP - matéria sobre a queda nas matrículas em EJA - entrevistado Salomão Ximenes

Tema: Outras Políticas Educacionais

Rádio e TV

1. Jornal da Gazeta - **TV Gazeta** - abril/2007 - SP - Matéria sobre projeto Fênix da Escola Estadual Filomena Matarazzo, com assessoria da Ação Educativa, para a redução da evasão do ensino médio noturno.
2. Jornal da Band (19hs) - **TV Bandeirantes** - 01 de agosto de 2007 - São Paulo/SP - entrevista sobre a taxa de reprovação no Ensino Médio Paulista - entrevistada: Vera Masagão
3. Rede TV News - **Rede TV** - 05 de agosto de 2007 - São Paulo/SP - entrevista sobre a qualidade da educação pública - entrevistada Vera Masagão
4. Programa Opinião Nacional - **TV Cultura** - 16 de agosto de 2007 - debate sobre a questão das ong's no Brasil - debatedor: Sérgio Haddad
5. Programa Opinião Nacional - **TV Cultura** - 27 de setembro de 2007 - debate sobre a questão a Educação no Brasil - debatedor: Vera Masagão
6. Jornal da Band - **TV Bandeirantes** - 10 de dezembro de 2007 - São Paulo/SP - entrevista sobre o Ensino Médio - entrevistada Vera Masagão
7. Radio Eldorado - **Radio Eldorado** - 01 de dezembro de 2007 - São Paulo/SP - entrevista sobre Movimento Nossa São Paulo, outra cidade - entrevistada Vera Masagão

Jornais e revistas

1. "Aluno acaba ensino médio em SP com 28% de aproveitamento" - **Diário de S. Paulo** - 25/02/2007 - SP - Resultados do Saesp, sistemas de avaliação, entrevista com Vera Masagão.
2. "Jovens passam pela escola, mas não ficam" - **O Globo** - Nacional - 25/03/2007 - Ensino de baixa qualidade não retém estudantes; perpetuação da exclusão. Entrevista Sérgio Haddad.
3. "Educação pública não é igual para todos" - **Jornal da Tarde** - SP - 28/03/2007 - Desigualdades na escola pública, matéria pautada pelo debate Desafios da Conjuntura e publicação *Em Questão 3* - Educação e Exclusão no Brasil.
4. "Cidades do Nordeste têm pior desempenho" - **Folha de S. Paulo** - 26/04/2007 - Nacional - Criação do IDEB para nortear ações do PDE, entrevista com Sérgio Haddad.
5. "Educação e Exclusão no Brasil" - **O Estado do Maranhão** - 27/04/2007 - MA - Artigo de Júlio Galvão Cuiñas Alvarez, professor de Filosofia da Educação da Universidade Estadual do Maranhão, comenta pesquisa de Sérgio Haddad publicada por *Em Questão 3*.
6. "Jovens discutem mudanças no ensino médio" - **Jornal da Tarde** - 26/9/2007 - SP - Jovens do projeto JADE discutem a participação das escolas na reformulação do currículo do ensino médio. Entrevista Ana Paula Corti e Bêlit Tornesi Grisante, jovem participante do JADE.
7. "Maiores de três anos perdem espaço nas creches de SP" - **Folha de S. Paulo** - 16/11/2007 - Nacional - Secretaria de Educação determina a remoção de crianças maiores de três anos das creches em período integral para escolas de educação infantil. Pauta sugerida pelo Observatório da Educação. Entrevista com Salomão Ximenes.
8. "Proposta para o ensino médio" - **Jornal da Tarde** - 16/11/2007 - SP - Artigo faz comentários e críticas sobre a proposta de mudança curricular para o ensino médio, assinado por Ana Paula Corti.

9. "Faltam laboratórios" – **Jornal da Tarde** – 19/11/2007 – SP – Falta de laboratórios de ciências em escolas de ensino médio da rede estadual de SP. Entrevista com Salomão Ximenes.
10. "Escolas públicas de SP não têm laboratórios de ciências" – **O Estado de S. Paulo** – 19/11/2007 – Nacional – Falta de laboratórios de ciências em escolas de ensino médio da rede estadual de SP. Entrevista com Salomão Ximenes.
11. "Professor não pára na escola" – **Jornal da Tarde** – 25/11/2007 – SP – Divulga dados de alta rotatividade de professores em escolas públicas da capital e as inscrições para I Encontro do Movimento Nossa São Paulo. Entrevista Vera Masagão.
12. "Alta rotatividade de docentes afeta ensino em São Paulo" – **O Estado de S. Paulo** – 25/11/2007 – Nacional – Divulga dados de alta rotatividade de professores em escolas públicas da capital e as inscrições para I Encontro do Movimento Nossa São Paulo. Entrevista Vera Masagão.
13. "Alunos querem mudanças" – **Jornal da Tarde** – 11/12/2007 – SP – Divulga resultados da pesquisa JADE, entrevista Marília Sposito e alunos participantes do projeto JADE.
14. "48 mil alunos ficam sem aula nas férias nas creches de SP" – **Folha de S. Paulo** – 14/12/2007 – Nacional – Prefeitura decide fechar creches nas férias. Entrevista Maria Malta Campos.
15. "Férias põem 148 mil crianças de creches na rua" – **Jornal Agora SP** – 14/12/2007 – SP – Entrevista Maria Malta Campos
16. "Combate às desigualdades na educação escolar" – **Revista Democracia Viva** – p. 03 a 07 – artigo sobre a lei 10.639 assinado por Tania Portela.
17. "Reprovado!" – **Revista Época** – p. 38 a 40 – 12 de fev. de 2007 – matéria sobre a educação no Brasil - entrevistada: Vera Masagão
18. "São Paulo fica em 90º no ranking de escolas municipais" -
19. "Todos pela qualidade na educação" – **Revista Presença Pedagógica** – p. 52 a 57 – jul./Ago. 2007 – SP – matéria sobre a qualidade da educação no país – Entrevistado: Sérgio Haddad
20. "O que a escola ganha com as parcerias" – **Revista Escola** – p. 54 a 63 – jun./jul. 2007 – matéria sobre parcerias "escolas x ong's" - entrevistado: Sérgio Haddad cita AE
21. "Os professores ganham pouco?" – **Revista Pátio** – p. 52 a 55 – Ago./Out. 2007 – matéria sobre remuneração dos professores - artigo de Sérgio Haddad

Internet

1. "Ong apóia aumento da participação do Estado no Brasil Alfabetizado" – Brasil Noticias– www.portugalnet.pt – 24 de abril de 2007 – matéria sobre os programas governamentais/Brasil Alfabetizado – entrevistada: Vera Masagão
2. "Ong apóia aumento da participação do Estado no Brasil Alfabetizado" – Brasil Noticias– www.agenciabrasil.gov.br – 24 de abril de 2007 – matéria sobre os programas governamentais/Brasil Alfabetizado – entrevistada: Vera Masagão
3. "São Paulo fica em 90º no ranking de escolas municipais" – Portal de Noticias Globo – www.G1.com.br – 21 de junho de 2007 – matéria sobre os dados Ideb – entrevistada Vera Masagão Ribeiro

Tema: Projetos Pedagógicos em escolas públicas

Jornais e revistas

1. "Avaliação é opção para melhorar" – **Jornal da Tarde** – p.13 A – 23/03/2007 – matéria sobre os Indicadores da Qualidade na Educação – entrevistada Vera Masagão - sugestão enviada no boletim *Ação na Mídia*
2. "Escola – Escolas em avaliação" – **Tribuna do Planalto** - p.00 – 29 de abril de 2007 – Goiás – matéria sobre o "Indicadores da Qualidade na Educação - Dimensão Aprendizagem da Leitura e Escrita
3. "Indicadores da qualidade mobilizam a escola" – p. 59 a 73 – **Cadernos Cenpec** – jan. a jun./2007 – artigo sobre os indicadores da qualidade na educação assinado por Vera Masagão, Vanda ribeiro e Joana Buarque
4. "O que a escola ganha com as parcerias" – **Revista Escola** – p. 54 a 63 – jun./jul.2007 – matéria sobre parcerias "escolas x ong's", fala sobre projeto Nepso - entrevistado: Marilse Araújo
5. "Tome Nota" – **Giro IBOPE** – p.03 – Jul. a Set. – chamada sobre o Congresso IBOPE UNESCO, cita Projeto Nepso

6. "Tome Nota" – **Giro IBOPE** – p.03 – Jul. a Set. – matéria sobre o a doação recebida pelo Projeto Nepso.

Internet

1. "Avaliação é opção para melhorar"- Pais e Mestres – www.jt.com.br – 23/03/2007 – matéria sobre os Indicadores da Qualidade na Educação – entrevistada Vera Masagão
2. "Educação pública não é igual para todos" – *Noticias-* www.abrevlivro.org.br – 28/03/2007 – SP- Desigualdades na escola pública, matéria pautada pelo debate Desafios da Conjuntura e publicação *Em Questão 3* – Educação e Exclusão no Brasil
3. "Nível de escolaridade é três anos menor entre os mais pobres" – Agência Todos pela Educação – www.todospelaeducacao.org.br/agencianoticias – 29/03/2007 – Matéria aborda debate Desafios da Conjuntura e publicação *Em Questão 3* – Educação e Exclusão no Brasil
4. "Pesquisas evidenciam a complexidade da relação entre educação e exclusão" – www.cauxicom.br - assessoria de comunicação – 30/03/2007 – Reprodução do boletim *Faísca 23*
5. "Pesquisa mostra desigualdade e exclusão social na educação"- www.oglobo.com – RJ – 25/03/2007 – Desigualdades na educação; matéria pautada pela publicação *Em Questão 3* – Educação e Exclusão no Brasil
6. "O que a escola ganha com as parcerias" – www.revistanovaescola.abril.com.br – jun./jul.2007 – matéria sobre parcerias "escolas x ong's", fala sobre projeto Nepso - entrevistado: Marilse Araújo
7. "Escola – Escolas em avaliação" – Educação – www.tribunadegoias.com.br – 29 de abril de 2007 – Goiás/GO – matéria sobre os "Indicadores da Qualidade na Educação - Dimensão Aprendizagem da Leitura e Escrita"
8. "Bate-papo on-line com Vera Masagão" – Educação – www.educarede.com.br – 06 de dezembro de 2007 – trechos da entrevista de Vera Masagão, sobre qualidade na educação e Indique
9. "Existe preconceito na escola, diz pesquisa" – Portal revista Nova Escola – www.novaescola.com.br - 7/12/2007 – Nacional – Divulgada dados da Consulta sobre Relações Étnico Raciais na Escola; entrevista Ana Lúcia Silva Souza. Reportagem foi pautada pelo boletim *Faísca 34*.

Tema: Juventude

Jornais e revistas

1. "Governo reserva R\$1 bi para as ações com jovens, mas não avalia programas" – **Jornal Folha de São Paulo** – 18 de fev. de 2007 - p.A4 – São Paulo/SP – matéria sobre os programas federais direcionados para aos jovens, entrevistada Maria Virginia
2. "Esqueceram de mim" – **Correio Braziliense** – 29/10/2007 – DF – Artigo sobre a invisibilidade dos jovens no PDE, assinado por Maria Virgínia de Freitas

Internet

1. "UNEB vai alfabetizar 53 mil jovens, em parceria com o MEC" – Portal UNEB – www.uneb.br – matéria sobre a Oficina do Programa Brasil Alfabetizado/Juventude – entrevistada Ana Paula.
2. "Governo reserva R\$1 bi para as ações com jovens, mas não avalia programas" – Nacional – www.folhadesaopaulo.com.br – 18 de fev. de 2007 – São Paulo – matéria sobre os programas federais direcionados para aos jovens, entrevistada Maria Virginia.
3. "Esqueceram de mim" – www.correioweb.com.br – 29/10/2007 – DF – Artigo sobre a invisibilidade dos jovens no PDE, assinado por Maria Virgínia de Freitas.

Tema: Espaço de Cultura e Mobilização Social

Jornais e revistas

1. "Mano Brown e o líder dos Panteras Negras protestam contra o terrorismo estatal" – **Folha de São Paulo** – p. C4 – 21/11/2007 - São Paulo – Matéria sobre a reunião a respeito do movimento negro no Brasil e EUA.
2. "2º Encontro de Rodas de Samba de Comunidade – Terreiro Paulista" – **Guia da Folha** – p.70 – 30/11/2007 - São Paulo - Breve descrição do evento no guia de cultura
3. "Encontro de Rodas de Samba de Comunidade" – **Guia do Estado de São Paulo** – p. 94 - 30/11/2007 - São Paulo - Breve descrição do evento no guia de cultura
4. "Encontro de Rodas de Samba de Comunidade" – **Divirta-se! (Jornal da Tarde)** – p. 79 – 30/11/2007 - São Paulo - Breve descrição do evento no guia de cultura

5. "Fim de Semana de Samba" - **Vamos Ver (Diário de São Paulo)** - p. D1 - 30/11/2007 - São Paulo - Opções de entretenimento em comemoração ao dia do samba.
6. "Samba" - **Agora SP Show!** - p. C2 - 30/11/2007 - São Paulo - Breve descrição do evento no roteiro de cultura
7. "7º Semana de Cultura Hip Hop" - **Guia do Estado** - p.00 - 07/2007 - São Paulo - Nota sobre a Semana de Cultura Hip Hop.
8. "Hip Hop- Brasil-África e suas identidades" - p. 50 e p. 51 - 09/2007 - São Paulo - Descrição do evento semana hip hop
9. "Diga lá que eu vou" - **Jornal JT** - p. 00 - 04/2007 - São Paulo - Nota do lançamento da Agenda da Periferia
10. "Os Novos Antropófagos" - **Revista Época** - p. 00 - 17/11/2007 - São Paulo - Matéria sobre a semana de arte moderna da periferia e menção sobre a Agenda da Periferia.
11. "Agenda Cultural da Periferia" - **Revista Raça Brasil** - p. 81 - 11/2007 - São Paulo - Nota sobre a Agenda da Periferia
12. "Hip Hop da África?" - **Guia do JT** - p. 00 - 07/2007 - São Paulo - Nota sobre a semana Hip Hop
13. "Uma semana de atividades ligadas ao Hip Hop" - **Diário de São Paulo** - p. 00 - 23/07/2007 - São Paulo - Matéria sobre a semana Hip Hop
14. "7º Semana de Cultura Hip Hop" - **Folha de SP** - p. 00 - 07/2007 - São Paulo - Nota sobre a Semana Hip Hop
15. "Encerramento" - **Jornal Agora** - p. 00 - 27/07/2007 - Nota sobre o encerramento da Semana Hip Hop
16. "Toda a poesia do rap" - **Jornal Agora** - p. C4 - 26/04/2007 - São Paulo - Matéria sobre o Sarau poesia das ruas
17. "Sarau de rap" - **Jornal Destak** - p. 01 - 26/04/2007 - São Paulo - Nota sobre o Sarau de rap
18. "Sarau de rap atravessa a fronteira e chega a Sampa" - **Jornal Destak** - p. 08 - 26/04/2007 - São Paulo - Matéria sobre o Sarau de rap poesia das ruas
19. "Arte no muro" - **Diário do Grande ABC** - p. 5 - 22/03/2007 - Grande ABC - Matéria sobre exposição comemorativa do dia do grafite
20. "Dia do Grafite" - **Guia da Folha de SP** - p. 77 - 06 a 12/04/2007 - São Paulo - Matéria sobre a exposição comemorativa do dia do grafite
21. "Dia do Grafite" - **Guia da Folha de SP** - p. 76 - 27/04 a 03/05/2007 - São Paulo - Matéria sobre a exposição comemorativa do dia do grafite
22. "Dia do Grafite" - **Guia da Folha de SP** - p. 75 - 06 a 12/04/2007 - São Paulo - Matéria sobre a exposição comemorativa do dia do grafite
23. "Quando os muros viram telas" - **Jornal Destak** - p. 00 - 27/03/2007 - São Paulo - Matéria sobre a exposição comemorativa do dia do grafite
24. "Tudo começou com uma bota" - **Revista A Rede** - p. 44 - 04/2006 - São Paulo - Perfis dos grafiteiros, história do grafite e comemoração do dia do grafite
25. "Grafiteiros celebram muros imortais" - **Revista A Rede** - p. 46 - 04/2007 - São Paulo - Perfis dos grafiteiros, história do grafite e comemoração do dia do Grafite
26. "Exposição e obra para celebrar a data" - **Jornal Destak** - p. 01 - 27/03/2007 - São Paulo - Matéria em comemoração do dia do grafite
27. "Evento celebra a arte do grafite" - **Diário do Grande ABC** - p. 01 - 22/03/2007 - Grande ABC - Manchete sobre a exposição do dia do grafite

Internet

1. "Cultura da Periferia" - http://revistaraiz.uol.com.br/bloq_bits_teca - 27/03/2007 - Brasil - Matéria a respeito da Agenda da Periferia
2. "Agenda cultural da periferia paulistana será lançado em maio" - Cultura - <http://oglobo.globo.com/cultura/mat/2007/04/04/295228020.asp - 04/04/2007> - Brasil - Matéria do lançamento da Agenda da Periferia
3. "Agenda Cultura da Periferia Paulistana será Lançada em Maio" - www.portaldovoluntario.org.br/site/pagina.php?idclipping=34437&idmenu=45 - 04/05/2007 - Brasil - Nota sobre o lançamento da Agenda da Periferia

4. "Periferia de São Paulo ganha guia de programação cultural" - Arte & Cultura - http://agenciartamajor.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=13832 - 11/04/2007 - Brasil - Nota sobre o lançamento da Agenda da Periferia
5. "Lançamento da Agenda Cultural da Periferia" - Festas - <http://guidasemana.com.br> - 06/12/2007 - Brasil - Nota sobre o lançamento da Agenda da Periferia
6. "Cultura de Periferia: Humildade, Dignidade e Proceder" - Informes Abong - www.abong.org.br/final/informes - 30/05/2007 - Brasil - Nota sobre o lançamento da Agenda da Periferia
7. "VII Semana de Cultura Hip hop em São Paulo" - Notícias - www.metropolitanafm.com.br/noticias/5826 - 20/07/2007 - Brasil - Matéria sobre a semana Hip Hop
8. "Agenda de eventos" - agenda de eventos - www.enraizados.com.br/Conteudo/EventosDetalhes.asp?ID=49 - 23/07/2007 - Nota sobre a agenda da Semana Hip Hop
9. "VII Semana de Cultura Hip Hop" - Eventos - www.enraizados.com.br/Conteudo/EventosDetalhes.asp?ID=49 - 23/07/2007 - Brasil - Nota sobre a agenda da Semana Hip Hop
10. "VII Semana de Hip Hop em São Paulo" - www.buscamp3.com.br/texts_news_readbr.asp?id=6619 - 23/07/2007 - Brasil - Nota sobre a agenda da Semana Hip Hop
11. "Hip Hop!" - eventos - www.guiadasemana.com.br/channel.asp?PASSEIOS/SÃO_PAULO-23/04/2007 - Brasil - Nota sobre a agenda da Semana Hip Hop
12. "VII Semana de Hip Hop" - Ação - www.guiadasemana.com.br/channel.asp?PASSEIOS/SÃO_PAULO-23/07/2007 - 23/07/2007 - Brasil - Nota sobre a agenda da Semana Hip Hop
13. "VII Semana de Hip Hop em São Paulo" - Drops 3.0 - <http://mtv.uol.com.br/drops/drops.php?id=22581> - 23/07/2007 - Brasil - Nota sobre a agenda da Semana Hip Hop
14. "VII Semana de Hip Hop" - blog - www.overmundo.com.br/blogs/vii-semana-de-hip-hop-21/07/2007 - Brasil - Nota sobre a agenda da Semana Hip Hop
15. "Hip Hop domina agenda da semana em São Paulo" - minuto a minuto - <http://home.dgabc.com.br/materia.asp?materia=596269> - 20/07/2007 - Brasil - Nota sobre a agenda da Semana Hip Hop
16. "VII Semana Hip Hop" - social - <http://olgabonjiovanni.uol.com.br/sessoes.php?area=Social&codigo=004722> - 08/08/2007 - Brasil - Nota sobre a agenda da Semana Hip Hop
17. "VII Semana De Cultura Hip Hop" - Agenda - www.obaoba.com.br/agenda-27/07/2007 - Brasil - Nota sobre a agenda da Semana Hip Hop
18. "VII Semana De Cultura Hip Hop" - Agenda - www.bocadaforte.com.br/site/?url=agenda_detalhes.php&id=147 - 27/07/2007 - Brasil - Nota sobre a agenda da Semana Hip Hop
19. "São Paulo terá semana dedicada ao universo do hip hop" - Da Redação - <http://musica.uol.com.br/ultnot/2007/07/20/ult89u7772.ihtm> - 20/07/2007 - Brasil - Nota sobre a agenda da Semana Hip Hop
20. "VII Semana de Cultura Hip Hop" - Agenda - www.pretosoulsim.com.br/conteudoSiteA.aspx?sec=11 - 24/07/2007 - Brasil - Nota sobre a agenda da Semana Hip Hop
21. "Primeiro sarau do rap mostra a poesia do estilo" - cultura - www.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd260407b.htm - 26/04/2007 - Brasil - Nota sobre poesia e sarau do rap
22. "Poesia das ruas - Sarau do Rap" - DJ Primo - <http://bocadaforte.uol.com.br/Portal/Conteudo/Informacao/OquePega/Eventos/Conteudo-26/04/2007> - Brasil - Nota sobre poesia e sarau do rap
23. "Arte falada" - Rap - www.guiadasemana.com.br/channel.asp?PASSEIOS/SAO_PAULO/&A=1&id=4 - 29/08/2007 - Brasil - Nota sobre poesia e sarau do rap
24. "Poesias nas ruas" - Especial - www.guiadasemana.com.br/channel.asp?PASSEIOS/SAO_PAULO/&A=1&id=4 - 29/08/2007 - Brasil - Nota sobre poesia e sarau do rap

26. "Poesia e rap em SP" – Cultura - www.mundonegro.com.br/noticias/?noticiaID=841 – 21/04/2007 – Brasil - Nota sobre poesia e sarau do rap
27. "Projeto leva poesia e rap em SP" - Notícia - www.palmares.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=549 – 11/04/2007 – Brasil - Nota sobre poesia e sarau do rap
28. "Sergio Vaz comanda Poesia das ruas" - São Paulo - www.leiaolivre.com.br/texto.php?uid=14957 – 26/04/2007 – Brasil – Matéria sobre o projeto poesia e sarau do rap
29. "Projeto 'Poesia das Ruas' – Ritmo e Poesia" – blogs - www.overmundo.com.br/blogs/projeto-poesia-das-ruas-ritmo-e-poesia - 22/04/2007 - Brasil - Matéria sobre o projeto poesia e sarau do rap
30. "Sarau de rap anima noite paulistana nesta quinta-feira" – Variedades - www.olhardireto.com.br/noticias - 25/04/2007 - Brasil - Matéria sobre o projeto poesia e sarau do rap
31. "Sarau de rap anima noite paulistana nesta quinta-feira" – ilustrada - www1.folha.uol.com.br/fofha/ilustrada/ult90u.70565.shtml – 24/04/2007 – Brasil - Matéria sobre o projeto poesia e sarau do rap
32. "Rappers declamam poesia em noite de sarau em SP" – ilustrada - www1.folha.uol.com.br/fofha/ilustrada/ult90u.7071388.shtml – 24/04/2007 – Brasil - Matéria sobre o projeto poesia e sarau do rap
33. "27 de março: Dia do Grafite" – Eventos - www.opretosoulsim.com.br/ConteudoSiteA.aspx?sec=11 - 27/03/2007 – Brasil – Nota sobre exposição do Dia do Grafite
34. "Dia do Grafite terá exposição em São Paulo" – notícias - www.obaoba.com.br/noticias - 27/03/2007 - Brasil - Nota sobre exposição do Dia do Grafite
35. "Aceitação da Arte!" – home - www.guiadasemana.com.br – 28/03/2007 - Nota sobre exposição do Dia do Grafite
36. "Dia do Grafite" - Exposição: Outros - www.guiadasemana.com.br – 28/03/2007 – Brasil - Nota sobre exposição do Dia do Grafite
37. "Dia do Grafite" - Agenda Caros Amigos - http://carosmaigos.terra.com.br/nova/agenda_exposicao.asp - 26/03/2007 - Brasil - Nota sobre exposição do Dia do Grafite
38. "Arte no muro" - minuto a minuto - <http://jovem.dgabc.com.br> – 22/03/2007 – Brasil – Matéria sobre o dia do grafite
39. "Dia do Grafite terá exposição em São Paulo" – clipping - <http://redeodc.portalvoluntario.org.br/site/pagina.php?idclipping=15408&idmenu=33> – 27/03/2007 – Brasil - Nota sobre exposição do Dia do Grafite
40. "27 de março: Dia do Grafite" – agenda - www.overmundo.com.br/imprime_agenda/27-de-marco-dia-do-grafite - 26/03/2007 - Brasil - Matéria sobre o Dia do Grafite

Tema: Ação Educativa (institucional)

Jornais e revistas

1. "ONG critica influencia de editoras na escolha" – **Jornal O Estado de S.Paulo** – p. A23 – 03/10/2007 – comentário sobre a produção de material didático no país/monopólio editorial – cita AE

Internet

1. "ONG critica influencia de editoras na escolha" – *Vida&* – www.estadao.com.br – 03/10/2007 – comentário sobre a produção de material didático no país/monopólio editorial – cita AE
2. "Abertas as inscrições para seminário sobre PDE" – www.cenpec.org.br – 1/6/2007 – SP – Divulgação de inscrições do Seminário Desafios da Conjuntura.
3. "Educação e Exclusão" – www.apeoesp.org.br - Boletim APEOESP – 5/6/2007 – SP – Nota sobre publicação *Em Questão 3* – Educação e Exclusão no Brasil.
4. "Observatório da Educação realiza seminário sobre PDE" – www.abong.com.br - Informes ABONG – 6/6/2007 – Nacional - Divulgação de inscrições do Seminário Desafios da Conjuntura.
5. "Todos pela Educação participa de debate sobre PDE" – www.todospelaeducacao.org.br - Agência de Notícias Todos pela Educação – 1/7/2007 – Nacional – Destaca participação de Mozart Neves no seminário Desafios da Conjuntura.

6. "Professor é tema de debate na Ação Educativa" – www.revistaeducacao.com.br - Portal Revista Educação – 2/10/2007 – Nacional – Divulgação das inscrições de debate Desafios da Conjuntura Fala Mestre! Fala Mestra!
7. "Debate Desafios da Conjuntura" – www.cenpec.org.br – 4/10/2007 – SP – Divulgação das inscrições de debate Desafios da Conjuntura Fala Mestre! Fala Mestra!
8. "Fala Mestre! Fala Mestra!" – www.apeoesp.org.br - Boletim APEOESP – 5/10/2007 – SP – Divulgação das inscrições de debate Desafios da Conjuntura Fala Mestre! Fala Mestra!

Tema: Cobertura da mídia sobre educação

Jornais e revistas

1. "Dossiê: Mídia vai à escola" – **Revista Educação** – set/2007 – Nacional – Conjunto de matérias aborda a cobertura da mídia em educação, cita o trabalho do Observatório da Educação, entrevistada Mariângela Graciano e Regina Oshiro, professora participante do NEPSO

Internet

1. "A educação na imprensa nacional: possibilidades e limites" – Informes ABONG – www.abong.org.br – 5 a 11/6/2007 – Nacional – Artigo sobre o acompanhamento de mídia feito pelo Observatório da Educação assinado por Marina Gonzalez e Mariângela Graciano.
2. "Cobertura de greves não aprofunda informações sobre piso salarial de professores" – MAX-Press – www.maxpressnet.com.br – 1/8/2007 – Nacional – Reprodução do boletim *Ação na Mídia*.
3. "Cobertura avança pouco sobre as condições de trabalho" – Caderno Cidadania/Observatório da Imprensa - www.observatoriodaimprensa.com.br – 13/11/2007 – Nacional – Texto assinado por Marina Gonzalez e reproduzido do boletim *Ação na Mídia* 22.
4. "Críticas à baixa assiduidade dos professores" – Caderno Cidadania/Observatório da Imprensa - www.observatoriodaimprensa.com.br – 27/11/2007 – Nacional – Texto assinado por Marina Gonzalez e reproduzido do boletim *Ação na Mídia* 23.
5. "Poucos jornais acompanham o PDE" – Caderno Cidadania/Observatório da Imprensa – <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> - 18/12/2007 – Nacional – Texto assinado por Marina Gonzalez e reproduzido do boletim *Ação na Mídia* 24.
6. "Poucos jornais acompanham o Plano de Desenvolvimento da Educação" – Observatório do Direito à Comunicação - <http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/> – 18/12/2007 – Nacional – Texto assinado por Marina Gonzalez e reproduzido do boletim *Ação na Mídia* 24